

Departamento de História

**Regimes de Gratuidade em Museus Nacionais:
Impactos nos Públicos Seniores**

Teresa Homem de Melo de Moura Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Mestre em Gestão e Estudos da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2016



Departamento de História

**Regimes de Gratuidade em Museus Nacionais:
Impactos nos Públicos Seniores**

Teresa Homem de Melo de Moura Pereira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Gestão e Estudos da Cultura

Orientador:

Doutor José Soares Neves, Professor Auxiliar,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

outubro, 2016

Para a minha avó Fernanda

Agradecimentos

Ao Professor José Soares Neves por uma orientação atenta, paciente e exigente, motivadora e compreensiva.

A cada um dos entrevistados pela disponibilidade, amabilidade e contributos.

À DGPC por me ter acolhido no estágio e a todos os funcionários que contribuíram para a realização deste trabalho.

À “equipa maravilha” do EPMN, nomeadamente à Teresa Mourão pela partilha de experiências e pela confiança, ao Nuno Fradique por me ensinar que todos têm direito a uma voz e ao Jorge Santos pela disponibilidade constante em ajudar.

À Mariana pelo interesse e pela paciência.

Ao João por acreditar, me acompanhar e apoiar.

À minha mãe pela generosidade.

Ao meu pai pelo olhar crítico.

À Rita por fazer de mim uma pessoa melhor.

À tia Cristina por me responsabilizar pelas palavras ditas e ao Eduardo pelas provocações.

À Marta pelo exemplo.

À Joana Silva pelas angústias partilhadas e à Inês Correia pela partilha de angústias.

À Inês Joaquim pelas perguntas sem rodeios e à Inês Almeida pela delicadeza.

Ao Diogo pela compreensão, ao Bernardo pelos conselhos.

À tia Isabel, ao tio Gui e à Matilde por me fazerem sentir parte da família.

Resumo

Esta dissertação, inserida no contexto do Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura, foca-se nos públicos seniores do Museu Nacional de Arte Antiga, em concreto na sua relação com condições de acesso. A metodologia adotada sobretudo qualitativa (observação, entrevistas) permitiu a identificação de posicionamentos tanto do lado dos públicos como do lado da instituição que podem (ou não) contribuir para o cumprimento ou a adesão a condições de acesso consideradas vantajosas. Será que mobilizam o visitante? Os impactos identificados foram vários, inerentes a uma investigação qualitativa que pretende precisamente detetar particularidades, no entanto, conseguem identificar-se tendências nas relações estabelecidas sobretudo com o museu em causa e com as condições de acesso.

Palavras-chave: Públicos Seniores, Museus Nacionais, Modalidade de Ingresso, Gratuitidade, Museu Nacional de Arte Antiga

Abstract

This dissertation, written in the context of the Masters Degree in Arts studies, focuses on the National Museum of Ancient Art's senior visitors, more specifically on its relation to the conditions of access to the institution. The used methodology, mostly qualitative (direct observation and interviews) allowed the identification of the positioning of the public, but also of the institution itself, which can (or not) contribute to the observance or adherence to the conditions that supposedly are an advantage. Will it mobilize the visitors? The identified impacts were several, inherent to a qualitative investigation that pretends to detect particularities, however, it's possible to identify tendencies in the established relations, mainly with the museum itself and its conditions of access.

Keywords: Senior Visitors, National Museums, Admission Charges, Free Entry, National Museum of Ancient Art

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract	ii
Índice.....	iii
Índice de quadros	v
Índice de gráficos	v
Glossário de siglas.....	vi
INTRODUÇÃO	1
I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA.....	2
1 Museus.....	2
1.1 Definições e funções.....	2
1.2 Tipologia.....	3
1.3 Museus nacionais.....	4
1.4 O Museu Nacional de Arte Antiga	6
2 População Sénior.....	7
2.1 Características e Conceitos.....	7
2.1.1 Perceções sobre a velhice	11
2.2 Envelhecimento ativo	12
2.3 Ocupação dos tempos livres e práticas culturais	15
3 Os seniores nos museus.....	18
3.1 Públicos: dos conceitos aos estudos	18
3.2 Os públicos seniores de museus	21
4 Políticas públicas e seniores	28
4.1 Políticas de acesso aos museus nacionais: democratizar e facilitar o acesso.....	30
4.1.1 Isenção e desconto.....	32
II – METODOLOGIA E PROCESSOS.....	34
1. As estatísticas de visitantes da Direção-Geral do Património Cultural	35
2. As práticas do atendimento ao público nos serviços de bilheteira nos museus nacionais: método e análise	35
2.1 Entrevistas aos funcionários.....	35
2.2 Observação não participante.....	37
3. A entrevista a visitantes seniores do MNAA.....	37
3.1 O Estudo de Públicos de Museus Nacionais	38
3.2 O processo de seleção dos entrevistados	39
3.3 Questões éticas para uma investigação qualitativa sobre seniores.....	40
III – MODOS DE RELAÇÃO DOS PÚBLICOS SENIORES COM OS MUSEUS NACIONAIS E COM O MNAA	42
1. Os seniores nos museus da DGPC e no MNAA	42
2. Tarifas de ingresso: da legislação às práticas de bilheteira.....	45
2.1 Diagnóstico.....	45
2.1.1 Informação de bilheteira.....	45
2.1.2 A informação e os funcionários.....	46

2.1.3	As práticas de bilheteira no MNAA	48
2.2	Recomendações.....	48
3.	Os indivíduos seniores, as condições de acesso e o MNAA.....	49
3.1	Caracterização da amostra.....	49
3.2	Os indivíduos seniores e as condições de acesso aos museus nacionais.....	50
3.2.1	Enquadramento na categoria sénior	50
3.2.2	Informação disponibilizada na bilheteira: contexto físico	51
3.2.3	Procedimentos de bilheteira: contexto social	53
3.2.3.1	Comportamento dos funcionários.....	54
3.2.4	Conhecimento da legislação: contexto pessoal	54
3.2.5	Políticas públicas de incentivo às práticas culturais.....	57
3.2.6	Incentivo das tarifas reduzidas para as práticas culturais.....	58
3.2.7	Motivação da gratuidade para a frequência de museus nacionais.....	60
3.3	Os indivíduos seniores e o MNAA.....	62
3.3.1	O regresso ao MNAA: contexto pessoal	62
3.3.2	Relação da instituição com os seniores	64
3.3.3	Conhecimento de atividades para seniores: contexto pessoal	65
3.4.	Que modos de relação?	66
CONCLUSÃO		68
BIBLIOGRAFIA.....		71
IMPrensa.....		82
WEBGRAFIA		82
FONTES.....		83
LEGISLAÇÃO.....		83
ANEXOS.....		A
	Anexo A – Quadro visitas guiadas pelo Serviço Educativo do MNAA a grupos seniores ..	A
	Anexo B: Quadro Informação na bilheteira nos museus nacionais	B
	Anexo C: Quadro Práticas declaradas de bilheteira nos museus nacionais	C
	Anexo D: Observação não participante no MNAA	E
	Anexo E – Modelo de contato para as entrevistas, por mail.....	F
	Anexo F - Modelo de contacto para entrevistas, por telefone	G
	Anexo G - Contatos e realização das entrevistas	H
	Anexo H: Guião de entrevista aos visitantes seniores do MNAA.....	I

Índice de quadros

Quadro III.1.1 – Entradas seniores nacionais por museu (2004-2014)

Quadro III.1.2 - Peso das entradas seniores nacionais no total de visitantes nacionais por museu (2004-2014)

Índice de gráficos

Gráfico I.3.2.1 – População portuguesa e públicos nacionais por escalão etário

Gráfico I.3.2.2 – População portuguesa e públicos nacionais por condição perante o trabalho

Gráfico I.3.2.3 – Ida a museus e galerias pelo menos uma vez nos últimos doze meses (UE 28 - população)

Gráfico I.3.2.4 - Ida a museus e galerias pelo menos uma vez nos últimos doze meses (UE 28 – 65 e mais ano)

Gráfico I.3.2.5 – Razões para não ir a museus e galerias (UE 28 – população)

Gráfico I.3.2.6 – Razões para não ir a museus e galerias (UE 28 –65 e mais anos)

Glossário de siglas

APFADA - Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer

CIES – IUL – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

CMAG – Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves

DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural

EPMN – Estudo de Públicos de Museus Nacionais

IHA/FCSH-NOVA – Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

INE – Instituto Nacional de Estatística

ICOM – International Council of Museums

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

IOT – Inquérito à Ocupação do Tempo

IPM - Instituto Português de Museus

IPPC – Instituto Português do Património Cultural

MMC – Museu Monográfico de Conímbriga

MNA – Museu Nacional de Arqueologia

MNAA – Museu Nacional de Arte Antiga

MNAC – MC – Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado

MNAz – Museu Nacional do Azulejo

MNC – Museu Nacional dos Coches

MNE – Museu Nacional de Etnologia

MNGV – Museu Nacional Grão Vasco

MNMC – Museu Nacional Machado de Castro

MNM – Museu Nacional da Música

MNSR – Museu Nacional Soares dos Reis

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

RPM – Rede Portuguesa de Museus

INTRODUÇÃO

Os objetivos propostos desta dissertação passam por compreender a forma como os públicos se relacionam com os museus através das condições de acesso (tarifas) , nomeadamente e num contexto de articulação com o EPMN, dos públicos seniores com os museus nacionais e em particular com o MNAA. Pretende-se responder-se a questões relacionadas com o impacto de medidas de isenção/desconto nos públicos em causa, as motivações (ou não) associadas e seus posicionamentos. Assim, o objeto desta dissertação são, precisamente, os públicos seniores do MNAA no contexto particular das condições de acesso a museus nacionais. A sua pertinência prende-se com dois assuntos poucos explorados sobretudo do ponto de vista qualitativo (os públicos seniores e as condições de acesso). O modelo de análise adotado (e adaptado) alia pressupostos teóricos de aplicação prática dos “modos de relação” em contexto das práticas culturais propostos por Costa (2004), associados à adaptação dos contextos físico, pessoal e social de Falk e Dierking (2000) que desse conta de práticas de bilheteira, da relação dos funcionários dos museus nacionais com os públicos seniores e destes com os funcionários. Esta dissertação está organizada em três grandes capítulos que identificam os três principais momentos da abordagem: enquadramento teórico e revisão da literatura, metodologia utilizada (e pertinência) e análise dos resultados. Opta-se por uma base teórica que informe o objeto de estudo e que, aliada a uma reflexão metodológica resulte numa abordagem coerente e pertinente que permite um conjunto de análises e recomendações úteis.

I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E REVISÃO DA LITERATURA

Pretende-se conceptualizar e contextualizar o objeto de estudo através da exploração dos vários níveis de enquadramento (do geral para o particular), nomeadamente dos museus, da população sénior, dos públicos e das políticas públicas para a cultura. No que aos museus diz respeito, procede-se à caracterização do contexto atual dos museus nacionais (tipologia, funções privilegiadas) – onde se insere o MNAA. Quanto à população sénior, determina-se a adoção de conceitos operacionais e eventuais limitações, assim como características, políticas e perceções sobre estes indivíduos e, em particular a relação estabelecida com a ocupação dos seus tempos livres e das práticas culturais (noções e determinantes). Em particular, no que aos públicos seniores de museus diz respeito, procura-se entender o que os caracteriza na sua heterogeneidade, quais as suas práticas e motivações nos contextos europeu e nacional. Por último, analisa-se o papel dado à cultura, partindo dos pressupostos da democratização cultural e, em concreto, tendo em conta as condições de acesso aos museus nacionais para os seniores (gratuidade e descontos).

1 Museus

1.1 Definições e funções

A definição de Museu não é estática, passando pelas diferentes “interpretações” do que pode constituir um Museu, até às diversas realidades museológicas, há lugar para oscilações, mas é sobretudo nos anos mais recentes que se tem verificado um enfoque em características museológicas que não eram muito valorizadas anteriormente: “museums are harder to define today than in years past” (Kotler, Kotler e Kotler, 2008: 7).

A definição mais consensual é a do Conselho Internacional de Museus (ICOM), tendo sido atualizada em 2007:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite (ICOM).

Existe alguma dificuldade em aplicar integralmente o conceito à realidade portuguesa, em parte devido “à diversidade do panorama museológico nacional” (Neves, Santos e Nunes

2008: 4). A Lei-Quadro dos Museus Portugueses - o documento definidor dos princípios da política museológica nacional¹ que rege os museus dependentes de entidades públicas e de entidades privadas (Claro, 2009: 49) - adota uma definição de museu, a partir da do ICOM, que especifica a necessidade de possuir uma estrutura organizacional que garanta as sete funções de um museu, nomeadamente estudo e investigação; incorporação; inventário e documentação; conservação; segurança; interpretação e exposição; educação e que, ao contrário do ICOM, distingue museu de coleção visitável e avança com uma definição².

1.2 Tipologia

O ICOM tem também uma tipologia de museus largamente difundida, sendo que em Portugal se adota tipologia semelhante (mas não idêntica), nomeadamente: Museus de Arte, Museus de Arqueologia, Museus de Ciências Naturais e de História Natural, Museus de Ciências e de Técnica, Museus de Etnografia e de Antropologia, Museus Especializados, Museus de História, Museus Mistos e Pluridisciplinares, Museus de Território e Outros Museus (INE, 2009: 14-15). Do ponto de vista estatístico o tipo mais representado em Portugal é Museus de Arte³, na ordem dos 21%⁴, realidade que se acentua nos museus pertencentes à atual Direção-Geral do Património Cultural (DGPC), onde a maioria pertence a este tipo.

Deparamo-nos, assim, com outra caracterização, pela tutela. Os museus públicos distribuem-se por Governos Regionais, Administração Local, Administração Central – que se dividem em serviços centrais (DGPC) e serviços desconcentrados (Direções Regionais de Cultura). A “diminuição percentual (e em números absolutos)” (Neves, Santos e Lima 2013: 45) dos museus pertencentes à Administração Central⁵ justifica-se por uma tendência de reforma na administração pública (Camacho, 2007: 212), que já em 2007 se tinha refletido numa gestão conjunta de todos os museus afetos ao Instituto dos Museus e da Conservação

¹ Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto, artigo 1º, alínea a.

² Uma recente recomendação da UNESCO (2015: 3) sobre proteção e promoção museológica já o faz. A este propósito ver Carvalho, Camacho e Leite (2016: 10-19).

³ “Museu consagrado às belas-artes, às artes aplicadas e às artes performativas. Notas: neste grupo estão incluídos os museus da escultura, pinacotecas, os museus de fotografia, de cinema, de teatro, de arquitetura e as galerias de exposição dependentes de bibliotecas e de arquivos” (INE, 2009: 15).

⁴ Num total de 353 museus que cumprem os cinco critérios estabelecidos pelo INE (INE, 2014: 129).

⁵ Peso de 19,6% em 2000 e de 13,1% em 2009, (Neves, Santos e Lima 2013: 46).

(29 museus em 2011). A criação da DGPC⁶ em 2012 acentua essa diminuição (taxa de variação -48%), com quinze museus afetos, dos quais treze são museus nacionais, a maioria situando-se na região de Lisboa⁷.

1.3 Museus nacionais

É missão da DGPC “executar a política museológica nacional” (Lei Orgânica da DGPC⁸), com base em princípios estipulados no Artigo 2º do Capítulo I, dos quais se destacam as três primeiras alíneas - primado da pessoa, promoção da cidadania e serviço público - por se articularem com um ponto essencial da prática e da teoria museológica, “o trabalho para (e com) os públicos” (Gomes e Lourenço, 2009: 15), com eco, a partir dos anos 70 do século XXI, na criação de serviços educativos (*idem, ibidem*). Existe, assim, uma tendência do setor museológico em favorecer a relação com os públicos – e, conseqüentemente, as funções expositiva, comunicativa e educacional – em detrimento de uma gestão centrada nos objetos–funções associadas às coleções, à conservação e à investigação:

In the past decade enormous changes have taken place in museums and galleries across the world. The thrust of the shift is clear—museums are changing from being static storehouses for artefacts into active learning environments for people (Hooper-Greenhill, 1994: 1).

Esta mudança de paradigma, presente na definição do ICOM, tem complemento em Portugal com a exigência de uma instituição museológica em “facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, artigo 3º), funções base dos museus nacionais⁹ - no âmbito da Rede Portuguesa de Museus (RPM).

O que distingue um museu nacional de outro museu é um conjunto de fatores como a representação geográfica e histórica, a abrangência patrimonial e identidade nacional (Camacho, 2011: 8) que, no que à designação diz respeito, em Portugal não encontra eco na

⁶ Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio.

⁷ MNAA, MNAC, MNC, MNE, MNArq, MNAz, MNTD, MNT.

⁸ Decreto-Lei nº 115/2012, de 25 de maio.

⁹ Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Secção II, Artigo 106º: “Contribuir para assegurar a concretização do direito à cultura e à fruição cultural”.

legislação (Oleiro, 2011: 109), ao contrário do que acontece, por exemplo, em Espanha¹⁰. Assim, desde o primeiro decreto sobre museus em território nacional (1911¹¹), em que a designação foi utilizada de modo a hierarquizar os museus tutelados pelo Estado, que a denominação não tem sido acompanhada de “qualquer justificação para a (sua) atribuição” (*idem*: 117). São disso exemplo os recentes casos do Museu Nacional Grão Vasco e do Museu Nacional da Música¹², cuja justificação recai no artigo 94º da Lei-Quadro dos Museus Portugueses, que apenas define a quem compete a atribuição de museu nacional – o governante com a tutela da cultura – e a obrigatoriedade do parecer da Secção dos Museus, da Conversação e do Restauro e Património Imaterial do Conselho Nacional de Cultura. Daí que possamos concordar que “(...) os museus nacionais de Portugal parecem resultar mais de acasos da história que de políticas estratégicas delineadas ao longo do seu arco temporal” (Camacho e Silva, 2011: 86). O projeto EuNaMus interpreta a noção de museu nacional para além da sua designação legal, identificando as instituições que representam fatores de identidade e valores nacionais (Aronsson e Elgenius, 2011: 6), seguindo a definição de O’Hagen e Duffy (1994: 131). Nessa medida, o significado de “nacional” apresenta-se como variável ao longo dos anos (e de país para país) e até, no limite, passível de diferentes interpretações por diferentes públicos.

A não existência de um documento que especifique a política nacional dos museus portugueses (Rodriguez, 2013: 141) foi talvez colmatada em 2015 com o Plano Estratégico da DGPC com o objetivo declarado de “enquadrar, clarificar e sistematizar as grandes linhas orientadoras do organismo nacional com competências nas áreas do património cultural e dos museus” (Camacho *et al.*, 2015: 7). No entanto, as diversas reorganizações verificadas nos últimos anos nas instituições culturais (e museológicas) das Administrações Central e Local, assim como a recente alteração tarifária dos Palácios, Monumentos e Museus da então Secretaria de Estado da Cultura, podem, em último caso, ter impacto no papel do Estado como promotor do “acesso de todos os cidadãos à fruição (...) cultural” (Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005), Capítulo III, artigo 73º, 3).

A integração crescente do funcionamento dos museus nos mecanismos de mercado, pela

¹⁰ “Los Museos de titularidade estatal que tengan singular relevância por su finalidad y objetivos, o por la importancia de las colecciones que conservan, tendrán la categoría de Museos Nacionales” Real Decreto 620/1987 de 10 de abril, por el que se aprueba el Reglamento de Museos de Titularidad Estatal y del Sistema Español de Museos.

¹¹ Decreto nº 1 de 26, de maio de 1911.

¹² Despachos nº 5122/2015 e 5123/2015.

sua oferta de bens e serviços materiais e não materiais, apesar de se tratar de uma organização sem fins lucrativos (Tobelem, 2007: 22), tende a olhar o público como um consumidor (Santos, 2008: 81)¹³ cada vez mais exigente, o que implica, por parte dos museus portugueses, um maior enfoque na análise dos seus públicos na relação com a sua oferta, como defende Ana Rita Coelho (2008: 26). Numa lógica que Tobelem (2007: 17) apelida de “mercado de consumo” em que se procuram novos públicos, aumento da frequência dos visitantes e das vendas nas lojas dos museus, a função de exposição (comunicação/divulgação) ganha especial destaque (Hooper-Greenhil, 2000: 12).

O Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA) tem adotado uma estratégia de articulação com empresas privadas - Everything is New e UAU - de modo a permitir a realização de exposições temporárias que os constrangimentos do financiamento aos museus possivelmente não permitiriam. Apesar de não ser uma novidade no sector dos museus, em Portugal é talvez o exemplo mais sistemático de rutura entre uma lógica estritamente pública e uma que articula o público e o privado no financiamento de eventos. É, então, sintomático de uma tensão entre o cumprimento das funções museológicas, a necessidade de novas receitas e o serviço público de um museu nacional. Numa perspetiva de gestão, refira-se que a perda de autonomia financeira e administrativa dos museus da DGPC tem resultado recentemente na previsão de um novo estatuto jurídico com maior autonomia administrativa e financeira para o próprio MNAA, assunto que tem gerado intenso debate junto de profissionais do setor - Nuno Vassalo e Silva, Raquel Henriques da Silva e Luís Raposo no jornal *Público* (Henriques da Silva, 2016; Vassalo e Silva, 2016; Raposo, 2016).

1.4 O Museu Nacional de Arte Antiga

Segundo informações disponibilizadas nos sites da DGPC¹⁴ e do MNAA¹⁵ e recorrendo a roteiros e a autores como Raquel Henriques da Silva (2002), procede-se a uma apresentação breve deste Museu. O MNAA é, segundo a tipologia do ICOM, um museu de arte. Está localizado na Rua das Janelas Verdes, em Lisboa, onde se situa uma das entradas - neste momento utilizada para as exposições temporárias – estando a outra virada para o Jardim 9 de abril. Foi criado em 1884 designado como Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia,

¹³ Confunde-se consumo com prática cultural e oferta pública com oferta de mercado (Fourteau, 2007: 18).

¹⁴ <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/>

¹⁵ <http://www.museudearteantiga.pt/>

passando à atual designação em 1911¹⁶, ano em que se divide no Museu Nacional de Arte Antiga e no Museu Nacional de Arte Contemporânea. Permanecendo o primeiro no local de origem, o Palácio de Valmor de 1698, é concluída a ampliação em 1940 para o espaço do antigo/demolido Convento de Santo Alberto¹⁷ pelas mãos do arquiteto Rebelo de Andrade, permitindo o aumento da área expositiva, que as posteriores fases de ampliação (anos 1940's, 1983 e 1990's) acentuaram e permitiram a criação do auditório, da biblioteca e do gabinete de desenhos e gravuras, assim como o aumento das áreas administrativas¹⁸. O jardim, com vista para o rio Tejo, foi remodelado pelo arquiteto paisagista Francisco Caldeira Cabral na década de 1990, utilizado, em parte como esplanada para o restaurante do Museu. O acervo é, atualmente, composto por cerca de 45.000 peças - entre as quais mais de 130 classificadas como bens móveis de interesse nacional – abarcando um grande período, desde a Idade Média até meados do Século XIX, organizadas em quatro pisos dedicados à exposição permanente em pintura europeia, artes decorativas europeias, mobiliário português, arte da expansão, cerâmica, ourivesaria, joalheria, pintura e escultura portuguesas e ainda os volumes e arquivos da biblioteca. Este é um dos museus nacionais com maior área expositiva sendo, ainda, composto por espaços dedicados exclusivamente a exposições temporárias, nomeadamente a Galeria de Exposições Temporárias, a sala do Mezanino e a sala do Teto Pintado.

2 População Sénior

2.1 Características e Conceitos

As categorias etárias surgem como construções sociais que correspondem em grande parte à institucionalização das diferentes etapas de vida - a juventude à formação, a vida adulta ao trabalho, a velhice à reforma – ou seja, o indivíduo é classificado no espaço social através da idade (Freitas, 2008: 157; Veloso, 2009: 11). A pertença a um escalão etário é um elemento importante no que toca às condições sociais, mas segundo António Firmino da Costa (2008: 195-196) a variável idade deve ser recurso auxiliar de pesquisa, tal como os contextos familiares ou o género, não podendo o seu significado social ser entendido de forma isolada. Assim, é papel da Sociologia descrever, analisar e problematizar os processos através do qual os indivíduos entram em determinada categoria (Veloso, 2009: 11; Phillipson, 2013: 55).

¹⁶ Decreto nº 1/1911, de 26 de maio.

¹⁷ Do qual apenas resta a Capela das Albertas, do século XVIII, temporariamente encerrada ao público.

¹⁸ Grande preocupação do primeiro Diretor do Museu, José de Figueiredo (Silva, 2002: 77).

Os termos associados ao envelhecimento - velhice ou velho, idoso, sénior, terceira idade - são relativos e dependentes, em grande medida, dos contextos social e histórico em que são produzidos, não são apenas indicativos de um estado biológico/de saúde, mas de um conjunto de relações sociais, marcadas pelo período de reforma/inatividade, condições de vida e apoios estatais (Martins e Silva, 2006: 105; Bandeira, 2014: 424). Está-se, assim, perante uma categoria socialmente construída.

O envelhecimento da população é segundo a definição da Organização das Nações Unidas – ONU - “(...) the process whereby older individuals account for a proportionally larger share of the total population” (ONU, 2009: 1) é um fenómeno relativamente recente, que resulta das dinâmicas populacionais do século XX e que será, tendencialmente, a característica demográfica mais marcante do século XXI (ONU, 2009: 1) – como, de resto, fazem crer as previsões, encarando todos os cenários: “population ageing has a relatively brief history but one that clearly foreshows a future in which ageing will transform the social structures of many societies” (Uhlenber, 2009: 37). É considerado como um dos grandes triunfos da Humanidade – este fenómeno acontece graças ao desenvolvimento favorável de uma série de características da sociedade – mas, também, é um dos maiores desafios socioeconómicos da atualidade (OMS, 2002: 6; Cabral *et al.*, 2011: 6). O paradoxo obrigou a uma especial atenção, por parte dos decisores políticos, a este fenómeno e às pessoas que dele fazem parte, nomeadamente com a institucionalização da reforma. Se numa primeira instância a velhice era associada diretamente à invalidez, isto é, à incapacidade de produzir trabalho, é a partir do momento em que o envelhecimento populacional aumenta de modo a interferir com os mecanismos sociais nomeadamente com o trabalho e o período da reforma que surge “(...) a velhice como categoria política” (Silva, 2008: 60).

Hoje é aceite considerar-se o envelhecimento populacional com um problema social e político (Oliveira, 2012: 5; Cabral e Ferreira, 2013: 11; Capucha, 2014: 115,) nomeadamente em questões específicas como “(...) a idade da reforma, os meios de subsistência, a qualidade de vida dos idosos, o estatuto do idoso na sociedade, a solidariedade institucional, a sustentabilidade do sistema de segurança social e de saúde (...)” (INE, 2002: 189). A velhice como problema social surge quando o aumento da longevidade permite que a reforma seja vivida em melhores condições de saúde e durante mais tempo¹⁹, o que traz implicações económicas na sustentabilidade dos sistemas de segurança social (Fernandes, 1997: 163;

¹⁹ Não só a população é cada vez mais envelhecida como os indivíduos que os anglo-saxónicos definem como *oldest-old*, os maiores de 80 anos, são cada vez mais numerosos (UN, 2009: ix-x).

Silva, 2008: 159-160; Cabral e Ferreira, 2013: 35-36). De acordo com alguns autores trata-se de:

Um fator socialmente assumido como positivo, como acontece com o aumento da longevidade, ao combinar-se com a diminuição da fecundidade, gerou, em contrapartida, uma série de consequências complexas e mesmo gravosas para o nosso tipo de sociedade (Cabral e Ferreira, 2013: 11).

Ou seja, as chamadas políticas sociais de velhice – institucionalização da gestão pública da velhice e construção social dos conceitos de velhice e pessoa idosa – resultam do processo de industrialização das sociedades europeias e da articulação entre as políticas económicas e sociais no contexto do Estado-Providência com impacto nos regimes de segurança social (Cardoso *et al.*, 2012: 608).

O século XX viu o fenómeno do envelhecimento aumentar consideravelmente, sobretudo na Europa a partir dos anos 70, devido a acontecimentos históricos, mudanças sociais e evoluções na área da saúde. Por um lado, o fim de ditaduras e o surgimento de conflitos resultaram em redistribuições territoriais da população, ruturas de tendências demográficas e de fluxos migratórios específicos. Por outro lado, fatores sociais como a simplificação dos processos de divórcio, o acesso à contraceção e ao aborto e a consolidação de novas formas conjugais e familiares, resultaram na diminuição da taxa de fecundidade (Adveev *et al.*, 2011: 10-11).

A melhoria das condições de saúde, que em Portugal passa pela criação do Sistema Nacional de Saúde em 1979, permitiu a diminuição da taxa de mortalidade da população – e também da população mais velha -, um fator determinante para o aumento da esperança média de vida que em 2013 se encontrava aproximadamente nos 81 anos para Portugal²⁰, valor ainda mais significativo e indicativo da influência dos fatores acima referenciados, na medida em que 53 anos antes Portugal era o país europeu com menor esperança média de vida (61 anos) (CE, 2012: 12-13).

A tendência demográfica que tem vindo a ser abordada, é uma realidade não só europeia como cada vez mais global. No entanto, são de evidenciar os diferentes ritmos das diferentes

²⁰ Portugal situa-se 0,3 pontos percentuais acima da média europeia para os dois sexos (Fonte: Eurostat).

regiões, como acontece na própria Europa²¹ (Cabral *et al.*, 2011: 6). Portugal é, de acordo com os últimos dados disponíveis, o 4º país mais envelhecido do continente europeu com uma proporção de maiores de 65 anos, na ordem dos 20%, valor que se prevê aumentar para mais de 30% em 2060²².

Alguns estudos sobre o envelhecimento encaram os 50 ou 55 anos como a idade a partir do qual se entra no processo de envelhecimento (Keaney e Oskala, 2007; Cabral *et al.*, 2011; McNair, 2012; Cabral e Ferreira, 2013) porque avaliam a velhice numa perspetiva de percurso de vida e de transição entre a atividade e a inatividade. A ONU estabelece os 60 anos como início do período da velhice porque a sua análise recai também sobre países menos desenvolvidos onde a esperança média de vida é mais reduzida, sendo sobretudo uma opção de operacionalização estatística (ONU, 2009: viii; OMS, 2002: 4). Fala-se de 65 anos porque é precisamente esta a idade coincidente com o que se considera ser a entrada no período da velhice, ou a idade a partir do qual se entra nas categorias de idoso ou sénior, porque se associa à “terceira” fase da vida, a da reforma - período de inatividade/descanso. No entanto, “(...) está-se assim perante uma velhice que não se constata, mas sim que se decreta. O envelhecimento aqui em causa é, sobretudo, produto de códigos sociais e legislativos” (Cardoso *et al.*, 2012: 611), a que os autores apelidam de “velhice administrativa” (*idem*: 608). Segundo Patrice Bourdelais (1995:37) as alterações na entrada no período da velhice dependem exclusivamente da idade oficial da reforma, portanto não são construídas em função de uma análise das realidades sociais. De resto, o rótulo “seniores” é utilizado cada vez com mais frequência para delimitar a categoria dos idosos “(...) tomando como critério único a pertença a um escalão etário” (Mauritti, 2004: 341). Limitam-se as abordagens sobre o envelhecimento, nomeadamente por se restringirem as atuações políticas à condição perante o trabalho - em concreto determina-se o direito à reforma por uma opção/política social em detrimento das reais capacidades dos indivíduos (Cardoso *et al.*, 2012: 610) - e, por se aglomerar numa categoria indivíduos com características muito pouco homogéneas – percursos de vida distintos, sinais de envelhecimento diferentes, a diferentes velocidades, entrada na reforma em alturas diferentes (Martins e Silva, 2006: 104; Keaney e Oskala, 2007: 326; De Cock, 2007: 8; Maia, 2010: 12). As designações anglo-saxónicas de “young-old”, “old-old” e “oldest old” funcionam precisamente para atenuar esta tendência

²¹ Em 2004, 6 países europeus tinham uma proporção de maiores de 65 anos inferior a 13%, enquanto que países como a Alemanha, a Itália e a Grécia estavam já muito próximos dos 20% (Adveev *et al.*, 2011: 63).

²² Mais concretamente 34,6% (EC, 2015: 401) ou 32% (Lanzieri, 2011: 6).

homogeneizante²³, tal como a distinção entre “terceira idade” e “quarta idade”. Dito isto, é precisamente a designação *sénior* que será utilizada na medida em que a abordagem em causa se prende com uma medida política dirigida aos indivíduos com 65 e mais anos²⁴. É, portanto, uma escolha operacional.

2.1.1 Perceções sobre a velhice

O Eurobarómetro sobre envelhecimento ativo dá nos conta da perceção que os indivíduos com 15 ou mais anos têm da idade a partir do qual se é “velho”, 63,9 anos para a média europeia, e 67,9 anos para os cidadãos portugueses, o que não é de estranhar tendo em conta os níveis de envelhecimento da população portuguesa (Eurobarómetro, 2012: 10-11). Segundo Aboim *et al* (2010), com base no *European Social Survey*, a entrada na velhice é, em média, 65 anos para os homens e 67 anos para as mulheres. Mais relevante é o facto de 70% dos inquiridos considerarem que a idade ideal da reforma acontece antes da idade percecionada da entrada na velhice: “este fator indica que a obtenção da condição de ‘reformado’ não constitui, para grande parte dos europeus, um marcador de passagem para a velhice (...)” (Aboim *et al*, 2010: 78). As características pouco homogéneas desta categoria ainda não têm reflexo numa perceção global, ainda muito ligada à doença e ao papel de cuidadores dos netos (Jakubowaska, Kłosiewicz e Mękarisk, 2015: 55). No entanto, essa heterogeneidade ganha força na perceção que cada um dos indivíduos pertencentes à categoria tem da sua condição individual e coletiva. O estudo *Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice – um estudo no Norte de Portugal* de Vaz da Silva (2006) apresenta bem esta dicotomia. Por um lado, indivíduos entre os 25 e os 68 anos associam a noção de velhice à doença e não à idade. Por outro, os indivíduos entre 50 e 88 anos associam o processo de envelhecimento à passagem do tempo, à acumulação de competências e amadurecimento. Dito isto, apesar da ‘velhice cronológica’ não corresponder à noção de ‘velhice aos 65 anos’ instituída pela modernidade, os próprios associam a velhice ao ciclo de vida e a limitações biológicas e fisiológicas, sendo que não se sentem velhos no sentido da imagem negativa que eles mesmos atribuem à velhice (Martins e Silva, 2006: 161-184).

²³ As divisões referem-se, normalmente, aos indivíduos entre 65-74 anos, 75-84 anos e mais de 85, respetivamente (Uhlenber, 2009: 204).

²⁴ A alteração da idade da reforma 66 anos e dois meses (Portaria 277/2014) ainda não teve impacto nas medidas em questão.

2.2 Envelhecimento ativo

Como tem sido evidenciado, o processo de envelhecimento não é um aspeto estritamente relacionado com a condição biológica do indivíduo. De resto, a definição do conceito “saúde” adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 1946, identifica claramente uma preocupação para além da doença, centrando-se no “completo bem-estar físico, mental e social”²⁵. Assim, a estrita condição do idoso perante o trabalho e a saúde atenua-se, sobretudo a partir dos anos 90 do século XX, dando lugar à valorização da qualidade de vida dos indivíduos mais velhos, através do reconhecimento, numa primeira instância por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), dos *Princípios da Pessoa Idosa* (1991), de independência, participação, assistência, realização pessoal e dignidade²⁶. É precisamente nesta altura que surgem conceitos como envelhecimento saudável – a melhoria de condições de saúde influencia a qualidade de vida -, envelhecimento produtivo – promoção de atividades produtoras de bens e serviços - e envelhecimento ativo (Boudiny, 2013: 1078). O conceito de envelhecimento ativo está cada vez mais presente no discurso e nas medidas políticas europeias, devido a um conjunto de mudanças significativas como o já mencionado envelhecimento demográfico, a substituição gradual do Estado-Providência (aqui numa reflexão sobre as políticas de proteção social) e um novo olhar (positivo) sobre o envelhecimento (São José e Teixeira, 2014: 29).

Relembre-se que o modo de envelhecer, tanto do indivíduo como da sociedade, depende de um vasto conjunto de fatores de caráter geral – sociais, económicos, físicos, políticos²⁷, culturais, de género, comportamentais e pessoais (Cabral e Ferreira, 2011: 8) - que faz sentido evidenciar numa categoria tipicamente associada a um conjunto de “riscos” como o estado de saúde, o isolamento social e a solidão, a dependência física, mental e económica e a discriminação (Cabral *et al.*, 2013: 12; São José e Teixeira, 2014: 31), que ditaram durante um largo período o tipo de abordagem dirigida a esta categoria da população. Como se viu, existe, atualmente, uma tentativa institucional de afastamento da noção de envelhecimento como condição vulnerável *de per se* e de aproximação à preocupação com a inatividade do indivíduo, ou melhor, com a atividade no envelhecimento. Pretende-se promover a integração

²⁵ OMS, 1946

²⁶ Tradução de acordo com a Estratégia de Proteção ao Idoso (Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2015).

²⁷ Sistema de saúde e da segurança social.

laboral e social dos mais velhos através do apelo à implementação de medidas que alterem regras e práticas da organização do trabalho:

É exatamente para responder aos problemas que o envelhecimento da população coloca ao mercado de trabalho que os teóricos do envelhecimento ativo defendem uma reformulação da transição entre a atividade e a inatividade, de modo a que esta não represente uma passagem brusca, mas sim flexível e gradual (Cabral e Ferreira, 2013: 36).

No entanto, na prática existe mais facilidade em tomar medidas que aliviem os orçamentos sociais e as despesas com as pensões do que tentativas de adequar o mercado de trabalho ao envelhecimento da população ativa. (Cabral e Ferreira, 2013: 36). Pretende-se, ainda, aplicar medidas que atenuem atitudes discriminatórias em relação aos mais velhos, assim como garantir o acesso às atividades culturais e recreativas, o fomento da solidariedade entre gerações na família ou noutros contextos sociais (Mauritti, 2004: 341). O ponto de partida do envelhecimento ativo é que as conexões sociais e a saúde mental são tão importantes como a saúde física (OMS, 2002: 12), que se devem converter em políticas concebidas como quadros de referência que influenciam o modo de funcionamento de equipamentos e serviços (São José e Teixeira, 2014 :32).

A falta de consenso sobre a definição de envelhecimento ativo por parte das diferentes instituições mundiais, tais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a ONU, a OMS ou a União Europeia, é resultado de instituições com diferentes enfoques, mas também de uma temática relativamente recente. Esta falta de clareza implica, segundo Boudiny (2013: 1078), interpretações diferentes de um mesmo conceito com implicações sérias na sociedade e gera confusão com os conceitos prévios de envelhecimento saudável e produtivo. Na verdade, a abrangência do conceito acaba por trazer vantagens e desvantagens:

A abrangência do conceito assim definido e, em particular, a explícita referência às suas múltiplas vertentes e determinantes, constitui uma das suas grandes virtualidades. Infelizmente, porém, tal abrangência parece tender a perder-se facilmente nas apropriações mais usuais do termo, que o circunscrevem a questões como o exercício físico ou o prolongamento das atividades produtivas (Almeida, 2007: 20).

Se, por um lado, a OCDE defende que ser ativo é ser capaz de realizar atividades produtivas na sociedade e na economia e a União Europeia acrescenta-lhe o estilo de vida saudável como condição, a OMS adota um conceito mais abrangente que responsabiliza o próprio indivíduo e também a capacidade de resposta da sociedade em que se insere (São José e Teixeira, 2014: 38), assentando na noção de atividade associada à participação “social, económica, cultural, espiritual e cívica” (OMS, 2002:12). Pode-se afirmar que o conceito de envelhecimento ativo combina os elementos-chave do envelhecimento produtivo com um grande enfoque na qualidade de vida e no bem-estar físico e mental (Walker, 2002: 124).

Ressalve-se que as definições da OMS e da União Europeia adotam a perspetiva do percurso de vida. As políticas de envelhecimento ativo que reconheçam uma preocupação com os processos de envelhecimento em todas as fases da vida poderão tornar-se num instrumento efetivo de prevenção de ocorrência de problemas e dificuldade nas fases mais adiantadas da vida (Walker e Maltby, 2012: 4). Segundo Pierre Bourdieu (1986: 255) as escolhas/práticas sociais são influenciadas por trajetórias pessoais – práticas familiares e escolares e atividades realizadas no passado - e condições de vida. Assim, a forma como se envelhece depende da forma como se viveu o passado (Cabral e Ferreira, 2013: 17; São José e Teixeira, 2014: 44). No entanto, ver-se-á, que são precisamente os determinantes do percurso de vida que limitam a eficácia de algumas abordagens sobre o envelhecimento ativo com a persistência de desigualdades com o aumento da idade (Biggs *et al*, 2006: 244). Se o envelhecimento não deve ser visto como um processo distinto dos percursos de vida anteriores, anulando a heterogeneidade destes indivíduos, não se pode partir do princípio que a entrada no período inatividade vá alterar as dinâmicas individuais, como as práticas culturais, pelo simples facto de haver mais tempo livre:

Another issue to consider is of course the fact that older adults are a heterogeneous group consisting of individuals with different needs and wishes. People do not suddenly develop the same interests just because they have turned 65 and retired from the labour market (Hansen e Zipzane, 2013: 37).

O estudo do Ministério da Cultura e Comunicação francês (Chantepie, 2011: 256) demonstra que os indivíduos com ocupação profissional realizam mais vezes atividades culturais. O mesmo é demonstrado para o contexto português no que diz respeito aos indivíduos com mais de 55 anos: “Apesar da disponibilidade de tempo que se associa às

peças que já não trabalham (...) são, no entanto, aqueles que ainda participam no mercado de trabalho que mais atividades realizam” (Cabral e Ferreira, 2013: 103).

2.3 Ocupação dos tempos livres e práticas culturais

Especifica-se, aqui, uma característica essencial dos seniores, a forma como passam o seu tempo. Serão abordadas as nuances do conceito de envelhecimento ativo numa perspetiva de ocupação do tempo²⁸, isto é, o seu impacto nas atividades desenvolvidas pelos seniores, sobretudo nos tempos livres. O enfoque nos tempos livres não se refere ao pressuposto de que os seniores têm mais tempo disponível para atividades não laborais, mas à necessidade dele para a prática de atividades culturais, por exemplo, seja qual for a idade.

Os objetivos do envelhecimento ativo passam pela promoção de um estilo de vida saudável, onde a participação na sociedade ganha especial relevo, em concreto através de aprendizagem ao longo da vida, da participação em atividades ditas produtivas durante o período da reforma e da realização de práticas saudáveis (Cabral e Ferreira, 2013: 101). A melhor forma de saber se os indivíduos envelhecem segundo as premissas do envelhecimento ativo é analisar a forma como os seniores ocupam o seu tempo (Cabral, 2013: 188).

O primeiro (e único) inquérito à ocupação do tempo (IOT) dos portugueses data de 1999 (Lopes *et al.*, 2001) descrevendo o tipo de atividades, a sua duração e ritmo com enfoques tanto no trabalho e na família como no lazer²⁹, nomeadamente nas práticas culturais domésticas e de saída (*idem*: 5). As práticas culturais são distinguidas entre domésticas (audiovisual, música e rádio, leitura) e de saída (cinema, espetáculos ao vivo e património artístico e cultural, incluindo museus³⁰). Numa outra abordagem a partir dos dados do IOT, a ida a museus, exposições e bibliotecas inserem-se no que Rui Telmo

²⁸ Tempo gasto pelos indivíduos na realização das suas atividades diárias e que se distribui por seis atividades básicas: o trabalho produtivo/estudos, o trabalho doméstico, as deslocações, as refeições e os cuidados pessoais, o tempo livre e o tempo dedicado a dormir (INE: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5996>).

²⁹ Definidas no IOT como as atividades realizadas fora do contexto profissional, de apoio familiar ou participação cívica, categorizadas em sociabilidade interdomiciliar, saídas comensais, sociabilidade local, práticas de saída informativa e práticas amadoras.

³⁰ No IOT 1999 a taxa de frequência de “ir a museus, ir a exposições” pelo universo estudado (população portuguesa com 15 e mais anos residente em Portugal continental e Regiões Autónomas) pelo menos uma vez nos últimos 12 meses é 31% (Lopes *et al.*, 2001: 121).

Gomes (2001: 3) apelida de “saídas informativas”. No que às modalidades de lazer diz respeito, “(...) verifica-se que a idade é um fator preponderante na ocupação do tempo. Ao avanço da idade corresponde globalmente, e em alguns casos de modo pronunciado, a diminuição das práticas realizadas” (*idem, ibidem*). Na verdade, em qualquer das modalidades de lazer, a taxa de realização dos indivíduos com 65 ou mais anos é sempre mais baixa que em todos os outros escalões etários, sendo que a ida a museus e exposições se encontra nos 12,5%, em oposição aos 26,6% dos indivíduos com 55-64 anos, por exemplo (*idem*: 8). Dentro da própria categoria dos mais de 65 anos, a idade também se revela como um fator de influência das práticas de atividades de tempos livres. Assim, dados relativos a 2011 demonstram que ao aumento da idade corresponde não só uma diminuição da frequência como um aumento das práticas que nunca são realizadas (Cabral, 2013: 189). Em concreto, no que à ida ao cinema, concertos, teatro, museus, galerias ou exposições de arte, 64,2% dos indivíduos entre 50-64 anos nunca realiza estas atividades, percentagem que aumenta com o aumento da idade (78,2% nos 65-74 anos e 90,8% nos maiores de 75) (*idem*: 199), como confirmam os dados para a região de Lisboa (Cabral *et al*, 2011: 67).

É precisamente o estudo coordenado por Villaverde Cabral *Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida* (2013) que nos dá mais pistas sobre a relação concreta dos seniores portugueses com as práticas associadas ao envelhecimento ativo, nomeadamente as práticas culturais, sociais, expressivas físicas e instrumentais. Se é tido como positivo o impacto da participação social e da prática de atividades nos tempos livres no bem-estar dos seniores, apenas 24% dos portugueses com mais de 65 anos adota práticas associadas ao envelhecimento ativo (Cabral, 2013: 237). O autor adianta que:

A dimensão ideológica do envelhecimento ativo revela-se, desta forma, no perfil elitista daqueles que mais aderem às suas práticas. Assim, o efeito positivo que as práticas de envelhecimento ativo têm, de facto, na qualidade de vida das pessoas, está muito desigualmente distribuído entre os seniores e, de forma geral, discrimina os mais velhos, os mais pobres e os menos instruídos. O aspeto mais positivo dos resultados observados reside no facto de a população do primeiro segmento sénior (50-64 anos) revelar já uma propensão maioritária para a adopção das práticas associadas ao envelhecimento ativo, daí sendo de esperar efeitos ao nível do seu futuro estado de saúde (Cabral, 2013: 237-238).

Expõem-se, assim, algumas críticas associadas às políticas do envelhecimento ativo, de favorecimento dos “young old” e marginalização dos “oldest-old (Boudiny, 2013: 1082-1804), assim como de segmentos mais vulneráveis da população mais velha de acordo com condições sociais, económicas e de saúde³¹:

(...) systems of gender and class inequality and disadvantage continue to operate after retirement, and that the cultivation of an active leisure lifestyle is inextricably intertwined with an older persons' social characteristics and previous life-course experiences (Chatzitheochari e Arber, 2011: 4).

O panorama europeu mostra que apesar da existência de políticas diferentes, os fatores determinantes da ocupação do tempo e das práticas culturais não variam consideravelmente de país para país nem ao longo do tempo como é disso exemplo o caso francês, cujos estudos repetidos sobre práticas culturais, desde os anos 70, permitem uma abordagem comparativa. Assim, entre 1973 e 1997, as práticas e consumos da população francesa sofreram alterações através da diversificação das relações com a cultura (equipamentos audiovisuais por habitação, progresso da escolarização transformações da oferta de produtos culturais, aumento das preocupações do Estado em favor da cultura e respetiva mediatização) mas a frequência de equipamentos culturais – com exceção das bibliotecas – pouco evoluiu. Constata-se que o aumento do número de frequentadores não corresponde a uma redução significativa das disparidades sociais, ou seja, não há diversificação de públicos (Donnat, 1999: 114). Será que esta constatação, põe de certa forma em causa os objetivos da democratização cultural? Voltar-se-á a esta questão. Sobre as práticas culturais dos seniores retoma-se a ideia de que as características heterogêneas deste grupo têm, naturalmente, impacto em práticas culturais específicas, apesar de Caradec (2003: 60) defender, por um lado, que essa especificidade era mais forte nos anos 1970 e, por outro, que a diversidade das práticas culturais se relaciona mais com a categoria social do que com a condição de reformado ou de sénior.

Foram aqui abordadas questões consideradas muito pertinentes nos estudos de públicos e de práticas de visita a museus, muito caras à sociologia da cultura, marcada desde 1966 pelo estudo pioneiro de Bourdieu e Darbel, *L'amour de l'art* (1991[1969]), nomeadamente as implicações dos vários capitais - social, cultural e económico - na frequência de museus.

³¹ Estes autores defendem que a associação do envelhecimento ativo ao envelhecimento produtivo se torna apetecível para as políticas públicas (Chatzitheochari e Arber, 2011: 4).

3 Os seniores nos museus

3.1 Públicos: dos conceitos aos estudos

A noção de público³² de museu “associa estreitamente a atividade do museu a seus usuários, mesmo àqueles que deveriam se beneficiar de seus serviços, embora não o façam” (Desvalées e Mairesse, 2013: 87). Os estudos de públicos em museus surgem no momento em que o museu regressa a um papel social mais ativo e, conseqüentemente, mais virado para os visitantes (DiMaggio, 1996: 81). As conclusões retiradas do primeiro estudo de públicos de museus de arte de Bourdieu e Darbel (1991 [1969]) de que a frequência de museus se associa diretamente à condição social e à escolaridade, têm-se mantido como válidas até hoje. De referir que em França se tem verificado que as disparidades sociais dos frequentadores de museus são mais visíveis nos museus de arte clássica e contemporânea e se atenuam nos museus históricos, científicos ou técnicos (Coulangeon, 2005: 91). Segundo Costa (2004: 128), o pressuposto de que ter competências (níveis de escolaridade elevados) é igual a ter apetências (práticas culturais), tem tido alguns questionamentos, seja por se verificar que ter competências não significa necessariamente gerar apetências, “quando muito as competências são condição necessária mas não suficiente” (*idem*: 129), pela diversidade de possibilidades culturais, em que “não se pode ser universalmente competente, nem pode haver apetência para tudo (...)” (*idem, ibidem*), seja porque uma caracterização social dos públicos da cultura é necessária mas não suficiente para uma compreensão dos indivíduos. Ainda como herança ao estudo de Bourdieu e Darbel, muitos estudos de públicos de museus continuam a adotar inquéritos por questionário e menos em métodos interpretativos, experimentais e observacionais (Eidelman e Roustan, 2014: 17; DiMaggio, 1996: 85), o que pode limitar a compreensão dos comportamentos ao nível individual. No entanto, na perspetiva de Bernard Lahire, o estudo sociológico dos indivíduos deve utilizar os resultados estatísticos como complemento:

There is no need to be concerned that a sociology at the level of the individual has no use for statistics. On the contrary, it uses findings and analyses from sociological research employing statistical techniques, but it takes a closer look in order to assess heterogeneity within individuals (Lahire, 2003: 349).

³² Segundo Mantécon (2009: 180) a utilização da expressão “público”, até então exclusivamente relativa ao bem comum do Estado, começou a ser utilizada no teatro renascentista (final do século XVI) para referir espectadores/assistentes.

Em relação a este posicionamento de Lahire, em discordância com Bourdieu e Darbel, sobre a relevância da heterogeneidade dos indivíduos, Costa (2004) explica que:

Estes fenómenos acontecem, não porque os processos sociais sejam informes e desconexos, nem porque os atores sociais sejam seres essencialmente confusos e incoerentes, mas, justamente, como manifestação da especificidade de cada um desses dois níveis da realidade social, o dos coletivos e o dos indivíduos, e das relações complexas entre ele (Costa, 2004: 130).

Se hoje se começa a verificar uma nova tendência em que os públicos além de destinatários de determinada oferta cultural, são simultaneamente utilizadores, produtores e emissores culturais (Mantécon, 2009: 181-182), ainda há campos, como os museus de arte, onde estas noções não têm ainda grande propriamente impacto. Do ponto de vista sociológico, fala-se em públicos da cultura, um conceito polissémico e plural (Ribeiro, 2012: 165), que se tem refletido na caracterização de vários segmentos de público (Santos, 2004: 9). Tome-se como exemplo os públicos seniores. Porquê o plural, quando a especificação do segmento os parece caracterizar? Volta-se à tensão da heterogeneidade escondida por conceptualizações presentes nas definições de grupos etários. Poder-se-ia falar de público sénior, mas não se estaria a pôr de lado a “tensão entre homogeneidade e diferenciação” (*idem*: 10), em que “os indivíduos na sua singularidade são sempre socialmente plurais” (Costa, 2004: 130, segundo Lahire e Gilberto Velho)³³? Partindo de Michael Warner, em que um público varia de acordo com os contextos e com as instituições, Lopes e Aibéo (2004) defendem que: “(...) importa questionar as condições que agregam as pessoas num determinado público, bem como o facto de esse público ser mais do que o somatório dos indivíduos que nele se agrupam” (Lopes e Aibéo, 2004: 46). Os públicos não são simplesmente resposta a uma oferta cultural, os indivíduos que os compõem são marcados por heranças familiares, percursos escolares, trajetórias sociais, estilos de vida (Mantecón, 2009: 182; Ribeiro, 2012: 166) que determinam afastamentos e aproximações.

Assim, põe-se a questão: “como reagir face às variações comportamentais, à incoerência de preferências e práticas, às motivações difusas e aos percursos divergentes desencadeados a partir de condições aparentemente comuns?” (Ribeiro, 2004: 166-167). Concretamente, como

³³ “O público sénior não é apenas um; são vários. Tipificá-lo, estereotipá-lo, seria um erro, levaria a medidas e propostas que não trariam respostas para verdadeiras necessidades (Teixeira *et al.*, 2012: 23).

é que as políticas podem dirigir-se a condições sociais partilhadas se falharem na distribuição direta e homogénea das práticas individuais que devem atingir? (Costa, 2004: 130). A resposta política tem passado por questões relacionadas com a democratização cultural³⁴ como a multiplicação ou a descentralização da oferta, a formação de públicos para a sua diversificação, condições sociais de acesso favoráveis, mas também e cada vez mais numa perspetiva de gestão:

Estabelecer a curva da visitação, conhecer e compreender os visitantes, satisfazer os usuários: três abordagens que traduzem o que está em jogo, os saberes e os diferentes sistemas de ação, que, em conjunto, determinam a política para o público do museu contemporâneo (Eidelman e Roustan, 2014: 13).

A atenção para com os públicos tem-se centrado mais no conhecimento das ofertas e na abordagem descritiva dos consumos de bens culturais, que peca em explicar a interação de determinados indivíduos com esses consumos (Mantécon, 2009: 176). No entanto, para as políticas públicas, e do ponto de vista da instituição - e não esquecendo que o museu (público) é um serviço público - é importante saber como é que esse serviço está a ser oferecido e recebido (Hooper-Greenhill, 1994: 54). Embora Santos defenda que

(...) não deve confundir-se o conhecimento produzido para a investigação com o orientado para a estratégia e a aplicação – o conhecimento científico e as “sondagens de mercado” respondem, necessariamente, a perspetivas (logo a pressupostos) diferentes, ainda que possam complementar-se (Santos, 2008: 82).

O aumento do número de inquéritos aos públicos de museus tem tido diversas formas e abordagens, como é disso exemplo França, onde nomeadamente “um estudo em cada oito incide sobre as estratégias de informação e de comunicação e a política tarifária dos estabelecimentos” (Eidelman e Roustan, 2014: 26) - esse aumento foi feito sem que os conhecimentos daí gerados fossem analisados e confrontados com diferentes temas como precisamente a política tarifária, a fidelização dos públicos, a conquista de novos públicos, etc. (Donnat e Octobre, 2001: 176). Não esquecendo o papel essencial do Observatório das Atividades Culturais (OAC) – extinto em 2013 - na literatura sociológica dos públicos da cultura em Portugal, os estudos de públicos por parte das instituições museológicas são raros

³⁴ Conceito explicado mais à frente.

e pouco sistemáticos, alguns associados a investigações de mestrado, raramente utilizados como instrumentos de gestão:

Em Portugal, apesar do que se tem produzido sobre as práticas e os públicos culturais, esta longe de um conhecimento aprofundado, sistemático e integrado (nacional e sectorial) dos públicos e das práticas culturais, capaz de enformar, no interior das instituições culturais e na acção política, desenhos estratégicos sustentados pelas “realidades” a que se dirigem... (Santos, 2008: 83).

No que aos museus nacionais diz respeito, correspondendo à Lei-Quadro dos Museus Portugueses em que “o museu deve realizar periodicamente estudos de público e de avaliação em ordem a melhorar a qualidade do seu funcionamento e atender às necessidades dos visitantes.” (Lei-Quadro dos Museus Portugueses, Capítulo IV, artigo 57º) e mais concretamente à necessidade de “assegurar a produção permanente de informação sobre os públicos dos MPM³⁵” (Camacho, 2015: 34), o Estudo de Públicos de Museus Nacionais (EPMN), a que se voltará adiante, corresponde justamente a um contributo nesse sentido, aliando precisamente uma análise sociológica à informação para a gestão pública dos museus nacionais³⁶.

3.2 Os públicos seniores de museus

Sobre os públicos seniores importa perceber a sua conceptualização. Como foi visto, os públicos seniores de museus não podem ser definidos apenas por uma maior disponibilidade de tempo, nem apenas pelas suas características sociais, escolares ou económicas – determinantes para a maioria dos públicos de museus. São, sem dúvida, condições que importa ter em conta, sem esquecer que diferentes níveis de mobilidade, de audição, de visão, de capacidade intelectual e ainda as suas condições de habitação – acompanhadas, sozinhas, institucionalizadas (Teixeira *et al.*, 2012: 20-22) são tudo características dos seniores que têm implicações no modo como estes públicos devem ser encarados. Compreende-se a opinião de Bourges (2011) sobre o que constituem os públicos seniores em que “l’entrée dans cette catégorie ne saurait être rapportée à une question d’âge, mais plutôt à un changement comportemental.” (*idem*: 25), no entanto limita os públicos seniores aos indivíduos até aos 80

³⁵ Museus, Palácios e Monumentos da DGPC

³⁶ Resultados Globais do EMN, 2016: <http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/docs/2016/05/20/ResultadosGlobaisEPMN.pdf>

anos por considerar que estes, não tendo capacidade de mobilidade, não se afiguram como públicos potenciais.

Revela-se pertinente um olhar sobre o que tem sido feito sobre os públicos seniores nos contextos nacional e internacional. Em concreto, perceber como é que estes públicos têm sido encarados, nomeadamente qual a existência de estudos específicos, quais os resultados apresentados, quais as particularidades destes públicos? É o aumento dos seniores que o torna assunto das políticas públicas – para lá das preocupações estritamente sociais - como é disso exemplo o envelhecimento ativo. Segundo Bourges (2011: 25), é a chegada dos chamados “baby-boomers³⁷” à categoria dos seniores e as previsões para 2035 do crescente peso dos seniores na sociedade ocidental que fazem prever um aumento do consumo cultural dos seniores. Não se fala aqui de diversidade mas de quantidade. Apesar de hoje ainda existir pouca atenção do ponto de vista comercial/de marketing a esta categoria (Hansen e Zipsane, 2013: 37), faz sentido uma integração dos seniores nas práticas de consumo e mesmo na economia em geral (Pouquet, 1996: 47). No entanto, importa referir que o que explica uma abordagem da sociologia da cultura (em contexto museológico) sobre os seniores, são as suas especificidades e não o seu peso crescente na estrutura demográfica dos países ocidentais – ao contrário, por exemplo, de uma abordagem mais típica da gestão: “apesar de o universo de praticantes culturais ser minoritário e socialmente restrito (...) nem por isso deixa de incluir diferenciações internas relevantes” (Pinto, 2004: 21).

Viram-se já algumas características dos tempos livres dos seniores e quais os impactos nas práticas de lazer. Apesar da existência, em Portugal, de alguns estudos gerais de onde se podem retirar informações muito pertinentes, a falta de estudos específicos sobre práticas culturais dos seniores - de que um dos raros exemplos é o estudo *Museus e Público Sénior em Portugal: Perceções, Utilizações e Recomendações* (Teixeira, Faria e Vlachou, 2012) - também em contexto europeu, é reveladora de uma categoria que não tem recebido muita atenção. No caso particular dos museus, os estudos sobre os públicos seniores são ainda escassos:

(...) Il n'en demeure pas moins que les institutions culturelles et plus particulièrement les musées s'intéressent encore peu à cette classe d'âge, peut-être par habitude ou par oubli, sûrement par manque de moyens, très certainement par méconnaissance (Bourges, 2011: 24).

³⁷ Indivíduos nascidos entre 1950 e 1970 (Judt, 2005, 331).

Em Portugal, o estudo acima referenciado (Teixeira, Faria e Vlachou, 2012) dá pistas sobre posicionamentos tanto do lado da oferta como da procura, desenvolvendo também uma série de conclusões e recomendações. Destaquem-se as novas exposições como fator motivador de experiências repetidas, a especificidade das visitas guiadas para os públicos seniores³⁸, o descontentamento com o tamanho de letra de legendas e textos, a importância no acolhimento nos museus³⁹, a criação de bilhetes que facilitem a repetição da visita e a falta de reflexão e meios de avaliação sobre o trabalho para e com os públicos seniores (*idem*: 100-103). Ainda no contexto português, de referir as jornadas *Envelhecimento, espaços culturais e arte contemporânea*⁴⁰. Embora com um contributo mais exploratório sobre atividades desenvolvidas - dentro e fora das instituições museológicas - e as perceções dos profissionais da área, o que demonstra, pelo menos, sensibilidade do lado de quem comunica e trabalha diretamente com os seniores, assim como da investigação académica - ainda sem grandes resultados práticos. Este é um exemplo como frequentemente, são precisamente as sensibilidades individuais dos profissionais que permitem atividades dirigidas a esta categoria, ao invés de uma orientação de cada instituição ou da tutela. Dito isto, há uma série de estudos de abrangência geral com dados relevantes para o assunto em causa, como já tem sido demonstrado nos estudos sobre ocupação do tempo.

Do ponto de vista académico, a maioria dos trabalhos relacionam-se com o envelhecimento ativo ou com o lazer, amiúde no contexto das universidades seniores⁴¹ ou em concreto no campo artístico, centrando-se nos benefícios da sua prática⁴². Especificamente no campo dos públicos seniores de museus, refiram-se dois trabalhos (Silva, 2012⁴³; Sá, 2016), ambos estudos de caso, sobretudo qualitativos. Relativamente ao último, destaque-se, por parte dos responsáveis de centros de convívio da zona de Barcelos, dos idosos neles inseridos e dos responsáveis do museu de Olaria de Barcelos, a perceção do custo de entrada como uma das fraquezas associadas a este público (Sá, 2016: 73-77).

³⁸ “Os visitantes seniores são sensíveis a ambientes muito congestionados, a visitas guiadas em que os próprios visitantes sejam elementos perturbadores. Estas características apontam para a necessidade deste público ter o seu tempo e espaço próprios.” (Teixeira, Faria e Vlachou, 2012: 102).

³⁹ Deverá ser respeitoso e saber corresponder às suas necessidades (*idem, ibidem*).

⁴⁰ Organizadas pelo IHA-FCSH/NOVA, o IGOT e a Culturgest.

⁴¹ Ver Neves (2014), Rebelo, (2014), Silva (2009).

⁴² Ver Simões, (2010).

⁴³ A opção metodológica de realizar uma observação não participante “dos visitantes nos quais fisicamente era possível notar encontrarem-se próximo ou acima dos 65 anos de idade” (Silva, 2012: 63) implica uma reserva quanto aos resultados obtidos.

Em Portugal, apesar do estudo de Teixeira, Faria e Vlachou (2012) referir a não existência de estudos (específicos) sobre estes públicos, existe, por outro lado, como já foi visto anteriormente, um conjunto de dados que permitem tirar algumas confirmar anteriores conclusões, nomeadamente na relação direta entre ser sénior e a diminuição da frequência de práticas culturais, que Bourdieu e Darbel já haviam identificado (1991 [1969]: 19), verificadas constantemente a nível global (Conde, 1996: 169⁴⁴; Silva *et al.*, 1999: 55; Silva, 2009: 13; Simplício, 2010: 42; S/autor, 2016, s.p.), havendo no entanto alguns museus onde tal não se verifica, nomeadamente em Cascais (Santos, Lima e Neves, 2005: 310) ou no Palácio Nacional da Ajuda (Santos, 2014: 22). Outra conclusão que se pode tirar claramente é que em termos globais os reformados⁴⁵ são sempre mais frequentes que os seniores, tanto nas práticas culturais (Pais, 1994: 80; Santos *et al.*, 1999: 55) como na ida a museus (Santos e Neves, 2005: 76, 89; Simplício, 2010: 48; Brito, 2013: 32-33; Santos, 2014: 38). Em linha com o Eurostat⁴⁶, os autores Falk e Katz-Gerro demonstram que apesar de variações no peso dos maiores de 65 anos na frequência de museus, ambas as realidades se verificam no contexto europeu:

The age effect is positive on average, indicating that the older a person is, the more likely he or she will be to visit museums and historical sites more frequently. However, we find a negative effect for the age category of 65 years and older (...) (Falk e Katz-Gerro, 2016: 137).

De resto, são os desempregados, os seniores, os reformados ou os deficientes os menos prováveis – e aqueles que visitam menos frequentemente - de visitarem museus, galerias, monumentos históricos e sítios arqueológicos (*idem*:136). Olhando de novo para a população portuguesa, os reformados⁴⁷ têm de facto um maior peso na estrutura portuguesa (26%) que os seniores (22,4%), o que se mantém quando se fala dos públicos de museus nacionais (11,4% reformados, 9,8% seniores) (gráfico I.3.2.1). No entanto, se o peso dos seniores é o

⁴⁴ Para os valores médios. Há alguns casos específicos em que a ida a museus aumenta nos maiores de 66 anos (caso do Museu do Teatro).

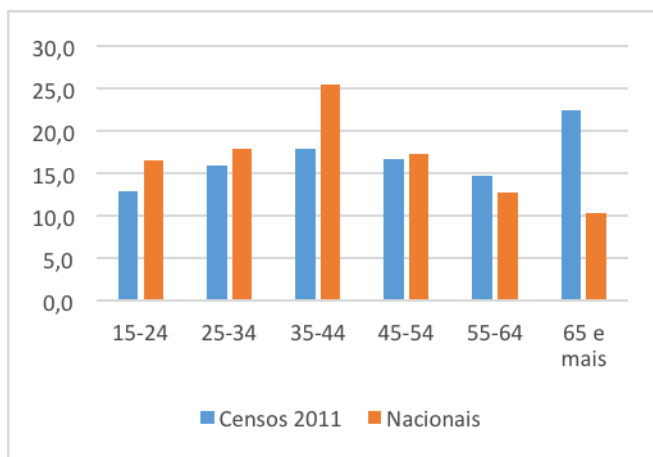
⁴⁵ Em 1999 foi flexibilizada a idade de acesso à pensão de velhice, abrangendo os indivíduos com 55 ou mais anos. Medida suspendida em 2005 (Cardoso *et al.*, 2012: 619 e 622), o que pode, em parte, explicar estes resultados.

⁴⁶ “European Union Survey of Income and Living Conditions” (Eurostat, 2010) para 24 países da UE – visitas a monumentos históricos, museus, galerias e sítios arqueológicos.

⁴⁷ E ainda os aposentados ou na reserva.

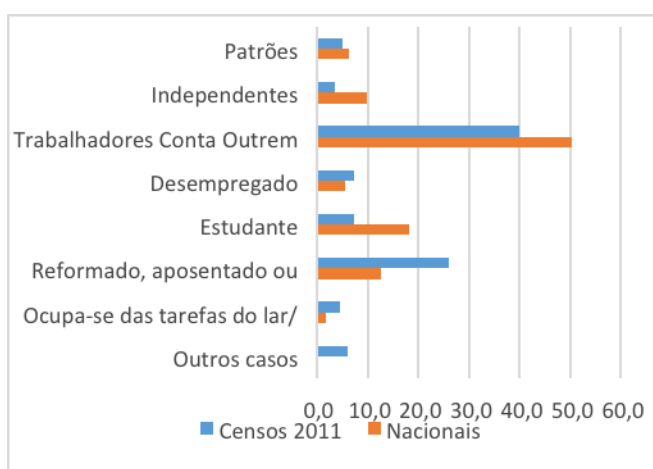
maior na população portuguesa⁴⁸ é o grupo etário com menor representatividade no âmbito dos museus nacionais (gráfico I.3.2.2).

Gráfico I. 3.2.1 População portuguesa e públicos nacionais por escalão etário



(em percentagem), Fonte: S/autor, 2016.

Gráfico I. 3.2.2 População portuguesa e públicos nacionais por condição perante o trabalho

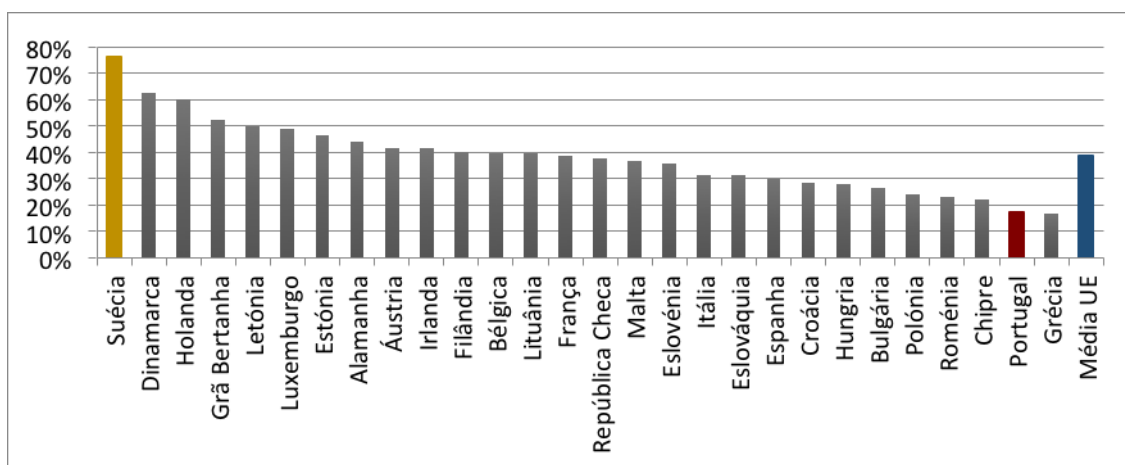


(em percentagem). Fontes: INE, Censos 2011 e EPMN, DGPC, 2015 (base de dados).

Numa comparação de Portugal com a União Europeia (28 Estados membro), tendo o Eurobarómetro como fonte (2013) é perceptível que o nível de frequência dos portugueses a museus e galerias é baixo para a população em geral - estando a 21 pontos percentuais da média europeia - com valores na ordem dos 18%, o segundo valor mais baixo, atrás da Grécia (17%) (Gráfico I.3.2.3).

⁴⁸ Para efeitos do EPMN, não foram contabilizados os indivíduos com menos de 15 anos.

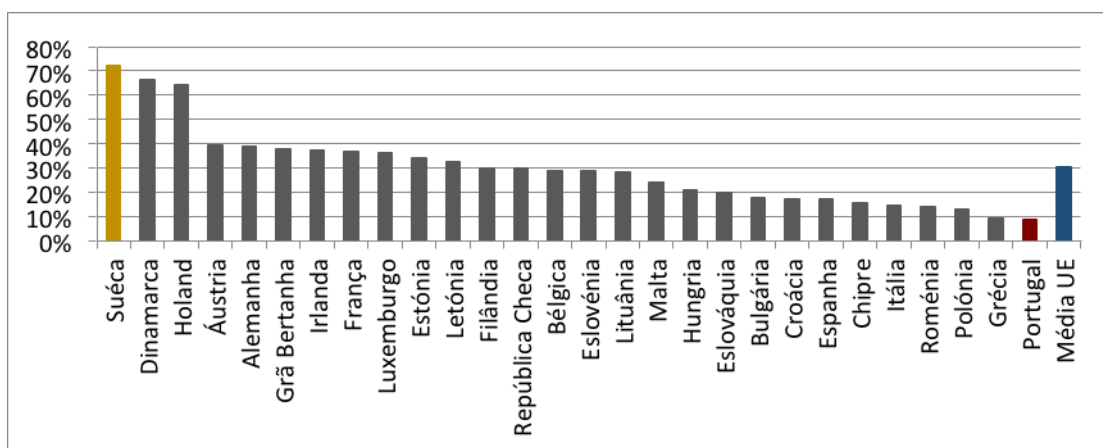
Gráfico I. 3.2.3 Ida a museus e galerias pelo menos uma vez nos últimos 12 meses
(UE28 - população)



(percentagem). Fonte: Eurobarómetro 399, 2013.

Olhando para as práticas de museus dos maiores de 65 anos, há um decréscimo geral – com exceção da Dinamarca e da Holanda⁴⁹ - estando a média europeia 8 pontos percentuais abaixo dos valores para a população geral. Portugal é aqui o país com os valores mais baixos (8,7%), estando no extremo oposto a Suécia (72,2%) (Gráfico I. 3.2.4).

Gráfico I. 3.2.4 Ida a museus e galerias pelo menos uma vez nos últimos 12 meses
(UE28 - 65 e mais anos)



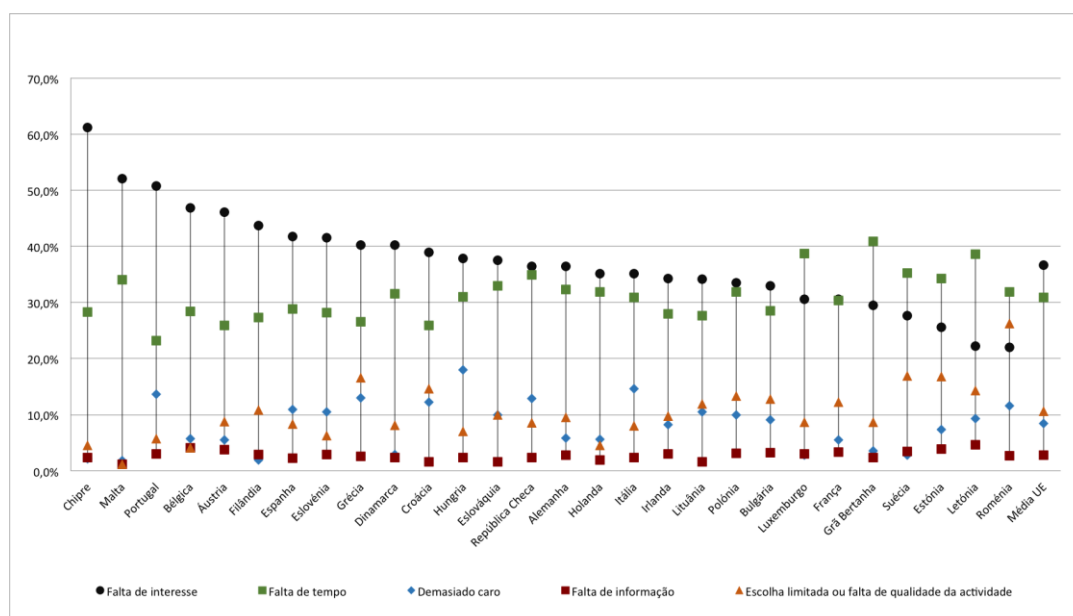
(percentagem). Fonte: Eurobarómetro 79.2 (Bdados)⁵⁰.

⁴⁹ Aumentos de 4% aproximadamente.

⁵⁰ A fonte utilizada nos gráficos I.3.2.4 e I. 3.2.6 é a base de dados do estudo, não o relatório como nos demais Comissão Europeia, Bruxelas, Eurobarómetro 79.2, abril-maio 2013, TNS Opinion,

Posto este cenário, importa compreender as principais razões que os indivíduos indicam para a não frequência destas instituições. Para a população, a falta de interesse e a falta de tempo são maioritariamente as razões apresentadas pelos inquiridos, o que se verifica em grande medida para Portugal, no primeiro caso com 51% a declarar falta de interesse como razão principal. O segundo caso, apesar de ter uma percentagem considerável (23%) apresenta o valor mais baixo no conjunto dos 28 países (média 30,9%). Das três restantes razões⁵¹, evidencia-se o fator preço, com 14% dos inquiridos portugueses a considerar este um fator desmotivador, o terceiro valor mais alto no conjunto dos países (Gráfico I. 3.2.5).

Gráfico I. 3.2.5 - Razões para não ir a museus e galerias (UE28 – população)



(percentagem) Fonte: Eurobarómetro 399, 2013.

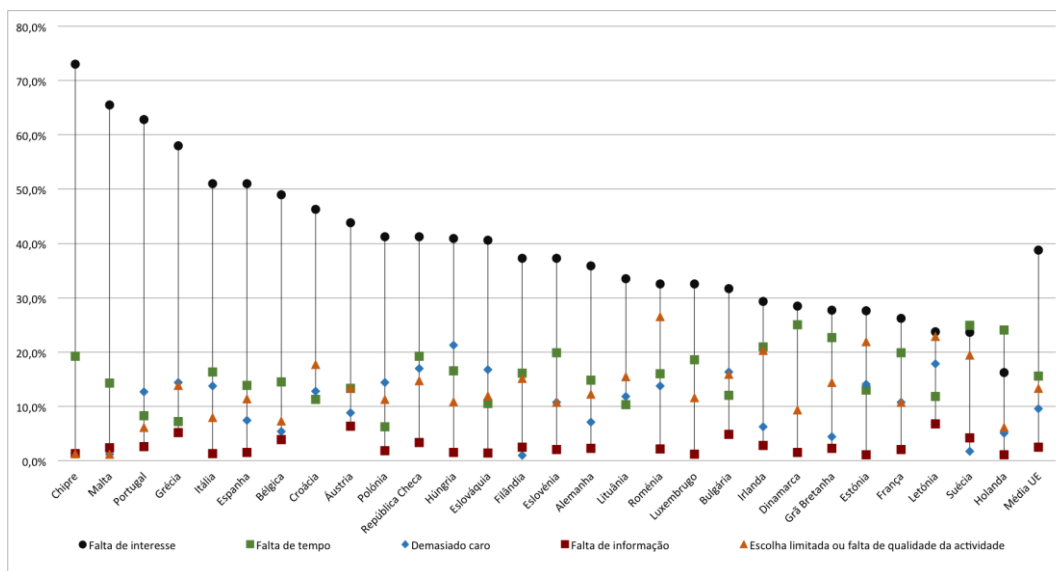
Para os maiores de 65 anos, a falta de interesse acentua-se como a razão principal (média 39%), o que acontece também com Portugal (63%), onde o peso do preço, apesar de consideravelmente baixo (13%) se destaca por ser a segunda razão declarada de não ida (Gráfico I.3.2.6). Estes dados vão de encontro à maioria dos estudos desenvolvidos sobre as motivações de ida a museus: “Opinion polls, such as those cited above, concistently

Bruxelas, GESIS, Colónia: ZA5688, data set version 2.0.0. É designada abreviadamente por: Eurobarómetro 79.2 (Bdados).

⁵¹ Demasiado caro, falta de informação e escolha limitada/falta de qualidade da atividade.

demonstrate that a lack of interest in museums is a much more importante ‘barrier to access’ than the existence of a charge for admission(...)” (Falconer e Blair, 2003: 885).

Gráfico I. 3.2.6 Razões para não ir a museus e galerias [65 e mais anos]



(percentagem) Fonte: Eurobarómetro 79.2 (Bdados)

4 Políticas públicas e seniores

As abordagens sobre as relações dos seniores com a cultura e em concreto com a arte, prendem-se com a aprendizagem (numa lógica de aprendizagem ao longo da vida/envelhecimento ativo), com a participação ativa (como produtores, envolvimento em atividades plásticas, por exemplo), com a aprendizagem passiva (como espectador/visitante/público) e ainda com a participação cívica (o voluntariado). O Estudo sueco *Creativity, Lifelong Learning and the Ageing Population* (2013) demonstra precisamente a relação dos seniores com a participação no domínio da cultura. Tem sido dito que os seniores não têm recebido um enfoque particular em atuações/políticas neste domínio, no entanto, nota-se em alguns países uma especial atenção ao papel que a arte pode ter como atenuador de limitações físicas. Se se olhar em particular para os casos dos museus e galerias no Reino Unido verifica-se uma tentativa de introduzir atividades relacionadas com a demência e as doenças mentais que acabam por se inserir mais numa investigação sobre as questões da acessibilidade física e mental – veja-se em Portugal o projeto “Eu no MusEU” do MNMC e da Associação Portuguesa de Familiares e Amigos dos Doentes de Alzheimer

(APFADA)⁵² – e ainda um enfoque na aprendizagem ao longo da vida. Antes do problema do envelhecimento europeu ter entrado em força nas decisões políticas, os museus - locais de aprendizagem não formal por excelência (Falk e Dierking, 2000; Hooper-Greenhill, 2007; Dodd e Jones, 2014) - começaram a criar programas e atividades direcionados a seniores em contexto de aprendizagem (Grut, 2013: 23), no entanto, sem grande impacto na maioria desses indivíduos: “However, the great majority of older adults does not use heritage institutions in this participatory manner but come to follow lecture series, guided tours, excursions or other, more passive forms of events” (Grut, 2013: 29).

De modo a encorajar uma maior participação nos museus, bibliotecas e arquivos, por parte dos seniores, os autores ingleses Aldridge e Dutton (2009) sugerem uma abordagem mais segmentada da sua oferta, diferenciando necessidades e promovendo atividades de acordo com essas diferenças: “museums, libraries and archives need to gather better evidence of: their services to older people [and] the outcome of these services/interaction with older people” (*idem*: 7). Segundo Grut (2013: 27), o aumento de iniciativas sobre o envelhecimento e os seniores, presentes nos documentos sobre a Europa 2020⁵³ não é ainda acompanhado por uma referência ao potencial do papel da cultura.

No contexto português, apesar de algumas exceções, a maioria das atividades dirigidas especialmente aos públicos seniores são sobretudo as visitas guiadas maioritariamente em contextos de grupo (Teixeira, Faria e Vlachou, 2012: 32). Neste contexto, de destacar o papel das universidades para a terceira idade. Por exemplo, no MNAA para o ano de 2013, 26% (anexo A) das visitas guiadas a grupos seniores às exposições permanente e temporárias partiram de universidades seniores. Relembre-se que as visitas de estudo de Universidades Sénior ou de 3ª Idade têm isenção de pagamento na entrada⁵⁴.

A preocupação social com os seniores começa sobretudo no período pós 25 de Abril de 1974⁵⁵, nomeadamente com o desenvolvimento de infraestruturas que favorecem a sua

⁵² A base científica destes estudos tem a ver com o potencial das memórias passadas em relação com a arte, contra a evolução da demência, de que o MoMA (Museum of Modern Art de Nova Iorque) foi pioneiro.

⁵³ A estratégia europeia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo para a próxima década.

⁵⁴ Professores e alunos de qualquer grau de ensino, incluindo Universidades Sénior ou de 3.ª Idade, quando comprovadamente em visita de estudo e mediante marcação prévia confirmada pela Direção do Palácio, Museu ou Monumento” (Despacho 4764_2014 de 19 de maio).

⁵⁵ Em 1976 é reconhecida a *terceira idade* como uma categoria social autónoma (Cardoso *et al.*, 2012: 614).

integração e participação na sociedade (Cardoso *et al.*, 2012: 614) e no início do século XXI “uma maior transversalidade na gestão pública da velhice, envolvendo mais áreas governativas e, por esta via, dimensões e objetivos sociais que não se cingiam às questões relativas às pensões e seus complementos” (*idem*: 618). A preocupação com a participação cultural surge em 1992 na Constituição Portuguesa (Lei Constitucional nº 1/92 de 25-11-1992, Artigo nº 72): “A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”. Do ponto de vista sociocultural foram adotadas algumas medidas de incentivo à participação, nomeadamente o acesso a espetáculos de teatro e cinema a preços reduzidos ou o acesso gratuito a museus (Quaresma, 1988: 230; Silva, 2006: 96-97) que se englobam no direito à fruição cultural compreendendo o direito de acesso ao património cultural (Lei Constitucional 1976, Artigo nº73). No contexto museológico português, e de acordo com a Lei-Quadro dos Museus Portugueses, os custos de ingresso para jovens, idosos, estudantes, famílias e idosos devem ser diferenciados favoravelmente (Artigo nº 55). Na prática, se o museu quer responder às funções atribuídas pela sociedade, identificadas por Gob e Drouguet (2006: 95) como acolhimento físico – comodidade e acessibilidade -, intelectual – aberto a todos - e moral – discurso acessível à maioria dos visitantes, deve ter uma atitude acolhedora. De facto, tem-se verificado uma especial atenção aos espaços de acolhimento dos museus, assim como ao papel dos funcionários de museus de informar e orientar, por se considerar essencial na relação que se estabelece com o visitante: “ce premier contact du visiteur avec le musée est capital; là peuvent déjà se jouer la qualité de la visite et de la fréquentation future du visiteur” (*idem*: 97).

Do ponto de vista conceptual e político, está-se perante conceitos e objetivos, nomeadamente democratizar e facilitar o acesso aos museus, que se concretizam em medidas de carácter geral ou específico.

4.1 Políticas de acesso aos museus nacionais: democratizar e facilitar o acesso

O objetivo da democratização cultural decorre da criação do Ministério dos Assuntos Culturais em França em 1959 pelas mãos do então ministro André Malraux, que se propunha “rendre accessible au plus grand nombre les œuvres capitales de l’humanité et d’abord de la France” (Donnat, 2003: 9). Em Portugal, a promoção da democratização cultural por parte do Estado é declarada no pós 25 de Abril (na Constituição Portuguesa de 1976). Segundo Donnat

e Octobre (2001) o objetivo expresso de tornar a cultura⁵⁶ acessível a todos gera algumas confusões. Pode ser entendido como acessibilidade material, por parte da oferta (Gomes e Lourenço, 2009: 13) – repartição dos equipamentos culturais sobre o território, permitir a acessibilidade física dos deficientes e manter tarifas consideradas razoáveis. Ou pode ser entendido como pretender o aumento do volume de frequência ou das práticas ou como visar a modificação da estrutura social dos públicos, ou seja, o alargamento social dos públicos (Donnat e Octobre, 2001: 19). Em França - onde a questão da democratização cultural tem sido muito abordada - apesar do aumento do poder de compra e da escolarização, assim como da oferta cultural não se verificou um alargamento dos públicos. Verificou-se um aumento do número de entradas, mas “l’augmentation de la fréquentation d’un équipement ou la progression du nombre d’entrées ne signifie pas automatiquement une démocratisation de l’accès.” (*idem, ibidem*). Os poucos escolarizados continuam a dedicar pouco tempo de lazer a atividades artísticas e a frequentar raramente equipamentos culturais (Donnat, 2003: 12), ou seja, não se verificou uma redução significativa das disparidades entre grupos sociais (Donnat, 2001: 29), remetendo mais uma vez para a validade das conclusões de Bourdieu e Darbel (1991[1969]). Em Portugal, as respostas à democratização cultural centraram-se, sobretudo, na criação de novos equipamentos culturais, tendo-se notado amiúde a falta de audiências para as atividades propostas e mantido a seletividade social dos praticantes, nomeadamente com elevados níveis de qualificação escolar e profissional (Gomes e Lourenço, 2009: 11-12).

Assim, se o alargamento de públicos não se tem verificado, como encarar as condições de acesso a museus (nacionais)? Concretamente, quais os contributos das medidas de isenção e descontos para o cumprimento do “princípio fundamental do acesso universal à cultura” (Despacho 6474/2014)? Pode-se concluir que as condições de acesso dos seniores aos museus não correspondem diretamente aos pressupostos de democratização cultural de alargamento de públicos, no entanto “the view that charges serve as a barrier to access remains an assumption in the absence of empirical research into the social composition and background of museum visitors” (Falconer e Blair, 2003: 87) o que tem implicado debates constantes sobretudo no Reino Unido, em França (*idem*: 72; Fourteau, 2007: 16) e esporadicamente em Portugal.

⁵⁶ Erudita.

4.1.1 Isenção e desconto

Reino Unido (da época do primeiro ministro Tony Blair) e França são dois casos distintos e paradigmáticos da aplicação destas políticas devido ao papel intervencionista do Estado⁵⁷, ao contrário dos Estados Unidos que devido a um modelo muito menos direto no apoio à cultura afastam-se substancialmente desta problemática (Benhamou, 2004: 94). Começando pelo Reino Unido, a tendência nos museus nacionais era de entrada gratuita até aos anos 1970, quando surge um forte debate sobre a sua sustentabilidade e, conseqüentemente, sobre o custo de entrada. Assim, o governo britânico dá autonomia a cada instituição para adaptar a bilheteira às suas necessidades financeiras (Bailey et al., 1997: 355-357), que nos anos 1990 se concretiza em entradas pagas, mas que em 2001 volta a ser gratuita para todos os museus e galerias nacionais, com exceção das exposições temporárias (Martin, 2002:1). Apesar das exigências financeiras, continua a existir uma preferência política pela gratuidade – na Europa, apenas a Dinamarca seguiu o exemplo britânico (Cowell, 2007: 220) - concretizado em 2001⁵⁸. Tanto no caso português como no caso francês a gratuidade é uma medida de exceção, enquanto que no Reino Unido é total, como foi referido. O caso português tem mais semelhanças com o francês, uma vez que até 1990 todos os domingos eram gratuitos. Neste país, o Museu do Louvre foi pioneiro tanto nas medidas aplicadas como na forma como conduziu os estudos. Entre 1990 e 1996, a gratuidade para todos foi abolida aos domingos, sendo reintroduzida ao primeiro domingo de cada mês e aplicada a todos os museus nacionais a partir de 2000 (Fourteau, 2001: 150), como aconteceu catorze anos mais tarde em Portugal, sem ter por base um estudo. Como dizia Fourteau para o caso francês:

L'on sait très peu de chose de l'effet des tarifs dans la sphère des biens culturels, et l'on ignore presque tout des effets de la gratuité. Cette question, qui a suscité tant de débats idéologiques, n'a jamais réellement fait l'objet d'analyses d'impact (Fourteau, 2001 : 151).

A maioria das pesquisas desenvolvidas sobre esta questão esteve, até certo ponto, centrada na sua legitimidade - argumentos a favor ou contra a sua aplicação sobretudo por parte de atores governamentais ou institucionais. Levando, conseqüentemente, à verificação estatística

⁵⁷ E pela profundidade dos estudos aplicados nestes contextos.

⁵⁸ "(...) Indeed, in some cases the revenue generated from special exhibitions for the so-called "non-charging" museums exceeds the revenue gained by the so-called "charging" museums." (Bailey e Falconer, 1998: 172).

do impacto – positivo, negativo ou nulo. da gratuitidade junto do público (Bailey *et al.*, 1997: 355-369). Em Portugal, o debate gerado junto de profissionais do setor não teve por base estudos, mas a política foi alterada.

As fontes administrativas (decorrentes do registo das entradas e apropriadas para fins estatísticos), são ferramentas informativas subvalorizadas, mas fundamentais para o conhecimento dos volume e fluxos de visitantes. O sistema de bilhética⁵⁹ da DGPC regista e categoriza os visitantes de acordo as normas de entrada e permite o preenchimento da nacionalidade. Um enriquecimento das lógicas de gestão e análise por via de uma outra fonte, os inquéritos aos públicos, permite um melhor conhecimento a partir, designadamente, das características sociais (escolaridade, sexo, idade, local de habitação, entre outras) de modo a responder a questões de segmentação dos públicos, pelo menos no plano sociodemográfico (Outobre, 2007: 101).

A análise do impacto da medida é não só relevante como necessária, mas as suas limitações práticas próprias das fontes administrativas não permitem, naturalmente, clarificar só por si a concretização (ou não) da democratização cultural nem outros efeitos da medida nos visitantes.

Se as diferentes modalidades de gratuitidade para todos – a tempo parcial ou total - têm gerado debates, tal não se verifica para a modalidade de ingresso para os seniores, apesar de algumas modificações em contexto nacional, registáveis desde 1989⁶⁰. No caso dos museus nacionais, nesse ano e como já foi visto, os indivíduos com mais de 65 anos não pagavam ingresso⁶¹ (Guia do Idoso, 1989: 15), tendo-se alterado, seis anos depois, para tarifa reduzida (50%) para reformados⁶² (Guia do Idoso, 1995: 74-85), cuja redução se mantém alterando-se os destinatários para maiores de 65 anos (Despacho n° 9104/2004) até hoje. Tendo em conta os dados apresentados anteriormente relativos aos peso dos reformados e dos seniores, é possível que esta última alteração corresponda à redução de custos da administração central verificada nos anos mais recentes da dinâmica museológica portuguesa⁶³ e de que a alteração do período de gratuitidade – passagem de domingos e feriados até às 14 horas para o primeiro domingo de cada mês – é um maior reflexo.

⁵⁹ “Sistema de emissão, venda e validação de bilhetes”, Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [online], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo/bilh%C3%A9tica> [consultado em 29-10-2016].

⁶⁰ Não foram encontrados registos anteriores.

⁶¹ Nos museus sob tutela do então Instituto Português do Património Cultural .

⁶² Nos museus sob tutela do Instituto Português de Museus.

⁶³ ver capítulo 1. Museus.

II – METODOLOGIA E PROCESSOS

A metodologia de análise do objeto de estudo desta pesquisa – os públicos seniores no MNAA, no contexto particular das condições de acesso a museus nacionais – é de natureza qualitativa. Aproxima-se da metodologia de estudo de caso Creswell (2007:73) uma vez que se recorre a múltiplas fontes de informação (documentação, observação e entrevistas) sobre uma determinada realidade.

Tendo em conta considerações teóricas sobre a investigação quantitativa, em que esta fornece uma visão geral de tendências, associações e relações mas não diz porque é que as pessoas respondem, o seu contexto e comportamentos (Creswell, 2007: 40). Como Donnat e Octobre (2001: 95) não se pretende defender que a abordagem qualitativa é melhor que a quantitativa, ou vice-versa, mas sim pretende-se uma multiplicação de pontos de vista, na medida em que as duas metodologias são cada vez mais tidas como complementares e apresentam, também limitações. Segundo Firmino da Costa (2004: 134-135) os dois métodos são estritamente necessários, nomeadamente através da articulação de inquéritos por questionário, análise documental, entrevista e observação direta. A utilização de dados estatísticos (dos museus nacionais e do MNAA) funciona como enquadramento à metodologia adotada. Assim, optou-se por uma metodologia sobretudo qualitativa, que permita explorar não só o nível da particularidade dos indivíduos seniores como das relações que se estabelecem entre estes, os museus nacionais e em concreto o MNAA, sempre na lógica do geral para o particular. Deste modo, recorreu-se a um conjunto de métodos de entrevista (aos funcionários da bilheteria dos museus nacionais e aos visitantes seniores do MNAA), observacionais (das condições de bilheteira dos museus nacionais e da interação visitante-funcionário no MNAA).

Tendo como ponto de partida a articulação desta dissertação com o EPMN, no contexto de um estágio não-curricular previsto num protocolo entre a DGPC e o ISCTE-IUL, partiu-se das respostas aos inquéritos para determinar a amostra de inquiridos e, partindo daí, também atualizar perceções ou acrescentar novos elementos. Também neste contexto de articulação foram realizadas as entrevistas aos funcionários e as observações dos contactos dos visitantes com as bilheteiras. Do ponto de vista ético, achou-se pertinente perceber eventuais considerações relativas ao estudo dos (públicos) seniores.

O modelo de análise adotado partiu das noções de “modos de relação das pessoas com as instituições” e “modos de relação entre as pessoas e os seus contextos imediatos de ação” desenvolvidas por Firmino da Costa (2004) e, também, das noções de contexto social, físico e

peçoal de Falk e Dierking (2000) aplicadas em contexto museológico. Estas referências funcionam como orientações para uma abordagem particular, tanto que no segundo caso não se fala no contexto de aprendizagem em museus. No entanto, faz sentido uma abordagem daqueles contextos para entender a relação dos museus para com os públicos seniores e vice-versa.

1. As estatísticas de visitantes da Direção-Geral do Património Cultural

Apesar das limitações inerentes às fontes administrativas, o conjunto de dados relativos aos seniores nos museus nacionais trabalhados a partir das estatísticas de visitantes da DGPC permitiu desenvolver hipóteses que a investigação qualitativa permitiu aprofundar. Assim, recorreu-se às estatísticas de visitantes dos museus da DGPC, cujo registo contabiliza visitas – e não visitantes – através do tipo de bilhete emitido. Isto implica que os dados relativos aos seniores são, na verdade, relativos às entradas com este bilhete não a todas as entradas por estes indivíduos. Há um conjunto de tarifas e isenções que incluem, exclusivamente ou não, indivíduos seniores, como as visitas das universidades de terceira idade ou as entradas com bilhete de família, não sendo, no entanto incluídos nas categorias dos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos. É também este aspeto que justifica que se recorra a dados disponibilizados pelo serviço educativo do MNAA sobre as visitas por grupos seniores, ainda que não comparáveis – reportam-se ao período de um ano – funcionam como complemento para uma compreensão. O universo são o número de entradas com bilhete sénior nos museus nacionais num período de dez anos (2004-2014), correspondentes, respetivamente à passagem da tarifa reduzida de reformados para seniores e à alteração da gratuitidade para todos.

2. As práticas do atendimento ao público nos serviços de bilheteira nos museus nacionais: método e análise

2.1 Entrevistas aos funcionários

As entrevistas aos funcionários das bilheteiras dos museus nacionais pretendem conhecer os processos de abordagem relativos aos descontos, com enfoque na categoria sénior. A opção de entrevistar os funcionários de bilheteira justifica-se na medida em que, estando em contacto direto com os visitantes no momento de compra/venda do bilhete, podem – com mais facilidade – dar conta das situações. Nos museus em que não foi possível abordar esses

funcionários⁶⁴ optou-se por falar com os interlocutores⁶⁵ do EPMN por estarem em contacto muito próximo com os procedimentos de bilheteira e, também, permitirem uma visão abrangente dos mesmos.

Trata-se de entrevistas - que tiveram como ponto de partida a declaração de entrada com bilhete normal por parte de alguns visitantes seniores⁶⁶ - para aferir a existência – ou não – de práticas e comportamentos generalizados para a posterior análise da influência desses procedimentos no cumprimento das condições que garantam o “acesso universal à cultura”⁶⁷.

As entrevistas realizaram-se em junho de 2015⁶⁸. Para a análise das entrevistas aos funcionários adotou-se o método “framework” proposto por Bryman e Burgess (1994) Apesar de aparentemente menos rico, de um ponto de vista ontológico (Creswell, 2007: 17), por não utilizar necessariamente citações, a vantagem desta é que segue um processo bem definido e estruturado que permite reconsiderar e reorganizar ideias, precisamente porque o processo analítico foi documentado e está acessível (Bryman e Burgess, 1994: 177). Assim, optou-se por apresentar um quadro descritivo para a informação da bilheteira (anexo B) e por outro um quadro qualitativo/analítico para as respostas (anexo C), na medida em que este permite uma análise mais rica das respostas dadas, embora tenha sido possível agrupar em 3+1 níveis as respostas à primeira pergunta⁶⁹. Constam dos quadros as seguintes informações:

- Data das entrevistas;
- Função desempenhada pelo entrevistado;
- Localização e idiomas da informação sobre as tarifas;
- Resposta à pergunta: qual a prática (do funcionário em causa ou prática comum) relativa à informação dada ao visitante sobre os descontos, no momento da compra do bilhete?;

⁶⁴ MNSR e MNGV fechados ao público no dia da visita de acompanhamento, no entanto, as respostas foram dadas de acordo com o segundo cenário. No MNAz e no MMC não houve disponibilidade por parte da equipa da bilheteira para responder.

⁶⁵ Os interlocutores do EPMN são funcionários ou técnicos de cada museu responsáveis pela aplicação do questionário.

⁶⁶ Resposta ao EPMN.

⁶⁷ Despacho nº 6474/2014, Diário da República, 2ª série — nº 95 — 19 de maio de 2014.

⁶⁸ Com exceção do MNC e do MNA, realizadas em agosto e outubro de 2015, respetivamente e também do MNMC cujo complemento às resposta foi dado no dia 18 de janeiro de 2016.

⁶⁹ 1: Visitantes Informado - informação sobre descontos fornecida quando requisitada;

2: Sem prática generalizada;

3: Informação fornecida sempre;

4: Outro.

- Resposta à pergunta: e no caso dos visitantes seniores?

Após uma análise comparativa das observações e das respostas dadas, que resultou num diagnóstico, considerou-se pertinente um conjunto de recomendações que correspondam ao objetivo enunciado.

2.2 Observação não participante

De modo a complementar a informação recolhida nas entrevistas com funcionários de bilheteira (ou interlocutores do EPMN), optou-se por uma observação não-participante das dinâmicas de bilheteira no MNAA (anexo D), para despistar eventuais diferenças entre o que é dito e o que é feito (Donnat e Octobre, 2001: 96) e de modo a compreender melhor as dinâmicas numa mesma equipa, neste caso do MNAA. Parte-se da visão de Pinto (2004:26) sobre princípios metodológicos da pesquisa observacional, em que se defende uma análise de natureza mais extensiva com precedência lógica e teórica sobre procedimentos observacionais (etnográficos), definidos pela descrição de comportamentos (Ripon, 2001: 102). A vantagem da metodologia observacional em “esconder” o papel de investigador está na experiência em primeira-mão com o participante (neste caso da relação funcionário-visitante), a desvantagem é que o investigador pode ser visto como intrusivo. Neste último caso, para evitar informar o funcionário da observação de modo a não interferir na sua prática habitual, optou-se por uma observação não-participante. Em concreto, foi observada a abordagem do funcionário para com o visitante e a informação prévia deste último em relação às tarifas do MNAA. Embora o Plano Estratégico da DGPC refira o desenvolvimento de “boas práticas de acolhimento” (2015: 33), a sua especificação refere-se apenas ao conceito de acessibilidade.

3. A entrevista a visitantes seniores do MNAA

O objetivo das entrevistas a visitantes seniores é perceber a relação específica dos entrevistados como o MNAA, nomeadamente as motivações da visita, conhecimento e frequência de atividades para seniores e perceção da relação estabelecida entre o museu e o grupo em que se inserem assim como os posicionamentos em relação à categoria sénior, às tarifas reduzidas, à gratuidade e às práticas de bilheteira. Pretende-se perceber as motivações e intenções de visita, conhecimento e frequência de atividades para seniores e perceção da relação estabelecida entre o museu e o grupo em que se inserem, assim como os posicionamentos em relação à categoria sénior, às tarifas reduzidas, à gratuidade e às

práticas de bilheteira. Começa-se pela relação estabelecida pelos seniores com as condições de acesso nos museus nacionais para assim se entenderem conhecimentos, perceções, motivações. A lógica subjacente é de perceber como é que estes indivíduos se relacionam com os diferentes momentos de contacto com uma informação que lhes é especialmente dirigida – a sua disponibilização, o modo como é dada e como é recebida e como é que essa informação é utilizada na relação com as práticas culturais, os museus nacionais e em última análise na relação com o MNAA.

A utilização dos dados do EPMN facilitou um melhor conhecimento de alguns visitantes, justamente os que responderam ao inquérito, o que do ponto de vista quantitativo e tendo em conta a especificidade da temática, resultou numa amostra reduzida. No entanto, como defende Creswell (2009:178) a ideia por trás da investigação qualitativa é escolher propositadamente participantes, locais, documentos ou material visual que ajudem à melhor compreensão do problema e dar respostas às perguntas da investigação, o que não implica necessariamente um grande número de participantes, como na investigação quantitativa. É aqui que se situa a pesquisa: embora quantitativamente reduzidas, as entrevistas – aliadas a outras metodologias– permitem uma visão em profundidade de uma situação geral, num museu em particular.

3.1 O Estudo de Públicos de Museus Nacionais

Esta dissertação decorreu em simultâneo com o trabalho de terreno do Estudo de Públicos de Museus Nacionais (EPMN) promovido pela DGPC, com o objetivo de produzir informação atualizada e fiável sobre os públicos, para o conjunto e para cada um dos museus participantes. Num leque alargado de dimensões, que permite o seu conhecimento e uma melhor resposta aos desafios que a relação dos museus com os públicos vem colocando. O EPMN teve como parceiro científico o Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL). O trabalho de terreno decorreu numa base diária de 3 de dezembro de 2014 a 2 de dezembro de 2015 e abrangeu 14 museus tutelados⁷⁰. O universo é constituído pelos visitantes com 15 e mais anos, nacionais e estrangeiros, que

⁷⁰ CMAG, MMC, MNAC-MC, MNGV, MNM, MNA, MNAA, MNAz, MNC, MNE, MNMC, MNSR, MNTD, MNT. Embora os dois primeiros não sejam de facto museus nacionais, entende-se por museu nacional os que estão sob tutela da administração pública central responsável pelas políticas museológicas.

entraram no horário normal de funcionamento e cuja visita incluiu, ainda que não exclusivamente, a componente expositiva, permanente e/ou temporária. O preenchimento do questionário, autoadministrado, disponível em quatro línguas (português, inglês, francês e espanhol), foi feito, no final da visita, em computador numa plataforma online. A amostra em análise, de 13.853 questionários válidos, dos quais 47% portugueses e 53% estrangeiros, é representativa da base quantitativa que sustentou a sua construção (média de 587.245 visitas entre 2010 e 2012), com um nível de significância de 99% e uma margem de erro de 1% (S/autor, 2016).

3.2 O processo de seleção dos entrevistados

O processo de seleção dos entrevistados partiu do EPMN de acordo com um conjunto de critérios que definem a amostra, nomeadamente os indivíduos com mais de 65 anos que responderam ao inquérito no MNAA e que, disponibilizaram o seu nome e contacto (mail ou telefone) para uma fase posterior do estudo, precisamente de carácter qualitativo. Esta informação foi pedida apenas nos questionários em português e para os residentes em Portugal. Foram quinze os indivíduos que correspondem a esta seleção, sendo que apenas um deixou o nome sem deixar contacto e, dos restantes catorze, seis aceitaram participar nas entrevistas. O primeiro contacto foi realizado pelo coordenador científico do EPMN⁷¹ de acordo com o contacto disponibilizado, seguindo um modelo pré-estabelecido para o contacto por mail e por telefone (anexos E e F). Ressalve-se que dos nove visitantes que deixaram o mail como contacto, apenas dois responderam e afirmativamente, não tendo havido qualquer resposta por parte dos restantes. De seguida prosseguiu-se ao segundo contacto para marcação do dia, hora e local da entrevista (anexo G). O Guião (anexo H) foi construído segundo o protocolo sugerido por Creswell (2009), começando pela indicação da data, local, identificação do entrevistador e do entrevistado⁷². Segue-se, para cada tema, uma questão-chave subdividida em questões. E, finalmente, um agradecimento no final sobre disponibilidade e tempo despendido. As entrevistas foram todas gravadas, após consentimento dos participantes e foram tomadas notas para cada questão, em caso de o equipamento de gravação falhar (*idem*: 183), o que acabou por não se verificar.

⁷¹ José Soares Neves, ISCTE-IUL, CIES-IUL.

⁷² Optou-se desde logo pelo tratamento anónimo da entrevista, pelo que a identificação dos entrevistados segue a lógica de nº da entrevista, sexo, idade, condição perante o trabalho, grau de escolaridade. Exemplo: [1.M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento].

3.3 Questões éticas para uma investigação qualitativa sobre seniores

De acordo com diversos autores (Dickson-Swift *et al.*, 2007: 327; Creswell, 2009: 89), a população sénior não parece enquadrar-se nas ditas populações vulneráveis, pelo que as questões éticas normalmente associadas às investigações qualitativa e quantitativa sobre temas sensíveis não são aqui especialmente relevantes. De resto, é o que se verifica na pouca bibliografia existente sobre metodologia qualitativa aplicada ou aplicável a este conjunto populacional, quase sempre vinda da investigação em saúde (Higgins, 1998; Prior e Skarborn, 2005; Robertson e Hale, 2011) preocupada com questões como o consentimento informado⁷³. Fatores como as condições de saúde, o isolamento ou a pobreza têm implicações metodológicas e éticas na investigação, mas a idade não é, em si, um fator (High e Doole, 1995: 322), o que justifica a ausência de referências específicas nas obras gerais sobre metodologia em investigação qualitativa (Foddy, 1993; Creswell, 2009; Bryman, 2012). Dito isto, há alguns aspetos gerais aplicáveis à questão da idade como a adaptação da linguagem (Creswell, 2009: 92) ou a diminuição da taxa de resposta (Herzhog e Rodgers, 1988: 203).

A questão da memória não é abordada na sua relação com a idade, mas é um assunto importante na investigação qualitativa porque “memory and recall processes – even for factual material – naturally fail with the passing of time” (Foddy, 1993: 91). No entanto, apesar do preenchimento do questionário do EPMN ter sido feito em computador e ter uma abrangência pouco comum em Portugal - fatores de diferenciação que podem funcionar como “gatilhos” de memória – isso não significa, nem tal se pretendia, que os entrevistados se lembrem das respostas dadas ou que associem ao preenchimento do questionário a visita realizada. Assim, o objetivo desta abordagem qualitativa é atualizar a perceção dada nas respostas e acrescentar novos elementos de conhecimento sobre os posicionamentos/práticas dos entrevistados:

(...) l’articulation des approches qualitative et quantitative permet à la fois de connaître les volumes relatifs des différents types de public et leur mode d’appropriation et d’usage des lieux et des propositions (Donnat e Octobre, 2001: 97).

⁷³ Sempre associado a populações tidas como vulneráveis, como crianças ou idosos em situações de dependência ou fragilidade (ESRC (2015) *Framework for Research Ethics* do Reino Unido).

A maioria dos entrevistados lembrava-se de ter preenchido o questionário, sem o associar a uma visita concreta ao museu. Curiosamente, o único entrevistado a associar os dois momentos evidenciou mais dificuldades em se recordar das questões associadas ao relacionamento visitante-funcionário:

Não me lembro porque já foi há mais de um ano, é difícil, muito difícil.

[6.F71, reformada, ensino secundário]

O que se justifica por aquela ter sido a única visita ao museu em causa, em maio de 2015. Os outros entrevistados já haviam visitado o museu anteriormente e/ou voltaram a visitá-lo mais que uma vez no período seguinte ao preenchimento do questionário, o que os põem em contacto mais frequente com os procedimentos da bilheteira naquele museu. De qualquer forma, os entrevistados optaram, na sua generalidade, por responder sobre o comportamento dos funcionários sem menção a um museu em particular.

Optou-se pela entrevista semidiretiva, presencial sempre que possível. Esta permite aprofundar resultados obtidos na investigação quantitativa graças à força evocativa das citações e às possibilidades geradas pela comunicação entre entrevistado e entrevistador: “l’entretien révèle souvent l’existence de discours et de représentations profondément inscrits dans l’esprit des personnes interrogées et qui ne peuvent que rarement s’exprimer à travers un questionnaire.” (Ripon, 2001: 100). Assim, o desenvolvimento de respostas, a elaboração e produção do seu discurso permite possibilidades de reflexão sobre a sua própria prática, a explicitação de “escolhas, motivações, expectativas, perceções, emoções, apreciações” (Coelho, 2008: 33). Do ponto de vista metodológico a investigação qualitativa permite dar conta da natureza da realidade – subjetiva e múltipla - e das suas características. Assim, o estudo de indivíduos funciona para explicar as diferentes realidades recorrendo a citações: “Evidence of multiple realities includes the use of multiple quotes based on the actual words of different individuals and presenting different perspectives from individuals” (Creswel, 2007: 18).

III – MODOS DE RELAÇÃO DOS PÚBLICOS SENIORES COM OS MUSEUS NACIONAIS E COM O MNAA

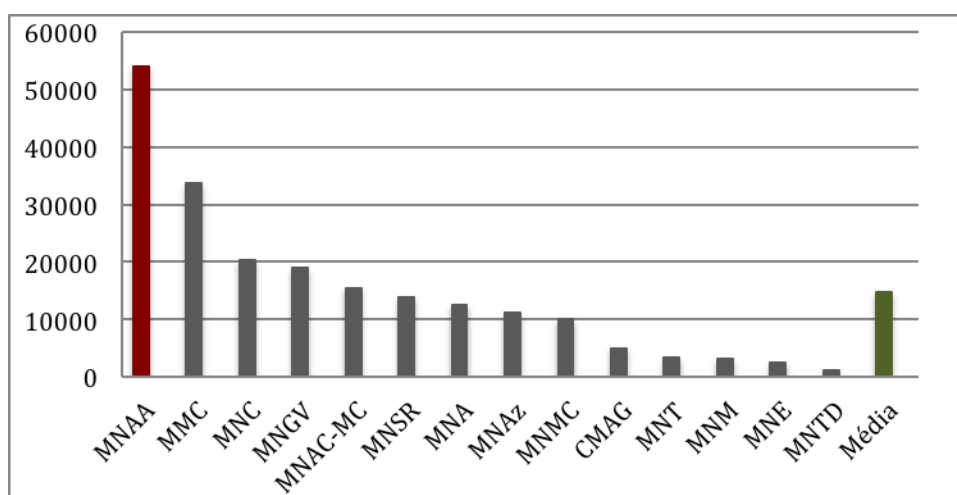
Pretende-se, através do modelo de análise proposto, entender modos de relação dos públicos seniores com os museus nacionais e, também, dos museus nacionais com estes públicos de forma a detetar particularidades e afastamentos, aproximações e eventuais contradições. Desse modo, os dados comparativos que contextualizam os seniores do MNAA no conjunto dos museus nacionais, funcionam como ferramentas para uma compreensão, como é disso exemplo, o impacto das exposições temporárias. No que ao acolhimento e às práticas de bilheteira diz respeito, analisa-se o seu impacto na aplicabilidade dos descontos aos visitantes (seniores), nomeadamente, através da disponibilização e disposição da informação e na sua transmissão. Assim, diagnosticam-se práticas, tendências ou padrões nos museus nacionais e, em particular no caso no MNAA, especificam-se nuances das abordagens, que resultam num conjunto de recomendações de boas práticas. Por último, passa-se à análise das entrevistas aos indivíduos seniores do MNAA, em particular da sua relação com as condições de acesso, de forma a se determinarem os “modos de relação” com os diferentes contextos pessoais, físicos ou sociais. Mais uma vez, do geral para o particular, identificam-se posicionamentos em relação aos descontos e à gratuidade, perceções sobre práticas de bilheteira e níveis de conhecimento, motivação para o contexto dos museus (nacionais) e para o MNAA detetam-se motivos de visita, envolvimentos e frequências.

1. Os seniores nos museus da DGPC e no MNAA

No conjunto dos 14 museus nacionais e no período agregado de 2004-2014, o MNAA destaca-se largamente como o museu com maior número de entradas⁷⁴ sénior por indivíduos portugueses (53 901), o que representa 26% do total de entradas nesta categoria, encontrando-se o segundo museu com maior número de entradas (MNAC-MC) consideravelmente a baixo, na ordem dos 16% (Gráfico I.1.1).

⁷⁴ São contabilizadas visitas, não visitantes.

Gráfico III.1.1 Entradas seniores nacionais por museu (2004-2014)



(número). Fonte: elaboração própria a partir de DGPC, estatísticas de visitantes.

No entanto, olhando para o peso destas entradas no conjunto de visitantes nacionais, identificam-se algumas alterações, nomeadamente com o MNAC-MC a posicionar-se como o museu onde as visitas por indivíduos seniores tem mais peso no conjunto das visitas nacionais (5,8%), com o MNAA e a CMAG logo a seguir (ambos com 5,7%) (Quadro III. 1.2).

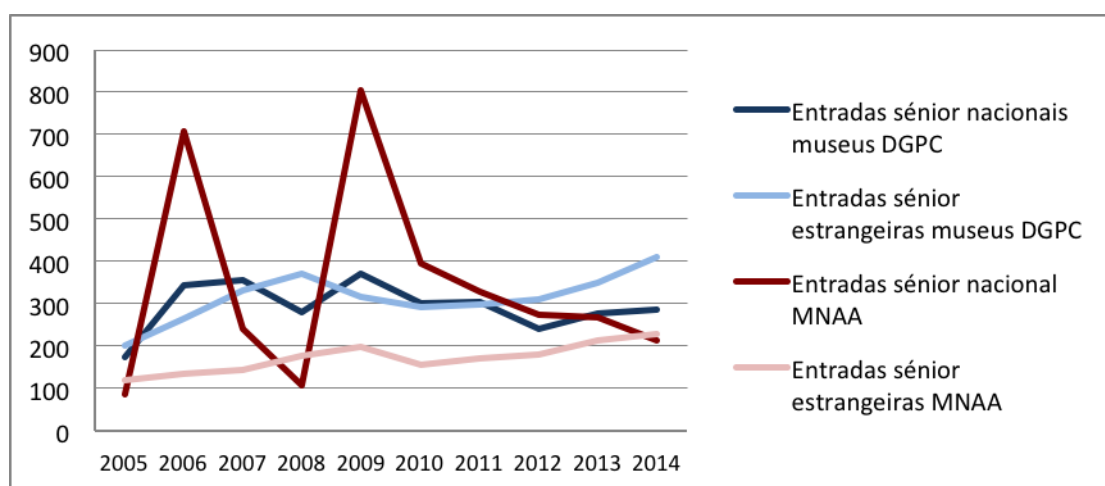
Quadro III. 1.2 - Peso das entradas seniores nacionais no total de visitantes nacionais por museu (2004-2014)

Museu	%
MNAC-MC	5,8
MNAA	5,7
CMAG	5,7
MNAz	5,3
MNMC	4,9
MMC	4,8
MNC	3,6
MNSR	3,3
MNGV	3,0
MNM	2,9
MNA	2,6
MNE	2,5
MNT	0,7
MNTD	0,2

(em percentagem). Fonte: elaboração própria a partir de DGPC, estatísticas de visitantes.

De modo a perceber os valores altos do MNAA para as entradas seniores optou-se por uma comparação por anos na própria categoria, através de dados relativos às entradas nacionais e estrangeiras e do próprio museu com o conjunto de museus da DGPC. Recorreu-se a um índice base 100 que permite uma melhor visualização dos dados apresentados e uma noção da evolução a partir do momento de alteração da bilheteira. Assim, deteta-se uma tendência de aumento entre o ano zero (2004) e o ano dez (2014) nas entradas estrangeiras tanto do lado do MNAA como no conjunto da DGPC – esta última mais marcante. As entradas nacionais, no conjunto dos museus sofreram mais oscilações no período inicial, com uma tendência para a estabilização no período final, o que não se verifica no caso do MNAA. Se os valores de 2006 e 2009 se destacam claramente em relação aos outros anos – com variações de 700 e 800, respetivamente – refira-se, um abrandar a partir de 2010, que, no entanto não chega aos níveis mais baixos, de 2005 e 2008. São precisamente esses anos de 2006 e 2009 que registam maior peso das entradas seniores (7% e 11% respetivamente) no conjunto das entradas nacionais (Gráfico III. 13).

Gráfico III. 1.2 Comparação entradas sénior nacionais e estrangeiras, MNAA e DGPC (2004-2014)



(índice de base 100 em 2004). Fonte: elaboração própria a partir de DGPC, estatísticas de

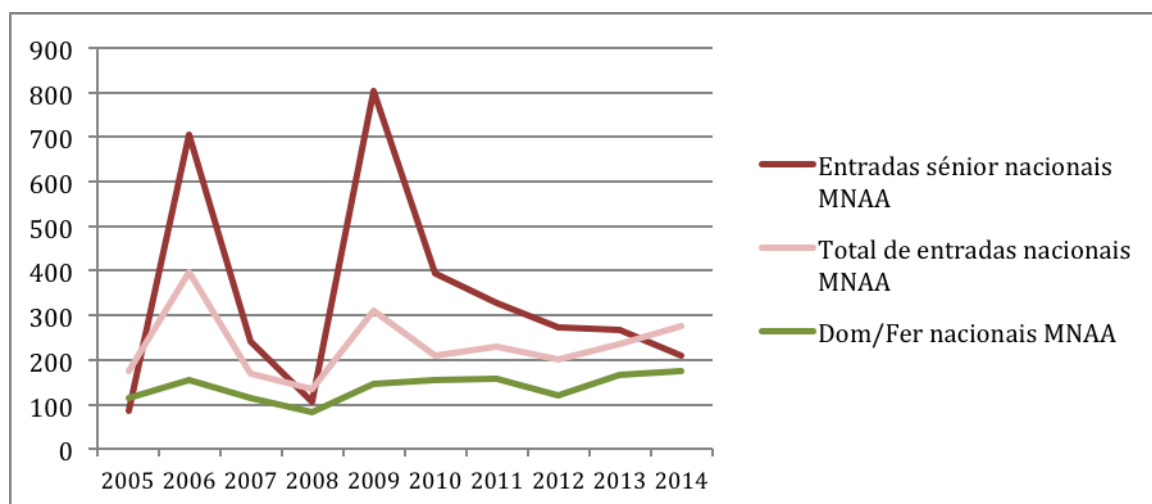
As duas exposições temporárias de grande envergadura, realizadas em 2006⁷⁵ e 2009⁷⁶ justificam estes valores, com repercussões nas entradas de nacionais, embora em menor escala. Posto isto, é de estranhar que o ano de 2014 não tenha registado estes aumentos para o

⁷⁵ "Grandes Mestres da Pintura Europeia: de Fra Angelico a Bonnard" (maio – outubro de 2006).

⁷⁶ "Emcompassing the Globe" (julho – outubro de 2009).

caso da população sénior, uma vez que foram realizadas outras exposições temporárias de grande impacto⁷⁷, quando registou níveis aproximados aos de 2009 para o conjunto das visitas nacionais. Na verdade, para estas exposições a bilheteira ficou a cargo das empresas parceiras – Everything is New e UAU, respetivamente – e apesar de haver tarifas diferenciadas para seniores, os dados fornecidos foram aglomerados (diferenciado nacionais de estrangeiros), pelo que uma eventual subida – em relação ao ano anterior – não é verificável para as entradas seniores. Dito isto, as visitas orientadas pelo serviço educativo do museu a grupos seniores⁷⁸ demonstram o impacto das visitas a exposições temporárias. Precisamente para 2014, 83% destas visitas foram feitas às exposições temporárias (anexo A).

Gráfico III.1.3 -Entradas sénior nacionais, domingos e feriados nacionais e totais nacionais no MNAA (2004-2014)



(índice base 100 em 2004) Fonte: elaboração própria a partir de DGPC, estatísticas de visitantes.

2. Tarifas de ingresso: da legislação às práticas de bilheteira

2.1 Diagnóstico

2.1.1 Informação de bilheteira

Será que a falta de orientações concretas relativas ao acolhimento dos visitantes tem reflexo nas práticas de bilheteira, nomeadamente na questão dos descontos? E que impactos

⁷⁷ “Rubens, Brueghel, Lorrain: A Paisagem Nórdica do Museu do Prado” (dezembro 2013 –abril 2014) e ainda a exposição “FMR: Franco Maria Ricci”, embora tenha sido inaugurada em finais de novembro).

⁷⁸ Lembre-se que grupos organizados de universidades sénior têm isenção de pagamento e não são contabilizados na categoria maiores de 65 anos.

tem na sua aplicabilidade? Começa-se pela informação disponibilizada pela bilheteira (a qual, naturalmente, reflete as orientações políticas em termos de acesso), nomeadamente e numa primeira instância, se ela existe e como é que é transmitida. No momento das entrevistas aos funcionários de bilheteria, três museus em catorze não tinham nenhuma informação relativa às tarifas de entrada, - preço normal do bilhete, os descontos ou a gratuidade. Nos restantes onze museus essa informação está visível, de diferentes formas. Em todas as bilheteiras a língua portuguesa é sempre utilizada e, não havendo propriamente um padrão, pode-se verificar uma especial preocupação com a língua inglesa (dez em onze museus) e, por contraste, uma menor preocupação com a língua francesa (dois em onze), que não corresponde, ainda, à prevalência de visitantes franceses nos museus nacionais (um em cada quatro), verificada no EPMN (S/autor, 2016: s.p.). O modo como a informação é disponibilizada – suporte e localização – acaba por corresponder a uma norma mais ou menos generalizada, nomeadamente através de uma folha A4 colocada num suporte de acrílico no balcão de receção/informação de cada museu⁷⁹, local onde são vendidos os bilhetes aos visitantes. Uma outra modalidade, menos frequente, é a colocação da informação numa parede do museu. Se está bem visível no novo edifício do MNC (na parede de vidro da bilheteira), ou até no MMC (na parede de vidro de entrada para as ruínas), não é o caso do MNM (na parede lateral que não facilita a visualização) ou do MNE (a informação não está perto da bilheteira). De referir duas opções alternativas, embora, no segundo caso, não facilite a visualização da informação. No MNMC a informação também é apresentada em formato digital, numa plataforma onde variados tipos de informação vão aparecendo e na entrada da R. Serpa Pinto do MNAC-MC a informação está colada no balcão, o que lhe dá visibilidade, no entanto a opção de letras pretas sob fundo castanho escuro dificulta a leitura.

2.1.2 A informação e os funcionários

Atente-se agora para as respostas dos funcionários em entrevista sobre a forma como fornecem aos visitantes a informação aqui em causa. Para a primeira pergunta, relativa à indicação dos descontos para o público em geral, foram identificadas três tendências. A primeira foi agrupada em “visitante informado – informação sobre os descontos fornecida quando requisitada”. A perceção dos entrevistados na CMAG, no MNMC, no MNSR e no

⁷⁹ MMC, MNAA, MNA, MNaz, MNAC-MC (entrada R. Capelo), MNC (Picadeiro Real), MNGV, MNMC (balcão e loja).

MNGV, é de que os visitantes estão previamente informados das reduções a que têm direito e nessa lógica, o funcionário não fornece essa informação a não ser quando lhe é perguntado. A segunda tendência foi agrupada em “sem prática generalizada” na medida em que existem diferentes abordagens dentro de uma mesma equipa, fator especialmente notório em equipas de maior dimensão, como é o caso do MNT. A terceira tendência foi agrupada em “prática generalizada”. Apesar da primeira tendência demonstrar sinais de coerência no seio de cada equipa, esta coloca a responsabilidade na proatividade do visitante. A terceira tendência, no entanto, é uma opção utilizada por toda a equipa no sentido de informar sempre o visitante. Destacam-se a opção no MNM ao perguntar sempre ao visitante em qual das categorias de desconto se enquadra – Cartão Jovem, Cartão de Estudante e maior de 65 anos – o que poderá, eventualmente, não ser tão eficaz em museus com mais afluência e a opção no MNA em que é perguntado, ao mesmo tempo que indicados os descontos, se o visitante pretende um “bilhete normal de adulto”, permitindo ao visitante questionar-se se se enquadra nessas categorias – normal e adulto. Assinalem-se dois casos não incluídos nestas três categorias. O MNE opta por adaptar a informação de acordo com o tipo de visitante e o MNAA, onde é dito que o visitante pergunta sempre pelos descontos. Tendo em conta que este é o estudo de caso, optou-se por uma observação não-participante que permitisse uma melhor compreensão desta situação, que se apresenta mais à frente.

Para a pergunta relativa à relação funcionário-visitante com os seniores, detetaram-se dois tipos de abordagem. Por um lado, a informação é dada de acordo com o comportamento e tipo de visitante e por outro é dada independentemente dele. No primeiro caso, ou o visitante é informado sobre a existência de descontos se os funcionários achar que o visitante se enquadra nessas categorias (MNAA, MNAz, MNAC-MC, MNE) ou no caso do visitante não estar informado é perguntada a idade (MMC, MNC, MNMC, MNSR). Destacam-se as opções do MNAz em que existe alguma sensibilidade com a questão a idade, sendo pedido o documento identificativo, do MNE em que é perguntado se o visitante é abrangido por algum desconto⁸⁰ e do MNMC, onde a referência a “jovens maiores de 65 anos” pode causar algum desconforto ao visitante. Se a primeira abordagem é eventualmente menos intrusiva que a segunda, esta depende muito das perceções dos funcionários, o que pode eventualmente, pôr de lado seniores que não o aparentem ser. Na segunda abordagem, a informação dada por parte do funcionário – e não depende da pré-informação do visitante - existe uma norma que

⁸⁰ Em observação, foi este o comportamento de um funcionário do MNT, no entanto é uma equipa com diferentes tipos de abordagem.

abrange todos os visitantes (MNM e MNA), como já foi visto, que passa por perguntar ao visitante se se enquadra em determinadas categorias. Refira-se, ainda, algum desconhecimento sobre alterações de bilheteira, mais ou menos recentes, como os descontos para reformados (MNGV) ou o dia gratuito (MNAz, MNC, MNE).

2.1.3 As práticas de bilheteira no MNAA

No caso particular do MNAA foram detetadas abordagens diferenciadas no seio da própria equipa. Por um lado, há abordagens que colocam a responsabilidade da informação sempre no lado do visitante [observações 1.1 e 1.2]: “os senhores têm de dizer [se têm desconto], não é?” e, por outro, abordagens mais cuidadas e informativas embora um pouco dependentes da perceção/sensibilidade quanto à idade⁸¹ [observações 2.1 e 3.1]. Outro aspeto a salientar é a verificação de falta de informação por parte de um conjunto de visitantes, relativos aos dias de gratuitidade [observação 3.3]. No que ao desconto para seniores diz respeito tanto há visitantes previamente informados [observação 3.2, 3.3, 3.4] como não informados [observação 2.1].

2.2 Recomendações

Assim se reforça a constatação da ausência de modos de atuar similares para circunstâncias semelhantes, no acolhimento dos visitantes dos museus de uma mesma tutela. É, assim, possível concluir que a não existência, por parte da tutela ou da direção do museu, de orientações que orientem a comunicação por parte dos funcionários das tarifas de bilheteira, e em particular dos descontos, para os visitantes gera, por vezes, situações de acesso distintas numa mesma tutela, e até num mesmo museu. Dito isto, é de salientar a verificação sistemática por parte dos funcionários dos documentos associados a descontos, nomeadamente da idade, de acordo com a obrigatoriedade de “comprovação documental” segundo o despacho 6474/2014, de 19 de maio. Após o diagnóstico as recomendações

⁸¹ Numa observação não-participante num museu privado (CAM-FCG) assistiu-se a uma dinâmica semelhante. Um visitante masculino de 68 anos, apesar de previamente informado sobre o desconto, no momento da compra do bilhete não o associou a si – perceção individual da “velhice” – e pagou bilhete inteiro. Não foi informado pela bilheteira. Numa pequena conversa posterior percebeu-se que não só não se mostrou preocupado por ter pago bilhete normal como até “lisonjeado” pela não assunção por parte do funcionário da idade real.

passam, na informação da bilheteira, pela presença obrigatória desta informação, num local visível, perto do local da compra do bilhete e com um tamanho de letra legível, optando, além do português sempre presente, pelo inglês e pelo francês. No que à indicação dos descontos por parte dos funcionários diz respeito, recomenda-se a formação dos funcionários de modo a generalizar as boas práticas dentro de cada equipa e no conjunto dos museus nacionais pertencentes. Em concreto e de modo a informar todos os visitantes de igual forma – e evitar desconfortos com a pergunta e a resposta à idade – recomenda-se uma pergunta de carácter geral, do género: “é abrangido por algum desconto?”.

3. Os indivíduos seniores, as condições de acesso e o MNAA

Pretende-se, através do modelo de análise proposto, entender modos de relação dos públicos seniores com os museus nacionais e, também, dos museus nacionais com estes públicos de forma a detetar particularidades e afastamentos, aproximações e eventuais contradições. Desse modo, os dados comparativos que contextualizem os seniores do MNAA no conjunto dos museus nacionais, funcionam como ferramentas para uma compreensão, como é disso exemplo, o impacto das exposições temporárias. No que ao acolhimento e às práticas de bilheteira diz respeito, analisa-se qual o seu impacto na aplicabilidade dos descontos aos visitantes (seniores), nomeadamente, por um lado, através da disponibilização e disposição da informação e por outro, na sua transmissão. Assim, diagnosticam-se práticas, tendências ou padrões dos museus nacionais e, em particular no caso do MNAA, especificam-se nuances das abordagens, que resultam num conjunto de recomendações de boas práticas. Por último, passa-se à análise das entrevistas aos indivíduos seniores do MNAA, em particular da sua relação com as condições de acesso, de forma a se determinarem os “modos de relação” com os diferentes contextos pessoais, físicos ou sociais. Mais uma vez, do geral para o particular identificam-se posicionamentos em relação aos descontos e à gratuidade, percepções sobre práticas de bilheteira e níveis de conhecimento e motivação para o contexto dos museus (nacionais) e para o MNAA detetam-se motivos de visita, envolvimentos e frequências.

3.1 Caracterização da amostra

Os entrevistados no âmbito da dissertação responderam ao EPMN no MNAA entre dezembro de 2014 e agosto de 2015. As entrevistas foram feitas entre 19 de julho e 1 de

agosto de 2016. A amostra é composta por seis visitantes desta instituição, sendo dois deles do sexo masculino, com idades mínimas de 66 anos e máximas de 76 no momento da entrevista, perfazendo uma média de 71 anos. Portugueses e habitantes em Lisboa - um entrevistado do Município de Oeiras -, o que está de acordo com os dados do EPMN, em que 56% dos públicos nacionais residem na Área Metropolitana de Lisboa (S/autor, 2016: s.p.). O nível de escolaridade é sobretudo o superior (um caso com ensino secundário), havendo um doutoramento e um mestrado, com os cinco entrevistados com ensino superior a pertencerem à categoria de especialistas das profissões intelectuais e científicas. Atualmente, os cinco entrevistados são reformados e um trabalha por conta de outrem. No que às práticas culturais diz respeito, se cinco em seis declaram ter ido três ou mais vezes num ano ao MNAA, três deles visitaram museus e galerias e monumentos históricos mais de 6 vezes, dois deles entre três a cinco vezes. A prática menos comum é a ida ao cinema (1-2 vezes).

3.2 Os indivíduos seniores e as condições de acesso aos museus nacionais

3.2.1 Enquadramento na categoria sénior

Tendo em conta as diferenças entre orientações estatais, e perceções sociais e individuais perguntou-se aos entrevistados qual o seu posicionamento em relação à categoria sénior, uma vez que isso pode contribuir, ou não, para aderirem às políticas de bilheteira. Do ponto de vista da perceção individual identifica-se um distanciamento pessoal geral em relação à categoria em causa, seja por associarem o conceito com a reforma:

Eu até me esqueço que sou sénior, como estou a trabalhar .

[1.M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Seja por o associarem ao conceito de velhice e à noção de fim de vida, no qual não se enquadram, nem física nem mentalmente:

Não, não, vamos lá ver, eu não me encaixo, acho-me mentalmente mais jovem, não gosto de me gabar mas acho que tenho juventude e isso dizem-me, eu faço pilates e osteopatia, pilates é muito bom, eu divirto-me. Sou combativo, estou aqui envolvido no movimento Cidadãos (...).

[5.M76, reformado, licenciatura]

Pessoalmente ninguém se enquadra hoje em dia, não tenho essa perceção, quer dizer, sinto-me perfeitamente, (...) desintegrada do contexto de sénior. Eu falo dos velhinhos, aquele velhinho, aquela velhinha sempre como se não fosse nada comigo (risos), sénior é os velhinhos. Acho que é preciso criar a quarta idade (risos) que é para aqueles na terceira idade estão bem não lhes diz nada, que o percurso não acaba aqui.

[4.F71, reformado, mestrado]

Há dois registos com perceções um pouco diferentes. Um deles é ilustrado por uma entrevistada com uma postura mais informal e uma linguagem mais jovial, que apesar de demonstrar desagrado/desacordo com uma sociedade organizada segundo categorias estanques:

(...) eu para já não gosto nada de cortar a sociedade às fatias, às postas, é uma coisa que me aborrece um bocado, é evidente que cada subgrupo tem idiossincrasias mas (...) eu sou mais de unificar do que dividir e portanto sou menos virada a olhar para grupos divididos

[2. F66, reformada, licenciatura]

Tem um posicionamento positivo no enquadramento, contrário ao que havia afirmado:

Enquadro-me pois!

[2. F66, reformada, licenciatura]

O outro registo, reflete uma perceção pessoal na sociedade distinta da perceção quotidiana, o que mostra precisamente a heterogeneidade destes indivíduos na sua relação com a sociedade e consigo mesmos:

Eu até me esqueço que sou velhota. No outro dia ia no autocarro e umas miúdas levantaram-se - eu vou sempre de pé, nós adaptamo-nos à nossa realidade. Mas porque é que será, é pelos meus cabelos brancos? (risos). (...) Há coisas que eu levava um quarto de hora a fazer e agora levo mais de meia hora. As nossas necessidades também são diferentes, a acessibilidade também é diferente.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

3.2.2 Informação disponibilizada na bilheteira: contexto físico

São de dois tipos as percepções dos indivíduos entrevistados sobre a disponibilidade e visibilidade da informação sobre as tarifas reduzidas para maiores de 65 anos nos museus nacionais – e em praticamente todos os museus em território nacional, com entrada paga. Por um lado, os entrevistados que não procuram a informação no momento da aquisição do bilhete fazem-no por se declaram previamente informados ou por a tarifa não ser uma preocupação:

Geralmente, como disse, digo “bilhete para jovem”, é porque já estou informado.

[5. M75, reformado, licenciatura]

Não tenho a certeza se está, se não está, porque eu vou à bilheteira e não estou a olhar para todo o lado, mas a ideia que eu tenho é..., não sei, não sei o que lhe dizer. Estou convencido que em muitos sítios essa informação está de facto afixada, acho que sim que está.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Nos museus onde eu tenho ido, é evidente que eu não vou à procura dessa informação porque não estou preocupada em pagar ou não pagar, não é? Mas por exemplo em Inglaterra, em Inglaterra na Wallace Collection não se paga um tostão, nem ninguém seja de que idade for. Eles têm é uma coisa muito engraçada, se quisermos oferecer dinheiro para o museu, à saída eles têm.

[2. F66, reformada, licenciatura]

Por outro, a insatisfação por parte de alguns entrevistados é sobretudo relativa à falta de informação visível ou clara. De notar que estes entrevistados estão informados quanto ao desconto, como se verá mais adiante, mas estão mal informados no que à alteração da gratuitidade diz respeito:

Não [está visível]. (...) Não há uniformidade nas respostas. Há uma coisa que é tão simples, caramba, ponham uns placards, não precisam de ser muito estéticos, estão num museu podem ter bom gosto, pôr um placard em que diz “pessoa com mais de [x idade] paga tanto, crianças livre, museu dia 18 de maio” – dantes era dia 18 de maio, agora já não sei – “completamente livre, não paga nada”. Quer dizer, há coisas que são tão simples que não se percebe.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Acho que não há nada em lado nenhum, que eu vi, não sei mas se calhar sou eu que sou cega. Às vezes é tão pequenino que é para não se ver, tudo quanto é desconto em todo o lado, as letras, os

carateres são mínimos, mínimos e eu depois já não sei ler sem óculos e os óculos é que me ensinam a ler.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

3.2.3 Procedimentos de bilheteira: contexto social

No contacto direto dos entrevistados com os procedimentos de bilheteira de museus e com os funcionários, apesar de previamente informados, destacam-se algumas variações. Se, há situações em que a iniciativa parte do entrevistado – neste caso visitante – com expressões que demonstram leveza quanto à questão potencialmente delicada da idade, como:

Bilhete para jovem;

[5. M76, reformado, licenciatura]

Bilhete para a quarta idade.

[4. F71, reformada, mestrado]

Há outras em que os funcionários informam o visitante, com referências diretas à idade:

(...) Chego lá e peço um bilhete, “então e quanto anos tem a senhora?”, “espere aí que eu lhe mostro o meu bilhete de identidade”, normalmente parte deles [perguntar].

[6. F71, reformada, ensino secundário]

Perguntam se eu tenho mais de 65 anos, até me sinto aliviada!

[4. F71, reformada, mestrado]

Um entrevistado afirma nunca ter sido informado do desconto, não demonstrando desagrado com essa situação:

Não, não fui [informado]. As pessoas limitam-se a cobrar. E não sei se a frente de casa, se portanto, tem a preocupação de quando vê que a pessoa é um bocado mais idosa ou isso, de informar que tem desconto, mas comigo isso não aconteceu, ou porque nunca fazem ou porque acharam que eu não tinha idade, uma das coisas deve ter sido. A mim, que me lembre, nunca ninguém me disse “olhe que tem desconto no caso de ter 65 anos”, ninguém me disse. Não só no Museu Nacional de Arte Antiga, mas nos outros e no cinema, espetáculos, a mesma coisa, nunca ninguém diz. Porque eles partem do princípio que as pessoas geralmente sabem que têm descontos

a partir dos 65, que é conhecido, percebe? Por outro lado, não me pareceu que fosse política da bilheteira estar a olhar para as pessoas e ver se têm idade e informar. Eu penso que eles por e simplesmente nunca informam, nunca fazem essa conversa, nunca perguntam, estão à espera que as pessoas saibam, porque é geralmente conhecido que as pessoas depois de 65 anos têm desconto e, portanto, eles não... aliás eu não os condeno, desde que haja qualquer aviso afixado ou qualquer informação afixada, acho que não há necessidade de estar sempre a dizer às pessoas talvez tenha desconto e tal.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

3.2.3.1 Comportamento dos funcionários

Quanto ao comportamento dos funcionários não se verificou especial menção de agrado ou desagradado relativamente a esta situação específica, com exceção de uma visitante que referiu uma atitude generalizada de passividade e desinteresse, e que sugere mesmo a necessidade de formação dos funcionários:

Às vezes acho que os funcionários, me dá a sensação que às vezes não estão..., que precisavam de ter uma formação – não sei se têm ou não – mas parecem pessoas desinteressadas, delgadas das pessoas, do próprio museu das próprias coisas, as pessoas estão ali numa de esperar que o tempo passe, não dá a sensação de dinamismo, ou de gosto, ou de interesse ou de se aproximarem às pessoas, estão ali perfeitamente sem interesse.

[4. F71, reformada, mestrado]

3.2.4 Conhecimento da legislação: contexto pessoal

Assim, todos os seis entrevistados dizem-se informados do desconto de 50% para maiores de 65 anos praticado nos museus nacionais, mesmo os que, na resposta ao inquérito do EPMN, assinalaram ter entrado com bilhete normal. No primeiro caso, a entrevistada em causa enquadra-se na tabela de isenções/gratuidade prevista pela DGPC e no segundo caso, justifica-se pela proximidade com a transição para os 65 anos:

Quem é que disse isso? Eu? Eu não pago nada, nunca pago, nunca pago, nunca paguei em sítio nenhum, se disse isso enganei-me, eu nunca pago, nem pago aqui nem pago em nenhum museu da DGPC. Mas o que interessa é que as pessoas de idade de facto têm, eu acho que têm desconto não é? É 50%.

[2. F66, reformada, licenciatura]

(...) às vezes em espetáculos, museus ou isso eu até me esqueço de perguntar pelo desconto, outras vezes lembro-me. No caso do Museu Nacional de Arte Antiga, nas exposições por acaso tenho-me lembrado, porque ainda por cima acho que vale um pouco a pena porque é 50%, ainda é significativo. No cinema e isso é só 1€ ou dois, não é assim nada de especial. (...) dezembro, 14? Pois, em dezembro 14, eu tinha acabado de fazer 65 anos e ainda não me tinha lembrado disso [do desconto], percebe? Tinha feito 65 anos há dois meses, faço a 4 de outubro, nem sequer me lembrei que já havia essa hipótese, está a ver? Eu não me lembrei que tinha desconto, nessa data, mas depois mais tarde já lá fui outras vezes e a partir de agora já assim faço, nessa altura não me lembrei.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

De acordo com as percepções pessoais sobre a categoria sénior, nota-se um distanciamento, ao se referirem ao desconto para:

As pessoas de idade;

[2. F66, reformada, licenciatura]

Os idosos;

[5. M76, reformado, licenciatura]

Os velhotes.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

Destaca-se, também, a referência explícita aos descontos e gratuidades para jovens e crianças por parte dos entrevistados que referiram a ida a museus com os netos ao longo da entrevista:

Que a partir de x idade paga 50% das entradas. (...) Utilizo o meu desconto e o do meu marido, as crianças normalmente não pagam.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Sei [dos descontos], embora eles vivam disso, o que o Estado dá não dá, acho que é do dinheiro que eles vão arrançando, exposições temporárias e assim, não é? Sim [tenho conhecimento dos descontos para], velhotes, que é o meu caso, os velhotes e os miúdos

[6. F71, reformada, ensino secundário]

A maioria dos entrevistados concorda com a existência desta redução, associando-a sempre à condição de reformado:

Eu acho que fazem sentido (...) pressupondo que a reforma é aos 65, o que justifica a redução do preço é a pessoa ser reformada porque aí tem um rendimento mensal menor e é essa a razão porque se justifica que pague menos, não é? (...). Até lhe digo mais, de alguma forma até acho que - não é o caso do nosso país - em países onde as pessoas ganham bem, até seria justificável que pagassem por inteiro à mesma. Porque geralmente as reformas nesses países são boas, os museus, penso eu, não vivem daquilo que a pessoa paga na bilheteira, pelo contrário, o que a pessoa paga na bilheteira é uma pequena parcela das despesas totais do museu e, portanto, acho que se justificava até - não no nosso país que no nosso país acho muito bem que haja descontos, embora também não completamente - mas agora noutros países se calhar justificava-se que não houvesse reduções, até para reformados, até se justifica.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Acho que fazem sentido porque, economicamente, infelizmente, no país onde nós estamos, os velhos estão exclusivamente dependentes de reformas que em geral são muito baixinhas e, portanto, sim, mas por razões economicistas e não por razões de idade.

[2. F66, reformada, licenciatura].

Faz [sentido], por uma razão muito simples, porque o que se ganhava na reforma passou a metade. Consoante os anos vão avançando, as pessoas vão necessitando cada vez mais de apoio, quer médicos, quer farmacêuticos, quer de enfermagem, os gastos são cada vez maiores, tem a ver com isso, a manutenção de uma vida com qualidade é cara.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Exceção feita a uma entrevistada que associa a existência, ou não, de descontos às condições financeiras de cada indivíduo:

(...) Eu não sou muito apologista dessa situação [desconto/gratuidade]. Eu pessoalmente acho que deva haver gratuidade para determinado tipo de pessoas que têm rendimentos menores que em certa medida têm que ser controlados para permitirem precisamente essa possibilidade, mas as pessoas que têm algum rendimento parece-me que não devia ser aproveitado, não deveria haver desconto [para essas pessoas], não é pelo facto de ter que pagar mais 1,5€ que eu vou deixar de ver. (...) Acho a ideia das pessoas entrarem gratuitamente ou com desconto boa, mas depois devia haver forma de pedirem para a pessoa contribuir, dar uma pequena dádiva, para o museu, talvez

isso faça [com] que as pessoas o fizessem mais facilmente porque aquela ideia que eu disse inicialmente - eu penso assim, o meu marido já não pensa diz que tem que ser igual para toda a gente porque há pessoas que se vão aproveitar. Portanto eu acho que talvez essa fosse uma forma de arranjar mais algum lucro.

[4. F71, reformada, mestrado]

3.2.5 Políticas públicas de incentivo às práticas culturais

As opiniões expressas são sobretudo relativas à carência de políticas específicas que contrariem os baixos índices de práticas culturais pelos seniores portugueses. A questão da acessibilidade física foi referida por uma entrevistada, cuja opinião é de que esta é a única medida que deve ser melhorada para um incentivo às práticas culturais, e em especial da visita a museus, deste conjunto populacional:

(...) os velhos têm necessidades específicas, como eu disse, mais no aspeto da mobilidade do que no contacto com a arte, do contexto, isso acho que é mais ou menos semelhante para toda a gente.

[2. F66, reformada, licenciatura]

Destaca-se, assim, uma necessidade de criar políticas de incentivo às práticas culturais que respondam ao envelhecimento populacional, acompanhado por melhorias nas condições de saúde e níveis mais altos de escolaridade:

(...) eu não vejo, sinceramente, não vejo nenhuma [políticas] específicas, a não ser a publicidade que se faz das exposições, o anúncio das exposições, os protocolos. Provavelmente há protocolos com algumas instituições que envolvem seniores, os sindicatos ou o INATEL, ou coisas assim, não estou a ver mais nada, mas posso estar errado, posso não estar a ver bem. A política para os seniores é uma coisa bastante importante porque cada vez há mais, não é? (...) vão aumentando bastante e também cada vez com mais capacidade de frequência de locais de cultura, porque apesar de tudo a escolaridade tem aumentado bastante e a saúde das pessoas também, apesar de tudo aumenta porque dantes as pessoas a partir dos 60 já estavam muito decadentes de saúde e atualmente há muita gente saudável que pode perfeitamente ir aos museus e tudo isso e, portanto, é bom que haja uma boa política de seniores, eu acho que sim.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento].

Nota-se uma insatisfação com a quantidade ou a qualidade da oferta existente nas juntas de freguesia e nas universidades da terceira idade:

Acho que é uma coisa que acontece em relação aos reformados do nosso país, acho que dado não termos ainda o necessário para termos resposta às nossas necessidades intelectuais, nos sentirmos um bocadinho sem hipóteses de manter níveis de cultura, níveis de aquisição de novos conhecimentos. A oferta existente, há realmente a universidade para a terceira idade, que tem sempre montes de pessoas, as juntas de freguesia fazem alguma coisas não vou dizer quais, com muito pouca qualidade algumas delas, em que contratam à pressa um rapaz ou uma rapariga de 12º para dar aulas a pessoas que foram mestradas, que foram doutoradas e realmente nós sentimo-nos defraudados, que realmente não têm qualquer respeito pelo nosso conhecimento, não é pela idade em si, agora que não se respeitem as capacidades, as minhas e a dos outros como seres humanos, acho inaceitável

[3. F74, reformada, licenciatura]

Eu ando a fazer uma série de cursos, pago do meu bolso particular, porque a universidade não responde àquilo que eu quero. há de reparar que as universidades o que é que têm, têm de tudo um pouquinho, têm história, têm português, têm inglês, têm não sei quantos, têm grupos corais, têm computador e sabe o que é que está cheio, adivinhe lá, porque não se paga mais por isso, os computadores, o grupo coral e a ginástica têm muita saída, já experimentei e não me dei bem.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

E destaca-se, por fim, uma perspetiva de percurso de vida – que como foi dito se relaciona atualmente com medidas de incentivo à aprendizagem ao longo da vida:

Não é quando se chega a sénior que a pessoa vai começar a ir, a frequentar, é uma questão de educação e tem que ser na infância, na adolescência, na idade adulta. São incentivos que devem fazer parte da educação das pessoas e não esperar que um sénior só porque tem tempo comece a ter interesse em tudo, muitas vezes utilizam o tempo da pior maneira, a ver telenovelas. Por exemplo, uma coisa que é proibidíssimo em casa é ligar a televisão durante o dia, está completamente fora de questão, há mil e uma coisas para fazer. Durante a vida as pessoas criam hábitos não é porque têm tempo livre que vão mais vezes, vão uma vez e depois não voltam, é preciso criar hábitos que têm que ser enraizados.

[4. F71, reformada, mestrado]

3.2.6 Incentivo das tarifas reduzidas para as práticas culturais

Apesar da maioria dos entrevistados não se declarar incentivado a visitar (mais) museus pela tarifa reduzida há algumas nuances que vale a pena assinalar. Se quatro entrevistados associam a não mobilização a situações monetárias estáveis [1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento; 2. F66, reformada, licenciatura; 4. F71, reformada, mestrado e 5. M76, reformado, licenciatura], a terceira declarou que um programa de fidelização/fidelidade motiva a frequência de um espaço cultural:

Não, não é por aí, felizmente não. Pode ser que mais tarde, quem sabe, não se sabe o que vem aí, mas para já não.(...) Ah, sim, iria [sem desconto]! (...) Talvez mais vezes [devido ao desconto], isso é um facto. Eu vejo aqui pelo jardim do Ultramar, nós comprámos bilhete anual e dei por mim com o meu marido a fazer as contas para ver se compensa pagar individualmente, assim pagamos 20€ cada um e este ano pensámos, a gente vai comprar e aproveitar mais, o que nos obriga a tirar proveito do desconto.

[4. F71, reformada, mestrado]

Um outro reconhece importância ao peso significativo do desconto, mas associa a sua motivação à aprendizagem:

Eu iria na mesma, de qualquer forma sem desconto, porque eu acho que é importante... Eu gosto de ir, gosto de tomar conhecimento, é uma experiencia muitíssimo boa para mim, iria de qualquer forma.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Apesar de não associar diretamente a não mobilização a questões monetárias, uma entrevistada valoriza, sobretudo, o interesse por uma exposição ou atividade específica e o acompanhamento por parte de familiares ou de meios que permitam a deslocação:

Eu quando posso também uso. Sim, há coisas que eu ia [mesmo sem desconto]. Isso não tem influência para mim, eu vou as vezes que posso, [quando tenho] companhia, porque há muitos sítios onde a gente não gosta de ir sozinha. Acho que devia de haver uma coisa qualquer não sei explicar, que ao fim de semana que juntasse os velhotes levasse os velhotes para aqui ou para acolá, porque muitas vezes eles não têm quem os leve, em vez de comer mais um bolo, comíamos menos um bolo, é ou não é? Não é por aí que não se vai. Mas [se] há coisas que a gente gosta de ver, vamos. Há a Universidade Sénior mas também chega a esta época e está fechada.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

A única associação direta entre a tarifa reduzida e o MNAA parte da visitante entrevistada que vive mais perto do museu e atua no sentido de intensificar as visitas:

Ai se não tivesse o desconto não ia tantas vezes, de maneira nenhuma! Eu e o meu marido, não íamos de certeza absoluta. Tenho imensos amigos que desde que o museu deixou de ser gratuito uma vez por semana, pessoas que muitas das vezes iam até connosco, mas foi automático “ai não, a gente já lá foi tanta vez”, íamos muitas vezes, com duas pessoas mais, ficávamos para almoçar no jardim, acabou tudo.

[3. F74, reformada, licenciatura]

3.2.7 Motivação da gratuidade para a frequência de museus nacionais

Utiliza-se precisamente este testemunho para dar conta das relações que os seniores estabelecem com a gratuidade. Constatou-se desde logo que duas entrevistadas desconheciam a alteração desta modalidade para o primeiro domingo do mês [3. F74, reformada, licenciatura e 6. F71, reformada, ensino secundário]. Embora declaradamente mobilizada pela gratuidade – como o fez em relação ao desconto – esta entrevistada [3.F 74] achava que a gratuidade tinha sido extinta, apesar da resposta ao EPMN ter sido a um domingo gratuito. No entanto, a informação de que existia um domingo por mês com esta modalidade não suscitou uma reação positiva

Outra vez? O primeiro domingo de cada mês? Depende... Acho isso uma chinesice, a pessoa tem que estar a pensar “olha no primeiro domingo, agora quando vier, agora no princípio, podemos ir ao Museu de Arte Antiga porque este domingo é gratuito”. Se calhar calhou. Dantes fazia muito mais visitas [ao MNAA] que aquilo que faço agora, para isso vou ao Museu Gulbenkian, vou ao

Museu do Dinheiro que é gratuito, os meus netos gostam imenso, vamos onde as coisas são mais fáceis, a gratuidade ajuda muito.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Há um conjunto de questões associadas ao domingo, um dia marcado por hábitos/rotinas/tradições enraizados, que funcionam como desmobilizadores da frequência em museus nacionais neste período:

Sei que há dias que é grátis, outros dias que é de manhã, aos domingos de manhã que acho que é grátis, não é? (...) Um só por mês? Não sabia disso não. Ao domingo é difícil porque nós chegamos a esta altura da nossa vida e temos hábitos enraizados e um deles é ir à missa e isso dá-nos cabo de uma manhã, percebeu? Será por isso que eles fazem descontos para terem lá mais velhos a chateá-los? (risos). (...) Acho que não me motiva [a gratuidade] a gente vai para aqui e para acolá e tem interesse noutras coisas também vai, eu não sei não é? (...) Então é no primeiro domingo de cada mês? Tenho de apontar isso se não nunca mais me lembro, então é agora neste domingo a seguir? Mas também não vou porque é o dia da festa de Belas, às vezes surgem coisas e depois não dá, é como lhe digo com a missa não dá, mas agora como é o dia todo talvez dê da parte da tarde.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

Eu normalmente não vou ao domingo. Não faço de propósito, mas as atividades que tenho ao domingo [não me permitem], vou almoçar fora. Mas não vou porque penso que não é por um euro a mais ou dois, e vai haver muita gente e eu não gosto de ver exposições com muita gente, tenho que me despachar, tenho que dar lugar ao outro, gosto de ficar o tempo que eu quero. Noutro dia fizemos uma visita, não me recordo onde, mas estava pouca gente e tivemos tempo de ver ao pormenor, parar, voltar atrás quando há muita gente para mim não dá, prefiro estar à vontade.

[4. F71, reformada, mestrado]

Este testemunho demonstra uma perceção negativa da gratuidade, também presente num outro testemunho – apesar de algo contraditório por associar a gratuidade a uma vantagem acaba por declarar algum desconforto com a quantidade de visitantes habitualmente existentes nestes dias. Nota-se alguma motivação perante museus no estrangeiro, onde os preços são mais elevados:

Uma vez calhou ir ao Museu Nacional de Arte Antiga a um domingo em que era gratuito, mas eu não olho a isso, eu vou quando posso, se for gratuito melhor, eu às vezes até evito aqueles dias em

que tem muita enchente, não me importo de pagar. Porque para o meu rendimento não é de facto muito importante, não é de facto relevante o preço, nos museus portugueses, naqueles que visitei em Nova Iorque, eram caros (...), acho que houve qualquer coisa que nos levou a comprar os bilhetes um bocadinho mais baratos, penso eu. Aí seria, de facto, um pouco motivador porque já são bastante caros.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Embora não mobilizada pela gratuidade – mas dela usufruindo – uma visitante declara-se motivada por outras características do domingo gratuito:

Eu acho que a gratuidade motiva as pessoas a virem, porque há muita gente que vem ao fim de semana, tenho montes de pessoas que eu conheço que dizem “eu vou lá mas vou ao fim de semana” portanto, procuram ir e isso é motivador. Agora, eu é que não sou muito sensível ao argumento, primeiro porque não pago aqui e em segundo lugar porque felizmente não tenho grandes dificuldades económicas e tenho que ser honesta e reconhecer isso, mas acho que sim, que é importante. Eu adoro o domingo, adoro a bagunça.

[2. F66, reformada, licenciatura]

3.3 Os indivíduos seniores e o MNAA

3.3.1 O regresso ao MNAA: contexto pessoal

Pretende-se, neste tópico, perceber a relação dos entrevistados com o MNAA no período que medeia entre a resposta ao EPMN e a realização da entrevista para a dissertação. Apesar de uma tendência para regressar ao museu devido às exposições temporárias, muitas vezes esta visita resulta também na ida à exposição permanente. Mesmo os visitantes que não regressaram indicam uma preferência por novas exposições. Há um visitante que regressou ao museu exclusivamente com intenção de visitar exposições temporárias, sobretudo por uma questão de disponibilidade temporal:

Sim, tenho ido lá, mais do que uma vez. Mas ultimamente tenho lá ido não para a exposição permanente, mas para as outras exposições (...) Porque tenho tido pouco tempo portanto quando vou é mesmo para ver a exposição [temporária] porque é aquilo que não quero perder, depois a exposição permanente, eu gostava de voltar a ver coisas na exposição permanente mas às vezes falta o tempo (...) vou geralmente à parte da pintura europeia, também já fui à pintura portuguesa (...) gostava de ir ver a parte japonesa e chinesa, a parte oriental e não tenho tido ocasião.

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Há aqueles que regressaram com o intuito específico de visitar a exposição temporária, passando impreterivelmente pela exposição permanente:

Já, já [visitei]. Mais para as temporárias e dou depois geralmente uma volta [à exposição permanente] a uma secção qualquer, sei lá, que esteja mais interessado. Lembro-me por exemplo, uma das últimas, já foi há um ano, aquela das joias, essas exposições não deixo passar. E depois gosto de almoçar, porque é um sítio agradável, o jardim, o tempo ajuda.

[5. M76, reformado, licenciatura]

Não perco exposições temporária aqui dentro, todas, as temporárias, as permanentes. Mas eu não sou típica não é? Eu tenho obras favoritas que visito periodicamente, eu vou ver o meu quadro favorito para aí uma vez por mês, um quadro do Bassano, que é um Cristo descido da Cruz.

[2. F66, reformada, licenciatura]

Ou quem visite regularmente a exposição permanente devido à proximidade do local de habitação e à qualidade do museu:

Sim, eu vou muitas vezes à exposição permanente do Museu de Arte Antiga, moro aqui, a dois minutos e acho que dentro das limitações económicas que o nosso país tem a parte museológica do museu é diversificada e tem qualidade. Tem qualidade suficiente, não é para nos compararmos com este ou aquele museu neste ou naquele país, mas tem a qualidade suficiente para ser visitável com imenso agrado, com imenso gosto e para se aprender.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Os que não regressam definem-se, por um lado, por falta de acesso à informação:

Não [visitei de novo o MNAA]. (...) Às vezes acho que é pouco divulgado. A gente muitas vezes vê naquele programa das 6 às 7, da RTP1, da Dina Aguiar, como é que se chama o programa? Agora não me lembro, mas ela é que divulga mais exposições, aberturas. Muitas vezes é por aí que a gente vai sabendo porque de contrário as coisas são muito pouco divulgadas, pessoalmente eu acho, não vejo ninguém que saiba nada de nada. Eu tenho internet, mas não vou lá, eu e a internet não nos damos bem.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

E, por outro, apesar de um interesse demonstrado em regressar para ver novas exposições e de um apreço pelo museu, pela falta de tempo e a falta de atividades motivadoras:

Não, não voltei a ir lá, acho que não. Normalmente vou com esse objetivo, quando sei que há lá novas exposições de facto acabo por lá ir. Só quando há alguma novidade, tenho sempre me proposto a ir, porque é muito agradável, estar lá uma manhã, tem sempre coisas a discutir, a ver e a aprender, mas o que acontece é que na realidade não, não aconteceu pronto. Eu agora saio mais, vou mais ao Algarve ou ao Norte.” (...) Não tenho visto que haja atividades, que haja movimento que chame, por exemplo a Gulbenkian, agora por exemplo fizeram uma exposição que queríamos ver mas por uma série de circunstâncias acabámos por deixar passar ou nos esquecemos, por acaso foi um bocadinho chato que eu gostava de ter ido. Mas no Museu Nacional de Arte Antiga gostava de ver agora a pintura e a escultura e o que acontece é que gosto dos painéis que são uma maravilha, acho lindíssimo, as tentações do Bosch também, toda a faiança que lá existe, gosto muito de ver, mas não vou lá assim muitas vezes para ver.

[4. F71, reformada, mestrado]

3.3.2 Relação da instituição com os seniores

Em geral, os entrevistados têm a perceção que a relação do museu com os seniores é inexistente:

Não existe, não há nenhuma [relação]. Nem para famílias.

[3. F74, reformada, licenciatura]

Não me parece que haja assim um relacionamento específico, se há eu desconheço, não me parece que esteja assim muito virado para os seniores.

[4.F71, reformada, mestrado]

Uma visitante tem uma perceção positiva desta relação, com exceção da questão da acessibilidade/mobilidade:

Eu acho que a relação é boa tanto com uns como com outros, quer dizer (...) e eu acho que o museu trata bem toda a gente e toda a gente se sente cá bem, os novos, os velhos, os do meio. A única parte específica que deveria haver e que se tem melhorado bastante é mais assentos, mais cadeiras para descanso. Ainda há poucas cadeiras de rodas, deveria haver mais. Lá para cima há elevador, mas do piso central cá para baixo não há elevador, há uma escadaria enorme que é um

bocado complicada para os velhotes. A mobilidade é que tem que ser melhorada, mas não a nível de qualitativo da arte ou de receber as pessoas, é mais essa parte que eu acho que às vezes a coisa..., pronto, já melhorou bastante mas ainda não está bem.

[2. F66, reformada, licenciatura].

3.3.3 Conhecimento de atividades para seniores: contexto pessoal

Com exceção de um visitante que declara ter conhecimento de atividades para seniores apesar de não as frequentar:

(...) Mas eu não tenho tempo, precisava de 48h. (...)Tenho [conhecimento], mas pelas razões que já apontei, nunca [vou], mas estou informado. Assim de cor não me lembro, mas como digo não sou fiel, portanto não, e uma das coisas é que o tempo não dá para tudo.

[5. M76, reformado, licenciatura]

Os restantes declaram total falta de conhecimento e/ou algum descontentamento com a divulgação da informação de exposições e atividades no museu:

Não, não tenho. Não tenho conhecimento do que há de especial para os grupos seniores, a não ser que há desconto no bilhete, isso eu sei. (...).

[1. M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento]

Ai, não, não. (...) Por acaso não, nem sabia que havia [atividades] para grupos seniores.

[4. F71, reformada, mestrado]

Nada. Nem seniores nem sem ser seniores. Eu por acaso vi que estava lá isso [a exposição do Palácio Santos] e interessou-se. Mas é o desconhecimento, quem não sabe é como quem não vê. Se eu não sei o que é que vou lá fazer, até pode nem haver nada que me interesse, não é? Só porque pertenceu à Maria e ao Manel, não me diz nada. (...) [Deveria haver] mais divulgação e mais atividades.

[6. F71, reformada, ensino secundário]

Em termos de atividades não conheço nada porque acho que o museu é muito parco numa transmissão que seja de fácil leitura e visível. (...) Em termos de terceira idade desconheço se têm alguma coisa. No Museu de São Roque têm umas visitas engraçadas e simples para famílias, aqui estou a dizer para famílias, mas pode ser uma avó com dois netos, percebe? (...) Um senhor esteve

com os meus netos e com uma outra criança que estava também, depois a mãe até foi para casa e a criança ficou, não sei se está a ver bem como é que foi o passo, a criança ficou perfeitamente integrada na visita e ele vinha no museu ajudando os miúdos com várias cores várias papéis que levava, a encontrarem as várias cores existentes nas imagens, é dinâmico, os miúdos nunca mais de esquecem, percebe, uma coisa que poderia ter sido chatíssima foi extremamente interessante. No Museu de Arte Antiga, e eu fui lá dezenas de vezes, não tinham nada disto.

[3. F74, reformada, licenciatura]

3.4. Que modos de relação?

Ao longo da(s) análise(s) das entrevistas procurou-se, evidenciar não apenas polarizações ou ponto em comum mas também, e sobretudo, particularidades. Se do ponto de vista da caracterização da amostra a maioria dos indivíduos se enquadra no visitante típico de museu – nível de escolaridade superior, em atividade pertencentes à categoria de especialistas das profissões intelectuais e científicas -, fatores que como foi demonstrado têm grande preponderância na frequência de práticas culturais em geral e na frequência de museus em particular, também se verificou que a idade pode ser um fator, sobretudo na falta de políticas adequadas às características heterógenas da população sénior. No entanto, parte-se precisamente da noção de que nem as características sóciodemográficas dos públicos nem as respostas a inquéritos de âmbito quantitativo são, por si só, suficientes para a compreensão de fenómenos, impactos, motivações e perceções ao nível do indivíduo. Em concreto na questão das condições de acesso aos museus nacionais, utiliza-se a perceção individual sobre a categoria sénior como ponto de partida para posicionamentos. Detetou-se um distanciamento geral perante a velhice e o envelhecimento, associado a condições e características não identificadas pessoalmente (reforma, fim da vida) ou mesmo não identificadas na sociedade, reforçadas pela utilização de expressões que remetem para o outro e não para si mesmos. Algumas aproximações (relacionadas com a acessibilidade) não escondem que esta perceção – encontrada na literatura – seja um fator que contribui para a não adesão das tarifas reduzidas, sobretudo nos primeiros contatos com a mesma, se, como se verificou, não houver práticas de acolhimento/bilheteira no sentido de informar. De qualquer modo, ainda que informados, identificaram-se nos seniores descontentamentos com a disposição ou inexistência da informação sobre o assunto em causa ou, na despreocupação com o valor do bilhete, inexistência de procura da mesma. Na prática, o visitante tanto diz ser informado com referências explícitas à idade – não parece ser um assunto sensível – ou, não sendo, haver concordância com a abordagem. Uma única referência explícita ao comportamento dos

funcionários deteta passividade e desinteresse no acolhimento, sugerindo formação. Sobre o desconto para seniores, o conhecimento é geral e a sua legitimidade associada à condição de reformado – ou num caso, associada estritamente às condições financeiras - havendo referências a outros descontos (crianças e jovens) quando o fator acompanhamento se revela incentivador para a frequência de museus. A identificação do contexto português de baixos índices de práticas culturais associa-se a carências medidas relacionadas com a acessibilidade (em contexto físico), com novas exigências de uma população sénior mais velha, mais saudável e mais instruída ou ainda – de acordo com a literatura que critica as atuações sobre o “envelhecimento ativo” – com a aprendizagem ao longo da vida. Identificou-se, também, insatisfação quantitativa e qualitativa da oferta por parte de instituições especialmente dirigidas a este segmento populacional, por parte daqueles que a procuram. As razões para a frequência de museus passam pelas experiências de aprendizagem, o interesse por determinadas exposições ou pela companhia (contexto social). Sobre a gratuidade, deteta-se um maior desconhecimento – também na medida em que a alteração é relativamente recente -, acompanhada de um descontentamento com a redução da sua periodicidade, que funciona como desmotivador, ao lado de questões como a realização de outras atividades aos domingos ou a quantidade de visitantes, que pode pôr em causa a experiência da visita. Registam-se pressupostos de mobilização de tarifas reduzidas/gratuidade em museus estrangeiros de indivíduos não mobilizados em contexto nacional. Procurou-se, ainda, entender sobretudo as motivações para proximidades ou afastamentos dos seniores com o MNAA e do MNAA com os seniores (perceção). Do lado dos indivíduos que mais frequentam o museu, a razão da visita é sobretudo a existência de novas exposições, registando-se algum interesse pela exposição permanente, cuja visita repetida permite aprofundar determinadas obras/temas/períodos. A única associação específica entre a existência de descontos e a repetição da visita a este museu parte de um indivíduo que vive perto do museu. Os não regressos associam-se à falta de informação, tempo ou atividades. A identificação da inexistência de uma preocupação especial do museu com os seniores reflete-se num descontentamento com a pouca informação relativa a atividades desenvolvidas pelo museu.

CONCLUSÃO

Os objetivos desta dissertação passam por perceber a forma como os públicos se relacionam com os museus através das condições de acesso, nomeadamente e num contexto de articulação com o EPMN, dos públicos seniores com os museus nacionais e em particular com o MNAA. Procurou responder-se a questões relacionadas com o impacto de medidas de isenção/desconto nos públicos em causa, as motivações (ou não) associadas e seus posicionamentos. Assim, o objeto desta dissertação é, precisamente, os públicos seniores do MNAA no contexto particular das condições de acesso a museus nacionais. O modelo de análise adotado concilia duas formas de olhar para os públicos. De um ponto de vista mais teórico, optou-se por aprofundar o relacionamento dos públicos com os museus e os seus contextos, nomeadamente através dos “modos de relação” propostos por Costa (2004), que determinam a necessidade (e a vantagem) de entender como é que os públicos se relacionam com as instituições nos seus “contextos imediatos de ação”. De um ponto de vista mais prático achou-se pertinente a adaptação dos contextos físico, pessoal e social de Falk e Dierking (2000) que desse conta de práticas de bilheteira, da relação dos funcionários dos museus nacionais com os públicos seniores e destes com os funcionários. Esta dissertação organizou-se em três grandes capítulos que identificam os três momentos da abordagem: enquadramento teórico, metodologia utilizada, análise e resultados. Optou-se por uma base teórica que contextualizasse e caracterizasse o objeto de estudo (a população sénior, os museus nacionais, os públicos seniores, as condições de acesso) e que, aliada a uma reflexão metodológica resultasse numa abordagem coerente e pertinente. Do ponto de vista metodológico, destaque-se a utilização de uma metodologia sobretudo qualitativa (informada por inquérito/estatísticas), e que, embora pertinentes, as questões éticas não se verificaram como tendo impacto nas questões diretamente relacionadas com a idade.

O enquadramento teórico permitiu uma melhor compreensão das várias vertentes do objeto de estudo. A contextualização sobre os museus mostrou para o contexto português que o favorecimento da relação com os públicos (mais exigentes na oferta), a tendência de reforma dos museus pertencentes à administração pública (menos museus afetos à tutela - sobretudo museus nacionais e de arte) e a tentativa de redução dos custos resultam numa tensão entre o cumprimento das funções museológicas, a necessidade de novas receitas e o serviço público de um museu nacional (de que é isso exemplo o MNAA, numa articulação da lógica pública com a privada).

A utilização de um conceito que vai contra o que é defendido ao longo da dissertação – de individualidade, particularidade e especificada(“) dos indivíduos – justificada pelas

possibilidades de operacionalização não põem em causa o que se identificou como sendo uma característica dos *seniores* (e dos públicos seniores de museus): a sua heterogeneidade. Identificou-se que o peso crescente dos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos na estrutura demográfica europeia e portuguesa e o facto de viverem mais tempo e em melhores condições de vida resultou numa preocupação além do problema social, numa valorização da qualidade de vida e da participação cultural como um dos contributos para tal (é disso exemplo o envelhecimento ativo). No entanto, ficou claro que o tempo livre que lhes é associado não é garante da realização de práticas (culturais) se não tiver havido um percurso/perfil propício a tal (de acordo com os pressupostos de Bourdieu), nem houver medidas a longo prazo que reduzam desigualdades entre condições económicas, sociais e de saúde numa mesma categoria etária. Aliás, a idade corresponde normalmente a uma diminuição das práticas culturais (e não ao seu aumento), o que ficou claro tanto nos resultados apresentados do EPMN como do Eurobarómetro, para os contextos nacional e europeu. Tendo-se percebido também que a falta de interesse se afigura como a razão principal de não frequência destas instituições, fator cujo peso aumenta para a população sénior. No que ao conhecimento dos públicos de museus diz respeito, se do ponto de vista das instituições existe maior preocupação com tendências homogeneizantes (lógica de gestão), as políticas públicas não podem (ou não devem), retomando a formulação de Costa (2004) dirigir-se a condições sociais partilhadas se falharem na distribuição direta e homogénea das práticas individuais que devem atingir. As características inerentes aos seniores são sobretudo diferentes níveis (e em momentos de vida diferentes) de mobilidade, de audição, de visão, de capacidade intelectual e condições de habitação e uma visão homogénea pode contribuir mais para acentuar do que atenuar diferenças.

Os museus nacionais (e, portanto, de serviço público) devem ter isto em atenção, aliando preocupações da gestão cultural e da sociologia (é precisamente a especificidade dos seniores como construção social que os torna assunto da sociologia). Destaquem-se conclusões e recomendações (Aldridge e Dutton, 2009; Teixeira, Faria e Vlachou, 2012) que contribuíram para a formulação de algumas hipóteses relacionadas com o impacto de novas exposições na repetição da visita, aspetos de bilheteira (acolhimento e tamanhos de letra) ou implicações das visitas guiadas. A medida identificada por parte dos museus nacionais para com os seniores é relativa às condições de acesso (desconto como medida específica, gratuidade como medida geral), parte dos pressupostos de democratização cultural mas só por si não a garante.

Para a compreensão dos modos de relação dos seniores com o MNAA, os dados estatísticos demonstram que este museu tem, num arco temporal de dez anos, largamente o

maior número de entradas por visitantes seniores, que não se reproduz na mesma escala quando analisado o seu peso em relação ao conjunto de visitantes nacionais nos catorze museus observados no EPMN. Detetou-se então, as exposições temporárias como fator preponderante para a frequência dos seniores no MNAA, sobretudo nos nacionais (os impactos destas exposições nas visitas gratuitas não se faz sentir da mesma forma), o que se confirmou com as entrevistas aos indivíduos seniores. Da análise às práticas de bilheteira resultou um conjunto de recomendações de boas práticas que contribuam para eliminar (ou pelo menos atenuar) diferenças detetadas nos museus nacionais relativas à informação de bilheteira, tais como inexistência total ou falta de visibilidade da informação relativa às condições de acesso e abordagens diferenciadas que tanto informam o visitante sempre, perguntam a idade a indivíduos que aparentem ter mais de 65 anos como remetem para o visitante a procura dessa informação. A observação no MNAA permitiu precisamente detetar várias abordagens numa mesma equipa. Os modos de relação dos indivíduos seniores nos MNAA dão conta da relação estabelecida entre estes e as condições de acesso. Não caindo no erro de generalizar, pode dizer-se que existe, da parte destes indivíduos, maior conhecimento em relação às condições de acesso específicas (dos seniores mas também dos que os acompanham) do que às condições gerais, que a relação com o MNAA de aproximação se estabelece através das mais variadas formas (habitação próxima aliada ao desconto, qualidade da exposição permanente, interesse pelas exposições temporárias, aprendizagem e conhecimento, qualidade dos serviços como o jardim e o restaurante), assim como de afastamento (desinteresse ou desinformação da oferta, falta de disponibilidade, outros museus). A relação destes indivíduos com as condições de acesso específicas de conhecimento mas raramente de mobilização declarada e verifica-se que a gratuidade gera mais posicionamentos (de aproximação ou afastamento).

Em suma, espera-se ter contribuído para o conhecimento dos públicos seniores dos museus e das práticas de acolhimento com eles relacionadas no sentido de um melhor cumprimento das políticas públicas que visam facilitar, por via do preço, o acesso aos museus nacionais.

BIBLIOGRAFIA

- (S/autor) (2016), Resultados Globais do Estudo de Públicos de Museus Nacionais (2016). Lisboa: DGPC, consultado em 03.06.2016. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pt/static/data/docs/2016/05/20/ResultadosGlobaisEPMN.pdf>.
- (S/autor) (2016), *Taking Charge – Evaluating Evidence: The Impact of Charging or Not for Admissions on Museums*. Leicester e Carlisle: DCResearch.
- Aboim, Sofia *et al.* (2010), “Transições para a velhice” em Pais, José Machado e Vítor Sérgio Ferreira, *Tempos e Transições de Vida: Portugal ao Espelho da Europa*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 69-106.
- Adveev, Alexandre *et al.* (2011), “Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010)”, *Population –F*, 66 (1), 9-13.
- Aldridge, Fiona e Yanina Dutton (2009), *Building a society for all ages: Benefits for older people from learning in museums, libraries and archives*. NIACE.
- Almeida, Mariana F. (2007), “Envelhecimento: Ativo? Bem Sucedido? Saudável? Possíveis Coordenadas de Análise”, *Sociólogo*, 17:II série, 17-24.
- Aronsson, Peter e Gabriella Elgenius (eds.) (2011), *Building National Museums in Europe 1750-2010*. Linköping: Linköping University.
- Bailey, Stephan *et al.* (1997), “Charging for Admission to Museums and Galleries: Arguments and Evidence”, *Museum Management and Curatorship*, 16:4, 355-369.
- Bailey, Stephan e Peter Falconer (1998) “Charging for Admission to Museums and Galleries: A Framework for Analysing the Impact on Access”, *Journal of Cultural Economics*, 22, 167-177.
- Bandeira, Mário Leston (dir.) (2014), *Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa: 1950-2011 - Evolução e Perspetivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Beaumont, Ela e Pat Sterry (2005), “A study of grandparents and grandchildren as visitors to museums and galleries in the UK”, *Museum and Society*, 3:3, 167-180.
- Benhamou, Françoise (2004), *L'économie de la Culture*, Paris: La Découverte.
- Biggs, Simon *et al.* (2006), “The Age-Shift: Observations on Social Policy, Ageism and the Dynamics of the Adult Life-Course”, *Journal of Social Work Practice*, 20:3, 239-250.

- Boudiny, Kim (2013), “Active ageing: from empty rhetoric to effective policy tool”, *Ageing & Society*, n° 33, 1077-1098.
- Bourdelaís, Patrice (1995), “Le seuil d’entrée dans la vieillesse: le poids de l’Histoire” em Guillemard, Anne-Marie, Jacques Légaré e Pierre Ansat, *Entre travail, retraite et vieillesse: le grand écart*. Paris: L’Harmattan, 17-41.
- Bourdieu, Pierre (1986), “The Forms of Capital” em Richardson. John, *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education*. Cidade: Editora 241-258.
- Bourdieu, Pierre e Alain Darbel (1991 [1969]), *The Love of Art: European Art Museums and their Public*. Cambridge: Polity Press.
- Bourges, Jean-Luc (2011), “Musées et seniors: chronique d’une rencontre annoncée”, *La Lettre de l’OCIM*, n° 133, 24-30.
- Brito, Carlos Melo (coord.) (2013), *Estudo de Públicos da Fundação de Serralves no âmbito do Projeto Improvisações/Colaborações*. Porto: Fundação de Serralves.
- Bryman, Alan e Robert Burgess (1994), *Analyzing Qualitative Data*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods*. Oxford: Oxford University Press.
- Cabral, Manuel Villaverde *et al.* (2011), *Seniores de Lisboa: Capital Social e Qualidade de Vida – Estudo Preliminar*. Lisboa: Instituto do Envelhecimento da Univerdiade de Lisboa.
- Cabral, Manuel Villaverde e Pedro Moura Ferreira (2013), *Envelhecimento Ativo em Portugal: Trabalho, reforma, lazer e redes sociais*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cabral, Manuel Villaderde (coord.) (2013), *Processos de Envelhecimento em Portugal: usos do tempo, redes sociais e condições de vida*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Camacho, Clara Frayão (2007), “Panorama dos Museus em Portugal” em *IberMuseus 1: Panoramas Museológico da Ibero-América*, Brasília: Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus, 208-223.
- Camacho, Clara Frayão (2011), “Editorial”, *Museologia.pt*, n°5, 8.
- Camacho, Clara Frayão e Raquel Henriques da Silva (2011), “Museus Nacionais: Um tópico necessário” *Museologia.pt*, n°5, 86-89.
- Camacho, Clara Frayão *et al.* (2015), *Plano Estratégico da Direção-Geral do Património Cultural: 2015-2019*. Lisboa: DGPC.

- Capucha, Luís (2014), “Envelhecimento e Políticas Sociais em Tempos de Crise”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 74, 113-131.
- Caradec, Vincent (2003), “Comportements Culturels de la Population Âgée”, *Empan*, 4:52, 54-61.
- Cardoso, Sónia *et al.* (2012), “Estado e políticas sociais sobre a velhice em Portugal (1990 - 2008)”, *Análise Social*, 204: XLVII, 3º, 606-630.
- Carvalho, Ana, Clara Frayão Camacho e Pedro Pereira Leite (2016), "Contextos e Desafios da Nova Recomendação da UNESCO para Museus e Coleções", *Boletim ICOM Portugal*, III(7), 10-19.
- Castro Henriques, Ana (2003), *Museu Nacional de Arte Antiga. Roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus.
- Catanho, Ana Paula de Freitas Teixeira (2011), *Envelhecimento Ativo: Um desafio para os idosos não institucionalizados*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. Funchal: Universidade da Madeira.
- CE – Comissão Europeia (2012), *The 2012 Ageing Report: Economic and budgetary projections for the 27 EU Member States (2010-2060)*. European Commission & Directorate-General for Economic and Financial Affairs.
- CE – Comissão Europeia (2014), *The 2015 Ageing Report: Underlying Assumptions and Projection Methodologies*, European Commission & Directorate-General for Economic and Financial Affairs.
- Chambel, Clara Isabel Prioste (2015), *Envelhecimento e Modos de Ocupação do Tempo: Modalidades, Oportunidades e Constrangimentos em Meio Rural*. Dissertação de Mestrado em Estudos em Gerontologia. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.
- Chantepie, Philippe (dir) (2011), *Culture et Médias 2030: Facteurs et composantes*. Paris: Ministère de la Culture et de la Communication.
- Chatzitheochari, Stella e Sara Arber (2011), “Identifying the third agers: An analysis of British retirees' leisure pursuits”, *Sociological Research Online*, 16:4, 1-23.
- Claro, João Martins, (2009), “A Lei Quadro dos Museus Portugueses”, *Museologia.pt*, nº 3, 49-55.
- Coelho, Ana Rita (2008), *Experiências de Visita a Um Centro de Ciência: Um Estudo Qualitativo Sobre O Público Não-Escolar Do Pavilhão Do Conhecimento - Ciência Viva*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: ISCTE – IUL.

- Conde, Idalina (1996), “Cenários de práticas culturais em Portugal (1979-1995)”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 23, 117-188.
- Costa, António Firmino da (2004), “Dos públicos da cultura aos modos de relação com a cultura: algumas questões teóricas e metodológicas para uma agenda de investigação” em AA. VV, *Públicos da Cultura*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 121-140.
- Costa, António Firmino da (2008[1999]), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*. Lisboa: Celta Editora.
- Coulangeon, Philippe (2005), *Sociologie des pratiques culturelles*. Paris: Éditions la Découverte.
- Cowell, Ben (2007), “Measuring the Impact of Free Admission”, *Cultural Trends*, 16:3, 203-224.
- Creswell, John W. (2007), *Qualitative Inquiry & Research Design: Choosing among five approaches*. Thousand Oaks: Sage Publications.
- Creswell, John W. (2009), *Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches*. Los Angeles: Sage Publications.
- Desvallées, André e François Mairesse (2013), *Conceitos-Chave de Museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus.
- De Cock, Geert (2007), *Towards a European Society of All Ages: Age Statement for the European Year of Equal Opportunities for All*. Bruxelas: AGE - the European Older People's Platform.
- Dickson-Swift, Virginia *et al.* (2007), “Doing sensitive research: what challenges do qualitative researchers face?”, *Qualitative Research* 7, 327-353.
- DiMaggio, Paul (1996), “Introduction”, *Poetics*, 24, 81-86.
- Dodd, Jocelyn e Ceri Jones (2014), *Mind, body, spirit: How museums impact health and wellbeing*. Leicester: Research Centre for Museums and Galleries.
- Donnat, Olivier (1999), “La stratification sociale des pratiques culturelles et son évolution 1973-1997”, *Revue française de sociologie*, 40:1, 111-119.
- Donnat, Olivier e Octobre, Sylvie (dir.) (2001), *Les Publics des Équipements des équipements culturels. Méthodes et résultats d'enquêtes*. Paris, La Documentation Française.
- Donnat, Olivier (2003), “La question de la démocratisation dans la politique culturelle française”. *Modern & Contemporary France*, 11:1, 9-20.

- Dufresne-Tassé, Colette (ed.) (2006), *Families, Schoolchildren and Seniors at the Museum: Research and Trends*. Paris: ICOM.
- Eidelman, Jaqueline e Mélanie Roustan (2014), “Os estudos sobre públicos: pesquisa fundamental, escolha de políticas e apostas operacionais” em Eidelman, Jacqueline, Mélanie Roustan e Bernadette Goldstein (dir.) (2014) *O Lugar do Público: Sobre o Uso de Estudos e Pesquisas Pelos Museus*. São Paulo: Editora Iluminuras, 13-40.
- ESRC - Economic and Social Research Council (2015), *Framework for research ethics*, Reino Unido.
- Eurobarómetro (2012), *Eurobarómetro Especial 378, 2012, Ative Agieng*, Bruxelas: Comissão Europeia.
- Eurobarómetro (2013), *Eurobarómetro Especial 399, Cultural Acces and Participations*. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Falk, John e Lynn Dierking (2000), *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Oxford: Altamira Press.
- Falk, Martin e Tally Katz-Gerro (2016), “Cultural participation in Europe: Can we identify common determinants?”, *Journal of Cultural Economics*, vol. 40: 2, 127-162.
- Fernandes, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Foddy, William, 1993, *Constructing Questions for Interviews and Questionnaires: Theory and Practice in Social Research*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fourteau, Claude (2007) ,“La gratuiteé, point aveugle des politiques culturelles”, *La Lettre de l’OCIM*, 11, 15-22.
- Fourteau, Claude (2011) ,“La gratuité au bois dormant... Cinq ans de gratuité du dimanche au Louvre 1996-2000” em Donnat, Olivier e Octobre, Sylvie (dir.), *Les Publics des Équipements des équipements culturels. Méthodes et résultats d’enquêtes*. Paris, La Documentation Française, 147-166.
- Gauthier, Anne e Timothy Smeeding (2003), “Time Use at Older Ages: Cross-National Differences”, *Research on Aging*, vol. 25, nº3, 247-274.
- George, Linda, Elizabeth Mutran e Margaret Pennybacker (1980), “The meaning and measurement of age indenty”. *Aging Research: An International Journal Devoted to the Scientific Study of the Aging Process*, 6:3, 283-298.

- Gibbs, Kirsten *et al.* (2007), *Lifelong Learning in Museums: A European Handbook*. Ferrara: EDISAI srl.
- Gob, André e Noémie Drouguet (2006), *La museologie: Histoire, développements, enjeux actuels*. Paris: Arman Colin.
- Gombault, Anne *et al.* (2008), “La gratuité des musées et des monuments qu'en pensent les publics en France?”, *Culture études*, 1, 1-12.
- Gomes, Rui Telmo (2001), “Práticas culturais dos portugueses: atividades de lazer”, *Folha OBS*, nº2, 1-12.
- Gomes, Rui Telmo e Vanda Lourenço (2009), *Democratização Cultura e Formação de Públicos: Inquéritos aos “Serviços Educativos” Em Portugal*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Grandjean, Croline e Marlène Prost (2013), “Des seniors au muséum: une nébuleuse de projets”, *La Lettre de L’OCIM*, 149, 5-10.
- Grut, Sara (2003), “The Challenge of Ageing Populations – Assessing the Contribution of Heritage and Creative Learning” em Hansen, Anna, Sofia Kling e Jakoba Srami Gonzalez (ed.), *Creativity, Lifelong Learning and the Ageing Population*. Östersund: NCK, 23-33.
- Hansen, Anna e Henrik Zipsane (2013), “Older people as a developing market for cultural heritage sites” em Hansen, Anna *et al.*, *Creativity, Lifelong Learning and the Ageing Population*. Östersund: NCK, 35-42.
- Henriques, Paulo (2011), “O Museu Nacional de Arte Antiga: necessidade da visão de um século”, *Museologia.pt*, 5: 122-133.
- Herzog, Regula e Willard Rodgers (1988), “Age and Response Rates to Interview Sample Surveys”, *Journal of Gerontology: Social Sciences*, 43:6, 200-205.
- Higgins, Isabel (1998), “Reflections on Conducting Qualitative Research with Elderly People”, *Qualitative Health Research*, vol. 8, nº 6, 858-866.
- High, Dallas e Mary Doole (1995), “Ethical and Legal Issues in Conducting Research Involving Elderly Subjects” *Behavioral Sciences and the Law*, 13, 319-335.
- Hooper-Greenhill, Eilean (1994), *Museums and their Visitors*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Hooper-Greenhill, Eilean (2007), *Museums and Education: Purpose, Pedagogy, Performance*, Londres e Nova Iorque: Routledge.

- Hooper-Greenhill, Eilean (2010), “Changing Values in the Art Museum: rethinking communication and learning”, *International Journal of Heritage Studies*, 6:1, 9-31.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2002), “O Envelhecimento em Portugal : Situação demográfica e socioeconómica recente das pessoas idosas”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 2, 185-208.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2009), *Inquérito aos Museus - Documento metodológico, versão 3.1*.
- INE – Instituto Nacional de Estatística (2014), *Estatísticas Da Cultura 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jakubowska, Alicja, Ewa Kłosiewicz e Michał Mękarśk (2015), “Changing the image of elderly people in Poland: the senior citizen as an important audience member and creator of culture” *ENCATC Journal of Cultural Management and Policy*, 5:1, 53-66.
- Judt, Tony (2005) *Post War: A History of Europe since 1945*. Nova Iorque: The Penguin Press.
- Keaney, Emily e Oskala, Anni (2007), “The Golden Age of the Arts? Taking Part Survey: Findings on Older People and the Arts”, *Cultural Trends*, 16:4, 323-355.
- Kelly, Lynda *et al.* (2002), *Energised, Engaged, Everywhere: Older Australians and Museums*. Canberra: Australian Museum e National Museum of Australia.
- Kotler, Neil, Philip Kotler e Wendy Kotler (2008), *Museum Marketing and Strategy: Designing Missions, Building Audiences, Generating Revenue and Resources*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Lader, Deborah, Sandra Short e Jonathan Gershuny (2006), *The Time Use Survey 2005: How we spend our time*. Londres: Office for National Statistics.
- Lahire, Bernard (2003), “From the habitus to an individual heritage of disposition. Towards a sociology at the level of the individual”, *Poetics*, 31, 329-355.
- Lanzieri, Giampaolo (2011), “The greying of the baby boomers: A century-long view of ageing in European populations”, *Eurostat: Statistic in Focus*, 23, 1-11.
- Lopes, Guilhermina *et al.* (2001), *Inquérito à Ocupação do Tempo 1999. Principais Resultados*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Lopes, João Teixeira e Bárbara Aibéo (2004), “Os públicos da cultura de Santa Maria da Feira: Resultados preliminares de uma pesquisa” *V Congresso Português de Sociologia* Braga: Universidade do Minho, 45-54.

- Maia, Maria Joana de Sousa (2010), *Itinerário de Educação Artística Não Formal para Seniores através da Obra de Arte Contemporânea*. Dissertação do Mestrado em Educação Artística. Lisboa: Faculdade de Belas Artes – Universidade de Lisboa.
- Manderson, Lenore, Elizabeth Bennett e Sari Andajani-Sutjahjo (2006), “The Social Dynamics of the Interview: Age, Class, and Gender”, *Qualitative Health Research*, 16:10, 1317-1334.
- Mantecón, Ana Rosas (2009), “O que é o público?”, *Poésis*, 14, 175-215.
- Martin, Andy (2002), “The impact of free entry to museums”, *Cultural Trends*, 12:47, 1-12.
- Martins, Henriques (2014), *O Museu Nacional de Arte Antiga, o edifício e a sua história: contributos para um projeto de comunicação*. Dissertação de Mestrado em Museologia. Lisboa, FCSH – UNL.
- Martins, Pires e Silva, Moraes e (2006), “Characteristics of Senior Audiences and the Experience of Contemporary Art Museum of São Paulo” em Dufresne-Tassé (ed.) *Families, Scholchildren and Seniors at the Museum*. Paris: ICOM, 103-111.
- Mauritti, Rosário (2004), “Padrões de vida na velhice” *Análise Social: XXXIX:171*, 339-363.
- McNair, Stephen (2012), *Older people’s learning in 2012: A Survey*. Leicester: NIACE.
- Morrone, Adolfo (2005), “Entre ancien et nouveau : les modèles de participation sociale et culturelle des seniors en Italie”, *Retraite et société*, 3:46, 47-167.
- Neves, José Soares, Jorge Alves Santos e Joana Saldanha Nunes (2008), “Os Museus em Portugal: Políticas Públicas e Dinâmicas do Sector Em Portugal nos Anos Mais Recentes.”, *VI Congresso Português de Sociologia- Mundos Sociais: Saberes e Práticas*, Lisboa, 1-17.
- Neves, José Soares, Jorge Alves dos Santos e Maria João Lima (2013), *O Panorama Museológico Em Portugal. Os Museus e a Rede Portuguesa de Museus no Início do Século XXI*. Lisboa: Direção Geral do Património Cultural.
- Neves, Ana Sofia Pinto (2014), *Como é promovido o envelhecimento sénior em Portugal? O papel das universidades sénior e do turismo sénior*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo. Lisboa: IGOT.
- Nicholis, Ann, Manuela Pereira e Margherita Sani (ed.) (2013), *Report 2 – Heritage and the Ageing Population*. Regione Emilia-Romana: The Learning Museum Network Project.
- Octobre, Sylvie (2014), “Conhecer a população e o público” em Eidelman, Jacqueline, Mélanie Roustan e Bernadette Goldstein (dir.) *O Lugar do Público: Sobre o Uso de Estudos e Pesquisas Pelos Museus*. São Paulo: Editora Iluminuras, 97-114.

- O'Hagan, John e Christopher Duffy (1994), "Access and Admission Charges to Museums: A Case Study of the National Museum", *Journal of the Statistical and Social Inquiry Society of Ireland*, 27:1, 125-152.
- Oleiro, Manuel (2011), "Museus Nacionais: Um olhar sobre o seu passado e presente" *Museologia.pt*, nº 5, 108-121.
- Oliveira, Glauca Destro de (2012), "Idoso, Velho e Velhice", *VII Congresso Português de Sociologia*. Porto: Universidade do Porto, 1-11.
- OMS - Organização Mundial de Saúde (1946) Preamble to the Constitution of the World Health Organization as adopted by the International Health Conference, New York, 19-22 June, 1946
- OMS – Organização Mundial de Saúde (2002), *Viellir en restant actif: Cadre d'orientation*.
- ONU– Organização das Nações Unidas (2009), *World Population Ageing*. Department of Economic and Social Affairs, Population Division.
- ONU– Organização das Nações Unidas (1991), *United Nations Principles for Older People*.
- Pais, José Machado (1994), *Práticas Culturais dos Lisboetas (Resultados do Inquérito Realizado em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa)*, Lisboa: Instituto das Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Phillipson, Chris (2013), *Ageing*. Cambridge: Polity Press.
- Pinto, José Madureira (2004), "Para uma Análise Sócio-etnográfica da relação com as obras culturais" em AA. VV, *Públicos da Cultura*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 19-29.
- Poquet, Guy (1996), *Le pouvoir et le rôle économique des plus de 50 ans*. Paris: CREDOC.
- Quaresma, Maria de Lurdes Batista (1988), "Política de velhice: Análise e Perspetivas", *Psicologia*, VI:2, 227-237.
- Randall, William, Suzanne Prior e Marianne Skarborn (2006), "How listeners shape what tellers tell: Patterns of interaction in lifestory interviews and their impact on reminiscence by elderly interviewees", *Journal of Aging Studies*, 20, 381-396.
- Rebelo, Bruno Pereira de Andrade (2014), *Universidades Seniores e Envelhecimento Ativo: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Ribeiro, Joana Almeida (2012), "Dos "públicos" nos museus. ensaio sobre os fundamentos teóricos que antecedem a definição de metodologias de trabalho", *Ensaios e Práticas em Museologia Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP*, vol 2, 163-181.

- Ripon, Romauld (2001), “L’articulation entre enquêtes qualitatives et quantitatives : l’exemple des études menées à la Bibliothèque nationale de France” em Donnat, Olivier e Octobre, Sylvie (dir.) *Les Publics des Équipements des équipements culturels. Méthodes et résultats d’enquêtes*. Paris, La Documentation Française, 99-116.
- Robertson, Linda e Beatrice Hale (2011), “Interviewing Older People: Relationships in Qualitative Research”, *The Internet Journal of Allied Health Sciences and Practice*, 9:3, 1-8.
- Rodríguez, Teresa Ruiz (coord.) (2013), *Panorama dos Museus na Ibero-América: O Estado da Questão*, Observatório Ibero Americano de Museus.
- Russel, Cherry (1999), “Interviewing Vulnerable, Old People: Ethical and Methodological Implications of Imagining Our Subjects”, *Journal of Aging Studies*, 13:4, 403-417.
- Sá, Rosa Cristina Portela de (2016), *Relação do Público Sénior com o Museu de Olaria de Barcelos*. Dissertação de Mestrado em Gestão Artística e Cultural. Viana do Castelo: Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Santos, Helena *et al.* (1999), *Consumos Culturais em Cinco Cidades: Aveiro, Braga Coimbra, Guimarães e Porto*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (2004), “Apresentação” em AA. VV, *Públicos da Cultura*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais, 9-16.
- Santos, Maria de Lourdes Lima dos (coord.), Maria João Lima e José Soares Neves (2005) *Cartografia Cultural do Concelho de Cascais*. Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Jorge Alves e Neves, José Soares (2005), *Os Museus Municipais de Cascais. Políticas Culturais Locais e Património Móvel*, Lisboa: Observatório das Atividades Culturais.
- Santos, Helena (2008), “Públicos Culturais: Algumas notas com museus em fundo”, *Museologia.pt* 2, 77-89.
- Santos, Jorge Augusto Mendes Dias dos (2014), *Público(s) de Arte Contemporânea: A Exposição “Joana Vasconcelos no Palácio Nacional da Ajuda”*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação.
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (org.) (1999), *A Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Raquel Henriques da (2002), “Museus: História e Perespectiva”, em Pernes, Fernando (org) *Século XX: Panorama da Cultura Portuguesa – Arte(s) e Letras II*, Porto: Edições Afrontamento e Fundação Serralves, 63-108.

- Silva, Maria Ester Vaz da (2006), *Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice – um estudo no Norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Universidade Aberta.
- Silva, Luna Rodrigues Freitas (2008), “Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento”, *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, 15:1, 155-168.
- Silva, Sofia Maia (2009), *Envelhecimento Ativo: Trajetórias de Vida e Ocupações na Reforma*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- Silva, Diana Rute Correia da (2012), *Casa das Histórias Paula Rego: Uma Proposta de Ação Educativa com Públicos Seniores*. Dissertação de Mestrado em Museologia e Museografia, Lisboa: Universidade de Lisboa - Faculdade de Belas Artes.
- Silverstein, Nina Conrad Garcia e Abraham Landis (2011), “Museums and Aging: Reflections on the Aging Visitor, Volunteer and Employee”, *The Journal of Museum Education*, 21:1, 3-7.
- Simões, Alexandra Dinis (2010), *A influência da animação artística na qualidade de vida dos idosos*. Dissertação de Mestrado em Animação Artística. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- Simplício, Susana (2010), *Públicos do Museu Nacional de Arte Contemporânea – Museu do Chiado*. Dissertação de Mestrado em Comunicação, Cultural e Tecnologias da Comunicação. Lisboa: ISCTE – IUL.
- São José, José de e Ana Rita Teixeira (2014), “Envelhecimento ativo: contributo para uma discussão crítica”, *Análise Social*, XLIX (1º), 29-54.
- Sousa Monteiro, Joana e Cláudia Figueiredo (2004), *Roteiro de Museus*. Lisboa: Instituto Português de Museus e Rede Portuguesa de Museus.
- Teixeira, Giles, Margarida de Lima Faria e Maria Vlachou (2012), *Museus e Público Sénior em Portugal: Perceções, Utilizações, Recomendações*. Lisboa: Grupo para a Acessibilidade nos Museus e Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tobelem, Jean-Michel (2007), *Le nouvel âge des musées - Les institutions culturelles au défi de la gestion*. Paris: Armand Colin.
- Uhlenberg, Peter (ed.) (2009), *International Handbook of Population Aging*, Springer Netherlands.

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (2015), *Draft Recommendation concerning the Protection and Promotion of Museums and Collections, their Diversity and their Role in Society*. Paris: UNESCO.

Veloso, Esmerladina Costa (2009), “Terceira Idade: Uma Construção Social” *Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación*, 17:1, 2, 9-21.

Walker, Alan (2002), “A strategy for active ageing”, *International Social Security Review*, 55: 1, 124-139.

Walker, A., Maltby, T. (2012), “Active ageing: A strategic policy solution to demographic ageing in the European Union”, *International Journal of Social Welfare*, 1, 1-10.

IMPrensa

Raposo, Luís (2016), “Museus Nacionais e autonomia: a dura realidade”, *Jornal Público* (online), consultado em 20.09.2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/museus-nacionais-e-autonomia-a-dura-realidade1744212>.

Vassalo e Silva, Nuno (2016), “Um novo modelo de gestão para o Museu Nacional de Arte Antiga”, *Jornal Público* (online) consultado em 20.09.2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/museus-nacionais-e-autonomia-a-dura-realidade1744212>.

Henriques da Silva, Raquel (2016), “Museu Nacional de Arte Antiga: o indispensável passo em frente”, *Jornal Público* (online) consultado em 20.09.2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/museu-nacional-de-arte-antiga-o-indispensavel-passo-em-frente1738641>.

WEBGRAFIA

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa (online), 2008-2013, consultado em 29.10.2016. Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/bilh%C3%A9tica>.

Eurostat – Morte e esperança média de vida, consultado em 27.05.2016. Disponível em: <http://ec.europa.eu/eurostat/web/population-demography-migration-projections/deaths-life-expectancy-data/main-tables>.

Edifício do MNAA, consultado em 1.04.2016. Disponível em: <http://www.museudearteantiga.pt/sobreo-museu/edificio>.

História do MNAA, consultado em 1.04.2016. Disponível em: <http://www.museudearteantiga.pt/sobreo-museu/historia>.

INE – Conceito de ocupação do tempo, consultado em 27.05.2016 . Disponível em:
<http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/5996>.

Mosteiro de Santo Alberto/ Palácio Alvor/ Museu Nacional de Arte Antiga, consultado em 1.04.2016. Disponível em:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=3153.

Museu Nacional de Arte Antiga, consultado em 1.04.2016. Disponível em:
<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-nacional-de-arte-antiga/>.

Planta do MNAA, consultado em 1.04.2016. Disponível em
<http://www.museudearteantiga.pt/planta>.

FONTES

Comissão Europeia, Bruxelas, Eurobarómetro 79.2, abril-maio 2013, TNS Opinion, Bruxelas, GESIS, Colónia: ZA5688, data set version 2.0.0.

DGPC, Estatísticas de visitantes 2004-2014

LEGISLAÇÃO

Decreto nº 1 de 26 de maio de 1911.

Real Decreto 620/1987 de 10 de abril, por el que se aprueba el Reglamento de Museos de Titularidad Estatal y del Sistema Español de Museos.

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de agosto.

Despacho nº 9102/2004 de 6 de maio de 2004.

Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005).

Lei Orgânica da DGPC, Decreto-Lei nº 115/2012 de 25 de maio.

Despacho nº 6474/2014 de 19 de maio de 2014.

Portaria 277/2014 de 26 de Dezembro.

Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, Decreto-Lei n.º115/2012 de 25 de maio.

Estratégia de Proteção ao Idoso (Resolução do Conselho de Ministros nº 63/2015).

Despachos nº 5122/2015 - Determina que o Museu da Música passe a denominar-se Museu Nacional da Música.

Despachos nº 5123/2015 - Determina que o Museu Grão Vasco passe a denominar-se Museu Nacional Grão Vasco.

ANEXOS

Anexo A – Quadro visitas guiadas pelo Serviço Educativo do MNAA a grupos seniores

2013	Nº	%
Exposição Permanente	11	16,9
Exposições Temporárias	55	83,1
Total	65	100
Universidades Seniores	17	26,1
Outras	49	73,9

(em número e percentagem) Fonte: Serviço Educativo do MNAA

Anexo B: Quadro Informação na bilheteira nos museus nacionais

Museu	Data de Observação	Existência de Informação de Bilheteira	Localização da bilheteira e modo de disposição	Língua
CMAG	24.07.2015	Não	N/A	N/A
MMC	28.07.2015	Sim	Entrada para as ruínas: colada nas portas de vidro da bilheteira sobre fundo baço e papel num acrílico A4 em cima do balcão da bilheteira.	PT, ING, FR
MNAA	30.07.2015	Sim	Duas entradas: papel num acrílico A4 em cima do balcão da receção.	PT, ING
MNA	05.10.2015	Sim	Balcão de receção: papel num acrílico A4 ao lado de diversas informações.	PT, ING
MNAz	23.07.2105	Sim	Balcão de receção: papel num acrílico em A4.	PT, ING
MNAC - MC	24.07.2015	Sim	Entrada R. Serpa Pinto: letras pretas coladas sobre o balcão castanho escuro; Rua Capelo: papel num acrílico A4 no balcão da receção.	PT, ING
MNC	05.08.2105	Sim	Picadeiro Real: papel num acrílico A4 no balcão da receção. Edifício novo: colado na parede de vidro da bilheteira.	PT, ING, FR
MNE	30.07.2015	Sim	Parede de entrada na exposição permanente: papel colado sobre acrílico ao lado de diversas informações.	PT, ING
MNGV	20.07.2105	Sim	Balcão de receção: papel num acrílico A4 junto à bilheteira.	PT
MNMC	28.07.2015	Sim	Balcão de receção e loja: papel num acrílico A4; Balcão de receção também em suporte digital.	PT, ING
MNM	23.07.2105	Sim	Suporte em papel colado numa das paredes da receção.	PT, ING
MNSR	20.07.2105	Sim	Balcão de receção.	PT, ING
MNTD	23.07.2105	Não	N/A	N/A
MNT	23.07.2105	Não	N/A	N/A

Anexo C: Quadro Práticas declaradas de bilheteira nos museus nacionais

Museu	Data de Observação	Função	Indicação dos descontos - Público Geral	Indicação dos descontos - Seniores	Notas
CMAG	24.07.2015	Bilheteira	Normalmente visitantes já vêm informados.	Maiores de 65 anos costumam vir informados. Quando perguntada idade sentem-se desconfortáveis.	/
MMC	28.07.2015	Técnico Superior	/	Quando visitante aparenta ter mais de 65 anos funcionário pergunta a idade.	/
MNAA	30.07.2015	Bilheteira	Visitante pergunta sempre.	Quando o visitante aparenta ser criança ou maior de 65 anos funcionários perguntam.	Portugueses mais informados do que estrangeiros.
MNA	05.10.2015	Bilheteira	Perguntam: "bilhete normal de adulto"? E apontam para os descontos.	[ver coluna anterior]	/
MNAz	23.07.2105	Técnico Superior	Depende do funcionário (3). Dois deles indicam a folha dos descontos mas os visitantes não costumam ler.	Jovens ou idosos: se se apercebem da idade perguntam se tem documento identificativo.	Visitantes nacionais menos informados sobre gratuidade/desconto.
MNAC - MC	24.07.2015	Bilheteira	/	Normalmente os maiores de 65 anos já vêm informados. Quando funcionário acha que o visitante aparenta ter mais de 65 anos, informam.	/
MNC	05.08.2105	Bilheteira	Dá informações de descontos porque a maioria dos visitantes não lê a informação da bilhética.	Mulheres mais incomodadas com pergunta da idade.	Visitantes desinformados sobre dia gratuito.

Museu	Data de Observação	Função	Indicação dos descontos - Público Geral	Indicação dos descontos - Seniores	Notas
MNE	30.07.2015	Bilheteira	Adaptam a informação sobre descontos a casos específicos.	Abordagem delicada, perguntam se a pessoa tem desconto.	Visitantes desinformados sobre dia gratuito.
MNGV	20.07.2105	Técnico Superior	Visitante ou já sabe ou pergunta. Normalmente funcionários não informam sem serem perguntados.	Muitos visitantes pensam ainda existir desconto para reformados.	/
MNMC	28.07.2015	Técnico Superior	Têm ideia que os visitantes são informados;	[ver coluna anterior]	/
	18.01.2016	Bilheteira	Costumam informar o visitante, apesar da maioria dos visitantes estar informado.		
MNM	23.07.2105	Bilheteira	Perguntam se têm cartão de estudante, cartão jovem ou maiores de 65 anos. Prática comum a todos os funcionários apesar de não existir indicação superior de atuação.	[ver coluna anterior]	/
MNSR	20.07.2105	Técnico Superior	Em principio visitantes já têm conhecimento. Os funcionários só informam se forem perguntados.	Funcionários às vezes perguntam a idade.	/
MNTD	23.07.2105	Técnico Superior	Funcionários informam sempre.	[ver coluna anterior]	/
MNT	23.07.2105	Bilheteira	Depende do funcionário (10).	[ver coluna anterior]	Em observação: o funcionário perguntou a uma família se alguém era abrangido por desconto.

Anexo D - Observação não participante no MNAA

19.07.2016, Domingo pago, 13.35h

Observação nº 1 - Entrada Jardim 9 de Abril

1. Casal dirige-se à bilheteira, funcionária indicou preço do bilhete normal, 6€. Membro masculino do casal pergunta se têm direito a desconto para maiores de 65. anos e porque não tinham sido avisados, resposta: “os senhores têm de dizer, não é?”
2. Visitante feminina aparenta ter mais de 65 ano pagou bilhete normal

Observação nº 2 - Entrada R. Janelas Verdes (exposição do MNAA sem parceria)

1. Funcionária perguntou a visitante portuguesa se tinha mais de 65 anos de idade, que respondeu sem nenhum desconforto que sim.

31.07.2016, Sexta-feira, 11h

Observação nº3 - Entrada Jardim 9 de Abril

1. Visitante nacional feminina, pagou bilhete normal “são 6 euros” [poderia haver dúvidas quanto a idade]
2. Visitante nacional feminina, pediu dois bilhetes, funcionária indicou preço normal total (12€), visitante disse que eram de seniores ao que a funcionária pergunta se têm mais de 65 anos. Bilhete comprado pela visitante enquanto esperou que marido estacionasse.
3. 2 Visitantes nacionais femininas com bebé (mãe e avó, provavelmente) achavam que os domingos gratuitos se mantinham mas entraram na mesma, mulher mais velha diz que tem direito a bilhete para a “terceira idade
4. Casal com bebé, mais mulher mais velha, são informados do preço total 15€ (6+6+3= dois bilhetes normais e um com desconto)

Observação nº 4 - Entrada R. Janelas Verdes (exposição do MNAA sem parceria)

1. Mesma funcionária que na obs. 1, abordagem sempre a mesma, informa visitante do preço normal 6€.

Anexo E – Modelo de contato para as entrevistas, por mail

Exmo(a) Sr(a)._____

Sou José Soares Neves, coordenador científico do Estudo de Públicos de Museus Nacionais.

Estou a contactar para este endereço de e-mail porque, na sequência do inquérito em computador realizado no final da sua visita ao Museu Nacional de Arte Antiga para o Estudo de Públicos de Museus Nacionais, no mês _____, mostrou disponibilidade para a realização de uma entrevista numa fase posterior.

Tendo chegado esse momento, pergunto-lhe se mantém essa disponibilidade para nos conceder uma entrevista.

Se mantiver, será uma entrevista presencial, realizada por uma colaboradora do Estudo, Dra. Teresa Pereira, no âmbito do Mestrado em Gestão e Estudos da Cultura em curso no ISCTE-IUL.

O tema é “Regimes de Gratuitidade em Museus Nacionais: Impactos nos Públicos Seniores” e pretendemos falar sobre as suas visitas a museus e em particular ao Museu Nacional de Arte Antiga.

A entrevista será gravada, terá a duração de cerca de 30 minutos, e será realizada no local e hora que mais lhe convier. É confidencial e o seu tratamento será anónimo e no âmbito da pesquisa em curso.

Se mantiver a sua disponibilidade, o que desde já agradecemos, poderá deixar o seu contacto telefónico respondendo ao presente e-mail ou para a Dra. Teresa Pereira que entrará em contacto consigo para dar outros esclarecimentos e para marcar a data da entrevista.

Agradeço de novo a disponibilidade e fico a aguardar a sua resposta.

Com os meus melhores cumprimentos,

Anexo F - Modelo de contacto para entrevistas, por telefone

Bom dia/boa tarde,

Estou a falar com o sr/sra. _____?

Sou José Soares Neves, investigador e professor no ISCTE-IUL, e estou a ligar porque tenho indicação que respondeu ao inquérito em computador do Estudo de Públicos de Museus Nacionais, no Museu Nacional de Arte Antiga, em ___ de _____ de 201__.

Estou a contactá-lo para este número porque quando respondeu deixou os seus dados para uma possível segunda fase de entrevista.

Sou o coordenador científico do Estudo e pretendia saber se se mantêm a sua disponibilidade para nos conceder a entrevista.

Se sim, a entrevista será realizada por uma colaboradora do Estudo, que está neste momento a fazer o seu mestrado no ISCTE-IUL, a Dra. Teresa Pereira.

O tema da entrevista é “Regimes de Gratuitidade em Museus Nacionais: Impactos nos Públicos Seniores”, insere-se na sua dissertação de mestrado e pretendemos falar sobre as suas visitas a museus e, em particular, ao Museu Nacional de Arte Antiga.

Pretendíamos que fosse realizada presencialmente, no local que mais lhe convier.

A entrevista terá uma duração de cerca de 30 minutos e, de preferência, será gravada.

A entrevista é confidencial e o seu tratamento será anónimo e no âmbito da pesquisa em curso.

Muito obrigado de novo pela sua colaboração!

Será então contactado/a em breve pela Dra. Teresa Pereira.

Anexo G - Contatos e realização das entrevistas

Entrevistado	Resposta ao EPMN no MNA	1º Contacto (JSN)	2º Contacto p/ telefone (TMP)	Local da Entrevista	Dia	Hora
1.M66, trabalhador por conta de outrem, doutoramento	14.12.2014 - Domingo pago	13.07.2016, telefone	15.07.2016	Por telefone*	19.07.2016	10h-10.40h
2. F66, reformada, licenciatura	12.12.2014 - Sexta-feira	14.07.2016, mail	15.07.2016	MNA, Lisboa	19.07.2016	14h-14.25h
3. F73, reformada, licenciatura	01.02.2015 - Domingo gratuito	13.07.2016, telefone	15.0.2016	Pastelaria Cristal, Lisboa	19.07.2016	17.30-18.25h
4. F71, reformada, mestrado	07.08.2015 - Sexta-feira	13.07.2016, telefone	18.07.2016	Centro Cultural de Belém, Lisboa	20.07.2016	10h-10.40h
5. M76, reformado, licenciatura	28.02.2015 - Sábado	14.07.2016, mail	18.07.2016	Café em Caxias	20.07.2016	12h-13h
6. F71, reformada, ensino secundário	09.05.2015 - Sábado	13.07.2016, telefone	20.07.2016 s/ reposta; 29.07.216	Pastelaria em Belas	01.08.2016	15h-15.30h

* Entrevista por telefone por limitações de tempo do entrevistado.

Anexo H - Guião de entrevista aos visitantes seniores do MNAA

Nome do entrevistado e perfil

Local em que decorre a entrevista: _____ Dia _____: Hora início:
_____ Hora de fim: _____

Bom dia/boa tarde!

Começo por agradecer a sua disponibilidade.

Esta entrevista está a ser realizada no âmbito da disponibilidade manifestada no Estudo de Públicos de Museus Nacionais para uma fase qualitativa, realizada agora para fins académicos, nomeadamente para a investigação de mestrado sobre “Regimes de Gratuidade nos Museus Nacionais: Impactos nos Públicos Seniores” que tem incidência no Museu Nacional de Arte Antiga. A entrevista será gravada, se estiver de acordo, é confidencial e o seu tratamento será anónimo.

1. Visitas a museus e ao Museu Nacional de Arte Antiga

- a. Desde que preencheu o questionário (____) visitou outros museus em Portugal? E no estrangeiro?
- b. E visitou de novo o MNAA?
 - i. Se sim, quantas vezes? Com que objectivo(s)? [para ver novas exposições temporárias, rever a exposição permanente, visitas guiadas para o público em geral, visitas guiadas para seniores, atividades para seniores]
 - ii. Se não, porquê?
- c. Qual a proximidade da sua residência com este Museu?

2. No MNAA, tem conhecimento de catividades dirigidas especificamente para os grupos seniores?

- a. Já frequentou?
- b. Acha que deveria haver (mais)?
- c. Qual a sua percepção da relação que o MNAA estabelece com os grupos seniores?

3. Conhecimento da legislação sobre condições de acesso aos museus nacionais

- a. Que conhecimento tem da existência de reduções e isenções de pagamento do acesso nos museus nacionais? E para os seniores?

- b. Qual a percepção sobre a informação disponibilizada nos museus: considera que está visível, é de fácil consulta?
- c. Como avalia o comportamento dos funcionários em relação a esta questão?
 - i. No MNAA.
 - 1. Como é fornecida a informação?
 - 2. Sentiu algum desconforto com a questão da idade?
 - ii. Nos museus em geral? Pode dar exemplo de quais os comportamentos menos positivos (se mencionar) e em que que museu(s)?

4. Categoria Sénior e tarifa reduzida

- a. Sente que se enquadra na categoria sénior?
- b. Em relação às condições de acesso específicas para maiores de 65 anos, acha que devem existir? Porquê?
- c. A entrada com redução motiva as suas práticas culturais (por exemplo ida ao cinema, teatro, museus)?
 - i. Iria na mesma se não tivesse desconto?
 - ii. Vai mais vezes devido ao desconto?
 - iii. No caso dos museus o que acontece? Vai mais, vai o mesmo...
 - 1. E no MNAA?

5. Gratuitidade

- a. Prefere visitar nos domingos gratuitos ou é indiferente?
- b. A alteração em Junho de 2014 da entrada gratuita nos museus nacionais de todos os domingos de manhã para o primeiro domingo de cada mês teve impacto na sua ida neste período:
 - i. Ia e deixou de ir?
 - ii. Como tem o desconto, não tem impacto na sua decisão?

6. Políticas Públicas para os seniores

- a. Qual a sua opinião sobre os incentivos às práticas culturais dos seniores? (Para além do desconto)
 - i. Julga necessários outros ou o desconto é suficiente?

7. Outro(s) aspeto(s) não referidos anteriormente e que considere útil acrescentar

8.

9. A entrevista terminou.

10. Agradeço de novo a sua colaboração, indispensável à realização desta pesquisa.

11. Caso subsista algum aspeto que necessite de informação adicional poderei voltar a contactá-lo(a)? _____

12. Muito obrigado (em qualquer caso)

